



**FERNANDO CAMPANHOLLI LOVERA**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL  
ORGANIZADA NA GESTÃO INTEGRADA DE COMITÊS DE  
BACIAS HIDROGRÁFICAS: UM ESTUDO DE CASO**

**LAVRAS – MG  
2017**

**FERNANDO CAMPANHOLLI LOVERA**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA GESTÃO  
INTEGRADA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS: UM ESTUDO DE  
CASO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração em Gestão de Organizações Públicas do Estado, para a obtenção de título de Mestre.

Orientadora  
Profª. Ana Alice Vilas Boas

**LAVRAS - MG  
2017**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha  
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados  
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Lovera, Fernando Campanholli.

Análise da atuação da Sociedade Civil Organizada na gestão integrada de Comitês de Bacias Hidrográficas: um estudo de caso / Fernando Campanholli Lovera. - 2017.

177 p. : il.

Orientador(a): Ana Alice Vilas Boas.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. Câmara Técnica. 2. Bacia PCJ. 3. Conflito. I. Vilas Boas, Ana Alice . . II. Título.

**FERNANDO CAMPANHOLLI LOVERA**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA GESTÃO  
INTEGRADA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS: UM ESTUDO DE  
CASO**

**ANALYSIS OF THE ACTION OF THE CIVIL SOCIETY ORGANIZED IN THE  
INTEGRATED MANAGEMENT OF HYDROGRAPHIC BOWL COMMITTEES: A  
CASE STUDY**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Administração Pública, área de concentração em Gestão de Organizações Públicas do Estado, para a obtenção de título de Mestre.

APROVADA em 28 de abril de 2017.

Dr. João Batista Rezende                      FJP

Dr. Ricardo Carneiro                              FJP

Profa. Ana Alice Vilas Boas  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2017**

*Dedico este trabalho*

*a Deus, pela oportunidade oferecida.*

*À minha família, pelos ensinamentos, pelos exemplos de vida, companheirismo e força nos momentos difíceis.*

*Ao meu amor, Regina Batista Vilas Boas, pela calma e serenidade, além do grande companheirismo, da cumplicidade e pela amizade incondicional.*

*Aos meus amigos por estarem sempre presentes.*

*Aos meus professores, mestres e doutores, pelos ensinamentos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tornaram a realização deste trabalho possível.

À minha família que me apoiou em todos os momentos, para que pudesse concluir a minha dissertação; à minha vó Angelina que sempre se preocupou comigo e à minha mãe (*in memoriam*) que, apesar das adversidades, sempre me deu forças.

À minha amada namorada e futura esposa, Regina Vilas Boas, que esteve sempre ao meu lado com conselhos, sugestões e um ombro amigo nos momentos difíceis. Com toda a preocupação e coragem, desprendeu-se, para não me fazer desistir e, é claro, com todo o seu amor, dando-me forças, uma vez que demandou-me grandes energias para a realização e conclusão desta dissertação.

À turma de pós-graduação (2015/1) pelo companheirismo e ajuda, durante todo o período, principalmente, a: César, Giodarno Bruno, Karine Fernandes, Márcia, Natália e Pollyanna.

Aos meus amigos próximos, Murilo & Cia, Luíza, Filipe, entre outros, que entenderam o meu período sabático de estudos, ocasião em que tinha pouco tempo disponível, em especial, à minha amiga Dariana Zanella pela ajuda e apoio.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Administração e Economia que tão bem me receberam e me ofereceram meios de crescer e desenvolver-me.

À Profa. Rosa Teresa Machado pela orientação no início e pela oportunidade oferecida.

À Profa. Ana Alice Vilas Boas que me aconselhou, ensinou e teve paciência comigo em meu desenvolvimento como futuro mestre.

Ao Prof. José de Arimatéia Dias Valadão e à secretária da PPGAP, Déborah Braga Resende, pela ajuda, em todas as etapas e ao longo do curso, para que eu pudesse concluir mais esta jornada.

À equipe da AMBEV que me deu condições de realizar o mestrado e, em especial, à Carolina Mendonça, Douglas Carvalho, Franqueline Rodrigues, Kelsen Faria, Giovanna Nunes, Rodrigo Borges e Paulo Ribeiro que, além de colegas de trabalho, tornaram-se parte da minha vida e puderam me ajudar de diversas formas para que conseguisse conciliar ambas as atividades

E a todos que de alguma forma tornaram possível este trabalho.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o perfil, o poder de influência e os conflitos decorrentes da participação das organizações da sociedade civil na gestão integrada das Câmaras Técnicas pertencentes ao CBH-PCJ. Especificamente, buscou-se analisar o perfil dos membros da sociedade civil que participam nas CT's estudadas; analisar as principais características dos atores atuantes tanto nas CTs quanto no Consórcio PCJ; analisar o papel da Sociedade Civil dentro das CTs e do Consórcio PCJ; verificar como ocorre a influência de poder e os conflitos referentes às interações entre a Sociedade Civil e os demais membros das CTs e do Consórcio PCJ. Quanto à metodologia, tratou-se de uma pesquisa tendo como norte o estudo de caso com um caráter descritivo e, nas abordagens qualitativa e quantitativa, ferramentas para estruturar o trabalho, além de questionário semiestruturado, entrevistas e observação não participante e, assim, ir ao encontro do que foi estipulado. Para isso, foi realizada a leitura de um recorte temporal de ATAs das reuniões, para a construção das ferramentas de análise para, no final, serem feitas as triangulações de dados, bem como a análise de conteúdo. Com os resultados, foi observado, na triangulação de dados, que o principal problema, para uma maior interação da sociedade como um todo, é a falta de uma comunicação entre os diversos órgãos. Ou seja, a comunicação precisa ser melhor trabalhada, apesar de ter sido observado que existem esforços para sua melhoria, entretanto notaram-se diversos obstáculos. Em contrapartida, verificou-se que há a existência de um trabalho em equipe, conforme uma rede, em que os membros visam superar as intempéries e, assim, alcançar os objetivos das CTs e, conseqüentemente, do Comitê e Bacia PCJ. Percebeu-se pelas entrevistas e questionários presença de poder e conflito, em certos momentos e observaram-se situações em que ocorriam tanto conflito quanto poder, além de situações para evitá-los. Por fim, o trabalho, também, pôde proporcionar novas informações e indagações a pesquisas futuras, por exemplo, como verificar o impacto socioeconômico na falha da comunicação ou em sua falta e até que ponto a representação em duas entidades não interfere nos trabalhos dentro de uma Câmara Técnica.

**Palavras-chave:** Governança em rede. Câmara Técnica. Bacia PCJ. Poder. Conflito.

## ABSTRACT

The present study aimed to analyze the profile, the influence power and the conflicts arising from the participation of civil society organizations in the integrated management of Technical Chambers belonging to CBH-PCJ. Specifically, we sought to analyze the profile of civil society members who participate in the studied CT's; to analyze the main characteristics of the actors acting in both the CT's and the PCJ Consortium; to analyze the role of Civil Society within the CT's and the PCJ Consortium; to verify how the influence of power occurs and the conflicts related to the interactions between Civil Society and the other members of CT's and the PCJ Consortium. About the methodology, it was a research based on a case study with a descriptive character, being the qualitative and quantitative approaches tools able to structure the work, besides to semi-structured questionnaire, interviews and non-participant observation and thus meeting what was stipulated. So, it was carried out the reading of a temporal cut of minutes of the meetings for the construction of the analysis tools and then to do the data triangulation as well as the content analysis. With the results, it was observed in the data triangulation that the main problem for a greater interaction of society, as a whole, is the lack of communication between the various entities. In other words, the communication needs to be better treated, although there are motivations to improve it; but several obstacles have been noted. In contrast, it has been verified that there is teamwork, according to a network, in which the members aim to overcome the obstacles and thus achieve the objectives of the CT's and, consequently, the PCJ Committee and Basin objectives. It was noticed by the interviews and questionnaires the presence of power and conflict at certain moments and it was also observed situations in which both conflict and power occurred, besides situations to avoid them. Finally, the research was also able to provide new information and inquiries for future research, as verify the socioeconomic impact of the communication failure or lack of communication, until which point the representation in two entities does not interfere on the work within a Technical Chamber.

**Keywords:** Network governance. Technical Chamber. PCJ Basin. Power. Conflict.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelos Básicos de Governança de Redes Interorganizacionais. ....	38
Figura 2 – Processo de triangulação de dados. ....	55
Figura 3 – Estruturação da pesquisa. ....	62
Figura 4 – Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. ....	67
Figura 5 – Mapa dos Comitês de Bacias do Estado de São Paulo. ....	72
Figura 6 – Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. ....	74
Figura 7 – Organograma do Consórcio PCJ. ....	78
Figura 8 – Estrutura do Comitê de Bacias PCJ. ....	79
Figura 9 – Principais diferenças entre Consórcio PCJ e o CBH-PCJ. ....	81
Figura 10 – Órgãos atuantes na gestão dos recursos hídricos. ....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais usos da água. ....	27
Quadro 2 – Oito princípios propostos por Elinor Ostrom. ....	28
Quadro 3 - Conceitos dos princípios de Governança Corporativa. ....	33
Quadro 4 - Definições de governança pública com base em Entidade e autores. ....	35
Quadro 5 - Grupo de conflitos. ....	48
Quadro 6 – Coleta de Informações. ....	52
Quadro 7 – Sumarização da metodologia aplicada no projeto na pesquisa. ....	61
Quadro 8 – Informações dos entrevistados. ....	109
Quadro 8 – Informações dos questionários. ....	119
Quadro 10 – Questionário respondido por membros participantes do Consórcio PCJ (Parte 1). ....	122
Quadro 11 – Questionário respondido por membros participantes do Consórcio PCJ (Parte 2). ....	123
Quadro 12 – Questionário respondido por membros participantes do Consórcio PCJ (Parte 3). ....	124

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Membros dos Comitês de Bacias PCJ .....	80
Tabela 2 – Palestras realizadas nas CTs. ....	85

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Visão geral por categoria e CT.....	86
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
APRM	Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional
BH-PCJ	Bacia Hidrográfica Piracicaba, Capivari e Jundiá
CBH	Comitês de Bacia Hidrográfica
CBH-PCJ	Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
CBH-PJ	Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CFBH-PCJ	Comitê Federal das Bacias Hidrográficas – Piracicaba, Capivari e Jundiá
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CT	Câmaras Técnicas
CT-AS	Câmara Técnica de Saneamento
CT-Indústria	Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria
CT-OL	Câmara Técnica de Outorgas e Licenças
CT-RN	Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais
CT-Rural	Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
EMBRALIXO	Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda
ETA	Estação de tratamento de água
ETE	Estação de tratamento de esgoto
EVI	Estudo de Viabilidade de Implantação
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GT	Grupo de trabalho
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
L	Legislação
MA	Meio Ambiente
MG	Minas Gerais
MO	Monitoramento
OAR	Organização administrativa da rede
ONG	Organizações Não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
OTS	Organização do Terceiro Setor
P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
PCJ	Piracicaba, Capivari e Jundiá
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PIB	Produto Interno Bruto
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PRHESP	Política de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
PSA	Pagamento por serviços ambientais
RE	Reuniões Extraordinárias
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo

RO	Reuniões Ordinárias
RUC	Recurso de uso comum
Si-CAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SIGRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNGRH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SP	São Paulo
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UGRHs	Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNDP	United Nations Development Programme

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Contextualização.....	17
1.2	Questões de pesquisa.....	21
1.3	Objetivo geral.....	21
1.4	Objetivos específicos.....	21
1.5	Justificativa e relevância do estudo.....	22
1.6	Delimitação do objeto de estudo.....	23
1.7	Estrutura do trabalho.....	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	Água como um recurso de uso comum.....	25
2.1.1	Principais conceitos e suas implicações para a gestão dos recursos hídricos.....	25
2.2	Governança.....	30
2.2.1	Surgimento e conceito.....	30
2.2.2	Governança corporativa.....	31
2.2.3	Governança pública.....	34
2.2.4	Governança em rede.....	36
2.2.5	Comitê de bacia hidrográfica: a estrutura de governança dos recursos hídricos.....	40
2.3	Gestão das organizações do terceiro setor.....	42
2.3.1	Conceito.....	42
2.3.2	Pessoa jurídica pertencente às ots.....	42
2.3.3	Terceiro setor, uma nova via.....	43
2.4	Poder.....	44
2.5	Conflito.....	46
3	PROCESSO METODOLÓGICO.....	50
3.1	Método da pesquisa.....	50
3.2	Estrutura metodológica adotada.....	50
3.2.1	Primeira fase.....	50
3.2.1.1	Revisão bibliográfica e pesquisa documental.....	50
3.2.1.2	Análise documental: ATAs.....	52
3.2.2	Segunda fase.....	53
3.2.2.1	Estudo de caso de caráter descritivo.....	53
3.2.2.2	Triangulação de dados.....	54
3.2.2.3	Uso da ferramenta qualitativa e quantitativa.....	55
3.2.3	Terceira fase.....	56
3.2.3.1	Observação não participante.....	56
3.2.3.2	Entrevista.....	57
3.2.3.2.1	Sujeitos da pesquisa, tipo de amostragem e coleta de dados.....	57
3.2.4	Quarta fase.....	59
3.3	Resumo da metodologia.....	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
4.1	Primeira parte dos resultados.....	63
4.1.1	Contextualização da questão hídrica.....	63
4.1.1.1	Questão hídrica no mundo.....	63
4.1.1.2	Questão hídrica no Brasil.....	65
4.1.1.3	Questão hídrica no estado de São Paulo.....	65
4.1.2	Constituição paulista e a Lei 7.663/91.....	69

4.1.2.1	Lei das águas de 1997 (Lei 9.433/97) .....	73
4.1.3	Caracterização da região de estudo .....	75
4.1.4	Consórcio PCJ (Consórcio Intermunicipal dos Rios, Piracicaba, Capivari e Jundiaí) .....	76
4.1.5	Comitê de Bacias Hidrográficas Piracicaba, Capivari, Jundiaí (CBH-PCJ).....	79
4.1.6	Consórcio PCJ e comitê de bacias PCJ (CBH-PCJ): dois organismos diferentes.....	80
4.2	Segunda parte dos resultados .....	81
4.2.1	Análise documental das ATAs .....	82
4.2.1.1	Criação e atribuições de cada CT.....	86
4.2.1.2	Assuntos abordados nas reuniões .....	90
4.2.1.3	Principais assuntos abordados e observações finais das ATAS.....	101
4.2.1.3.1	Principais assuntos abordados.....	101
4.2.1.3.2	Observações finais das ATAS .....	103
4.2.2	Análise das entrevistas, questionários e observação não participante.....	108
4.2.2.1	Análise das entrevistas.....	109
4.2.2.1.1	Membros do consórcio PCJ .....	109
4.2.2.1.2	Membros das CT-RURAL e CT-RN.....	114
4.2.2.2	Análise dos questionários .....	119
4.2.2.2.1	Membros do consórcio.....	121
4.2.2.2.2	Membros das câmaras técnicas .....	126
4.2.2.3	Análises da observação não-participante .....	131
4.2.2.3.1	Observação não participante no evento do consórcio PCJ .....	132
4.2.2.3.2	Observação não participante nas câmaras técnicas .....	133
4.2.2.3.2.1	Observação na CT-RN e CT-RURAL .....	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	138
	REFERÊNCIAS.....	141
	APÊNDICES .....	149
	ANEXOS.....	167

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

O crescimento econômico desordenado, independentemente do desenvolvimento tecnológico, tem provocado cada vez mais desequilíbrios ambientais. Ou seja, o processo de modernização que a civilização humana teve como base foi um modelo de desenvolvimento, baseado praticamente de forma exclusiva no uso dos recursos naturais, acreditando que esse processo de exploração geraria, por meio do mercado e do desenvolvimento tecnológico, as condições necessárias para a autorregulação e o restabelecimento do equilíbrio ambiental. Entretanto não foi bem isso que ocorreu, conforme visto, ao longo da história humana e esse processo acabou gerando transformações, em todos os tipos de relações (ecológicas, sociais, econômica e culturais), que culminou em uma ameaça assustadora na qualidade e na viabilidade da vida humana (CASTELLANO, 2007).

Dentre os problemas ambientais enfrentados, nos últimos tempos, a água é um dos recursos naturais mais ameaçados e dignos de maior atenção, por ser finita, essencial à vida e cada vez mais escassa. A água é meio de vida de várias espécies, é elemento representativo de valores sociais e culturais, além de importante fator de produção no desenvolvimento de atividades econômicas. Além disso, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, têm-se verificado a escassez e a péssima qualidade da água, ora isso ocorre por conflito de interesses ora pela falta de planejamento. No primeiro caso é quando deparamos com a necessidade de todos os atores – indústrias, setores agropecuário e de serviços – utilizarem a água para seu consumo de um mesmo local. Já, no segundo caso, pode ser originado de diversas frentes como a falta da conscientização do setor privado, ao devolver a água após seu uso, sem cuidados. Paralelamente, há o setor público regulando e policiando de forma inadequada e com pouca rigorosidade. Além disso, com sua parcela de culpa, a sociedade também não tem a consciência da importância do seu uso racional e adequado. Esta afirmação pode ser reforçada com o relatório divulgado pelas Nações Unidas, à véspera do Terceiro Fórum Mundial sobre a água em Kyoto, Japão, em que foi exposto argumento: “‘Persistindo a inércia dos dirigentes’, a crise mundial da água alcançará proporções sem precedentes nos próximos anos e ‘aumentará a crescente penúria de água por habitante em muitos países em desenvolvimento’ ”(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO, 2003).

De fato, nos últimos tempos, esse recurso vem sofrendo demasiadamente as consequências relacionadas com o aumento populacional, o grau de urbanização e os usos múltiplos que afetam a sua quantidade e a qualidade, uma vez que água recebe de diversas maneiras o impacto de, praticamente, todas as atividades humanas. O setor primário, incluindo a mineração e, principalmente, as atividades agropecuárias, é o que mais contribui para essa problemática, por ser um setor que demanda muito desse recurso para a produção. Vale ressaltar que a agricultura brasileira desperdiça uma enorme quantidade de água. Só este setor responde por 70% da utilização da água potável; 93% são utilizadas para irrigação e, infelizmente, pelo método menos eficiente do mundo em que 60% da água é perdida. Esses dados são alarmantes e se tornam piores, ao se verificar como o Brasil não apresenta uma conscientização a respeito da preservação e manutenção da água. Detêm-se 12% dos recursos hídricos do mundo, visto que 70% estão presentes na Bacia Amazônica (região de menor concentração populacional). Apesar disso, mesmo levando em consideração as diferenças regionais e de concentração populacional, o país é considerado um dos que estão com recursos hídricos mais contaminados e é uma realidade que se agrava cada vez mais. Vale, ainda, ressaltar que custa de cinco a sete vezes mais tratar um litro de água contaminada do que conservar um litro de água não contaminada (CASTELLANO, 2007).

Em nível mundial, a escassez de recursos hídricos, provocada pela sua degradação e distribuição irregular, tem acarretado diversos conflitos geopolíticos e sócioambientais tanto dentro dos países pelo mundo bem como entre as nações. Existe uma competição pela água para diversos usos como: a agricultura, geração de energia, abastecimento humano, indústria, entre outros. A água, em algumas localidades, tem um valor tão grande quanto o petróleo ou ouro e existem diversos conflitos e guerras por causa dela e esse cenário tende a se expandir, para além dessas áreas (Oriente Médio e Norte da África) e tomar proporções globais. Isso será inevitável caso a comunidade internacional não reconheça que a falta da água, ou seja, sua escassez é capaz de acarretar uma enorme e crescente instabilidade social e política e atribuir à água prioridade máxima na agenda internacional (CASTELLANO, 2007; REBOUÇAS, 2002; SALATI; LEMOS, 2002).

Em seus estudos, Castellano (2007) expõe a necessidade de se gerenciar os recursos hídricos de modo mais eficiente, por meio de algumas constatações levantadas no relatório das Nações Unidas, a respeito da temática, como: i) a falta de um comprometimento do setor público e do político em si para que tomem medidas para reverter o cenário; ii) em conferências internacionais, apesar de terem sido definidos diversos objetivos, em prol da melhoria dos recursos hídricos, quase nenhum deles foi atingido; iii) falta de governança e

vontade política para realizar um gerenciamento dos recursos hídricos de forma sensata, e iii) os profissionais da área em questão precisam ter um entendimento, a respeito do contexto social, econômico e político, para saberem atuar, negociar e possam alcançar uma gestão adequada da água.

A fim de evitar e minimizar os danos ambientais advindos dessa problemática, ao menos no Brasil e servir de referência mundial, no plano institucional, a legislação brasileira vem se aprimorando para evitar que esses problemas se agravem.

Dentre as legislações, destaca-se a criação da Lei das Águas (BRASIL, 1997) que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Lei das Águas propõe o desenvolvimento de um modelo de gestão para intermediar as ações de preservação, manutenção e recuperação do ambiente hídrico. Com esse modelo, a gestão dos recursos hídricos, no Brasil, passa a ter um caráter descentralizado, participativo e integrado e tem, como unidade de planejamento, a bacia hidrográfica. Esse sistema baseia-se na atuação de comitês de bacia; cada comitê possui composição e regras de funcionamento próprias, regidas por um estatuto com semelhanças básicas (MALHEIROS; PROTA; PEREZ, 2013).

Posteriormente, com a Lei 9.984, de 17/07/2000, criou-se a Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecendo regras para a sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos (BRASIL, 2000). Apesar disso, o seu poder de polícia ainda é ineficaz, conforme apontou Marcos Freitas, seu ex-diretor, em entrevista realizada em janeiro de 2015 (CALDAS, 2015). A criação destas organizações, ainda com suas deficiências, foi necessária para proporcionar meios de gerir melhor o nosso recurso hídrico.

Em função da extensão territorial brasileira, o país foi dividido em diversas bacias hidrográficas que ainda sofrem outras subdivisões em nível estadual. Como forma de gerenciar e criar regras, para que haja uma gestão localizada desses recursos, foram criados os comitês de bacia hidrográfica (CBH). Essa concepção organizacional é importante, para dar sustentabilidade e equidade na disputa entre os diversos usuários de água das bacias hidrográficas, já que a rivalidade tende a acirrar-se à medida que a disponibilidade dos recursos hídricos tem diminuído.

Como atribuições dos comitês, a Lei nº 9.433/97 definiu as obrigações de articulação entre os diversos agentes, a atuação em primeira instância, em caso de conflito, a aprovação do plano de recursos hídricos e a aprovação da implantação da cobrança e da proposta de

preço (BRASIL, 1997). Esses comitês têm em sua composição membros dos diversos níveis de governo, dos agentes privados e da sociedade civil, podendo variar a representatividade de cada agente. O processo decisório nesses comitês, por resultar de um consenso, tende a ser mais demorado pela dificuldade em contemplar, de forma satisfatória, os interesses dos diversos agentes envolvidos (PORTO; PORTO, 2008). Segundo este autor, embora a decisão consensual seja mais sustentável, não basta apenas que haja um consenso, pois somente isso não é suficiente, para que ocorra uma gestão integrada e, sim, que haja um trabalho em conjunto com todos os participantes envolvidos.

No país, existem, atualmente, diversos CBH. Só no Estado de São Paulo foram estabelecidos 21 comitês. Por sua concentração populacional e econômica distintiva, o Estado de São Paulo foi pioneiro nas primeiras ações participativas na gestão dos recursos hídricos. Ainda, no início da década de 1990, já estavam em andamento a criação e estruturação de comitês daquele Estado, entre eles o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), em 1993. Juntamente com a Bacia Tietê, essa bacia é uma das mais importantes do Estado de São Paulo por envolver as principais cidades, no entorno da região metropolitana da capital, bem como municípios onde concentram diversas empresas. Apesar disso, a situação do recurso hídrico, na região do PCJ, é crítica em virtude do contexto de industrialização, urbanização, crescimento populacional e pela crise hídrica vivenciada nos anos de 2014 e 2015 (COMITÊS PCJ, 2015).

As discussões levantadas, nesta contextualização e ao longo da pesquisa, decorrem do fato de a água ser um recurso que os economistas denominam de uso comum. Ou seja, ao ser denominada dessa forma, a água é utilizada por diferentes atores os quais dependem dela e, para isso, precisam se organizar estabelecendo regras e normas de conduta para o uso racional, atendendo ao interesse de todos os envolvidos e as diversas necessidades. Sendo assim, é necessário que haja um envolvimento entre os atores sociais envolvidos e os gestores de recursos hídricos, para que sejam capazes de negociar entre si e, assim, chegar a um consenso, em prol da gestão adequada desse recurso, por meio de cogerenciamento (CASTELLANO, 2007). Segundo Castellano (2007), há muitos estudos em que a ideia de cogerenciamento é vista como uma alternativa, para descentralizar a gestão do recurso hídrico e abrir espaço à participação das comunidades diretamente envolvidas em seu uso. Outra autora, Carvalho (2008), reforça a importância da sociedade civil, nesse tipo de gestão, ao expor que a legislação brasileira prevê a organização de uma representação paritária, ou seja, com igual número de representantes do estado, dos municípios e da sociedade civil dentro dos comitês de bacia hidrográfica.

Deste modo, este trabalho visa realizar um estudo sobre a atuação dos diferentes atores pertencentes das Câmaras Técnicas (CT), que fazem parte do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), focando os membros da Sociedade Civil. Vale ressaltar que as Câmaras Técnicas são comissões temáticas que podem ser criadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, por meio de Deliberações e têm como objetivo subsidiar, tecnicamente, os conselheiros em suas decisões na Plenária. Cada Câmara Técnica tem como função: examinar e relatar assuntos de sua competência (COMITE PCJ, 2015).

Neste contexto descritivo, percebe-se que já existem ações em conjunto entre governo, iniciativa privada e a sociedade civil, a respeito do uso e manuseio da água na CBH-PCJ. Assim, tomando como objeto de estudo as 5 CTs, pertencentes ao CBH-PCJ, este trabalho tem o intuito de estudá-las.

## **1.2 Questões de pesquisa**

Pelo exposto, este trabalho tem a seguinte pergunta norteadora: qual o perfil e o papel da sociedade civil nas Câmaras Técnicas e no Consórcio PCJ? Há poder de influência com a presença de conflitos decorrentes da participação da sociedade civil nas Câmaras Técnicas e no Consórcio PCJ?

## **1.3 Objetivo geral**

Analisar o perfil, o poder de influência e os conflitos decorrentes da participação das organizações da sociedade civil na gestão integrada das Câmaras Técnicas pertencentes ao CBH-PCJ.

## **1.4 Objetivos específicos**

- Analisar o perfil dos membros da sociedade civil que participam nas CTs estudadas.
- Analisar as principais características dos atores atuantes tanto nas CTs quanto no Consórcio PCJ.
- Analisar o papel da Sociedade Civil dentro das CTs e do Consórcio PCJ.
- Verificar como ocorre a influência de poder e os conflitos referentes às interações entre a Sociedade Civil e os demais membros das CTs e do Consórcio PCJ.

### 1.5 Justificativa e relevância do estudo

A escolha do CBH-PCJ se deve não apenas ao fato de ela ser responsável pelo abastecimento de mais de 10 milhões de pessoas, situação crítica generalizada de escassez de água no Estado de São Paulo, mas também por ser uma das regiões econômicas mais importantes do país, com grande concentração de empresas industriais e agrícolas, intensamente dependentes da água dessa bacia como recurso em seus processos de produção. Além disso, o CBH-PCJ foi uma iniciativa pioneira no país e é a maior referência organizacional como objeto de estudo em gestão das águas juntamente com sua complexidade. Por sua heterogeneidade, o trabalho focou em 5 Câmaras Técnicas de um total de 12 e em um evento do Consorcio PCJ.

Individualmente, as empresas são as maiores consumidoras de água e dependem desse recurso, para a manutenção e sobrevivência dos seus negócios, entretanto é importante frisar que o recurso hídrico não é de propriedade privada e, além disso, é um recurso cada vez mais escasso e sua procura e uso têm crescido constantemente. Aliado a esse fato, a gestão dos recursos hídricos vem ganhando cada vez mais relevância no cenário global, pela importância do manejo sustentável da água ao bem-estar das populações e para o desenvolvimento dos países. Essa gestão é necessária para superar o cenário de escassez de água por seu uso indevido e descontrolado. Porém, como ainda será visto ao longo do trabalho, os trabalhos e as decisões, realizadas dentro dos CBH e das CTs, são com base em votações em plenárias, por meio de membros que representam entidades civis, públicas e privadas (COMITE PCJ, 2015).

Essas votações ocorrem, por meio de levantamento de dados, discussões, conforme relatórios e opiniões, as quais, por sua vez, podem caracterizar uma zona de conflito, ou seja, um estado antagônico de ideias, interesses ou pessoas que é caracterizado pela existência de situações incompatíveis ou divergentes entre si (BERG, 2012). Com base na perspectiva de Berg (2012), o trabalho busca entender como os conflitos ocorrem, nas reuniões das CTs e podem refletir nas decisões tomadas. Somado a esse fato, objetivase verificar o quão importante é a atuação da sociedade civil, uma vez que ela representa toda uma sociedade e, assim, verificar até que ponto vai o seu poder de influência ou sua falta.

Nesta realidade, o presente estudo tem como pretensão verificar o papel da sociedade civil e, assim, analisar o impacto de sua atuação dentro das CTs, bem como as relações de poder e os conflitos que se estabelecem em prol dessa atuação. Outro ponto a ressaltar é que existem poucos estudos, a respeito da interação entre os atores públicos, privados e da

sociedade civil tanto em um comitê quanto em uma câmara técnica, em razão do enfoque adotado neste trabalho. Assim, esta pesquisa possui uma relevância na busca da análise e discussão quanto à importância da atuação da sociedade civil (ou deficiência) que poderá contribuir para o entendimento do seu papel dentro das Câmaras Técnicas pertencentes ao CBH-PCJ.

## **1.6 Delimitação do objeto de estudo**

Este trabalho limitou o seu estudo ao Comitê de Bacias Hidrográfica – parte Paulista, focando em 5 Câmaras Técnicas, que se encontram no Estado de São Paulo, em que, ainda em 1991, foi promulgada a primeira Política Estadual de Recursos (FRACALANZA; JACOB; ECA, 2013). Vale salientar mais dois fatos que contribuíram para a delimitação escolhida. O primeiro se deve à complexidade do sistema de um Comitê de Bacias Hidrográfica (caso incluísse a parte mineira e o nível federal) e o segundo pelo fato de o CBH-PCJ ter sido pioneiro. Como exposto, as Câmaras Técnicas que serão estudadas são: Uso e Conservação da Água no Meio Rural, Uso e Conservação da Água na Indústria, Outorgas e Licenças, Saneamento e Conservação e Proteção dos Recursos Naturais.

## **1.7 Estrutura do trabalho**

A fundamentação teórico-empírica desta dissertação, no atual estágio em que se encontra, foi desenvolvido em cinco seções, abrangendo referências que subsidiaram todo o processo de pesquisa e orientaram a compreensão e interpretação do conjunto de dados e informações coletadas.

A primeira seção é composta da exposição e contextualização do assunto, na qual são definidos os principais termos e o problema a ser abordado. Ainda, nesta seção, estabelecem-se o objetivo geral e os específicos, justifica-se a escolha do tema e sua relevância e, por fim, apontam-se os limites da pesquisa.

A segunda seção trata da revisão da literatura, elaborada com o intuito de propiciar ao pesquisador o entendimento teórico sobre o tema da gestão integrada de recursos hídricos. Serão estudados os conceitos e inferências, a respeito dos temas que irão nortear o estudo, como: água como um recurso de uso comum e a gestão do recurso de uso comum; o conceito de governança, bem como a exposição de governança corporativa, governança pública, governança em rede e governança em recursos hídricos; organização do terceiro setor e, por fim, as relações de poder e conflito. Além da revisão, este trabalho terá como ferramenta

norteadora o estudo de caso para verificar e analisar o quanto a sociedade civil atua e é atuante nos trabalhos das CTs.

Na terceira seção, buscou-se caracterizar a região de estudo e os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa, incluindo sua caracterização, tipo, metodologia de análise e modo de investigação. Será exposto mais detalhadamente como ocorrerá a observação não participante, em duas reuniões de Câmara Técnica, os levantamentos das informações de todas as organizações do terceiro setor, no Estado de São Paulo e da pesquisa realizada com os integrantes das CTs. Além disso, serão analisadas as ATAs das reuniões dentro de uma linha de tempo.

A quarta seção foi dedicada aos resultados e dividida em duas partes. A primeira inicia-se com a questão hídrica, em âmbito mundial até chegar ao âmbito local, expondo o objeto de estudo. Em seguida, apresenta-se uma contextualização da região de estudo, expondo suas peculiaridades e diferenciando os órgãos/ entidades nela presentes. A segunda parte tratará da apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo, em que se buscará identificar se os dados obtidos serão capazes de responder ao questionamento apresentado no problema de pesquisa, ou seja, buscar-se-á correlacionar a base teórica da revisão da literatura com os resultados da pesquisa de campo.

Por fim, a quinta seção foi dedicada às considerações finais da dissertação, com uma tentativa de síntese do que foi proposto com o que for efetivamente realizado. Nesta parte, também, são apresentadas as limitações do trabalho, as recomendações a serem consideradas na compreensão do trabalho, assim como sugestões de futuros estudos acerca do assunto.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Água como um recurso de uso comum**

#### **2.1.1 Principais conceitos e suas implicações para a gestão dos recursos hídricos**

Em um primeiro momento, é importante explicitar o significado da água enquanto um recurso de uso comum (RUC) com suas características essenciais. Conforme explica Castellano (2007), a primeira característica dos recursos naturais, como sendo bens de uso comum, é que se referem a sistemas extremamente grandes e, muitas vezes, custosos, capazes de excluir usuários potenciais dos benefícios de seu uso. Já a segunda característica é que essas unidades de recursos, ao serem exploradas por um indivíduo, conseqüentemente, deixam de estar disponíveis a outros usuários, ou seja, são sistemas sujeitos à subtratibilidade, pois a retirada de unidades de recursos por um usuário reduz a quantidade de recursos disponíveis aos demais.

Serviços e recursos ambientais, como os recursos florestais, os recursos hídricos e os recursos pesqueiros, são exemplos, enquadrados economicamente, como bens de uso comum. São sistemas ambientais complexos e vitais de acesso difícil de ser restringido, vulneráveis à ocorrência de subtratibilidade do seu uso, desperdícios e depredação. Assim, dependem de estruturas de governança capazes de promover cooperação e solucionar conflitos. (CASTELLANO, 2007).

Apesar da questão da água ser constantemente levada em pauta, nas reuniões de órgãos nacionais e internacionais, comitês, palestras, entre outros, ainda existem muitos conflitos e dificuldades para definir um denominador comum a todos os seres vivos que dependem desse bem comum. Este é um dos motivos porque vem crescendo a relevância do debate e dos conflitos concernentes à governança e à gestão dos recursos hídricos e as tensões relativas ao uso comum ou ao uso privado da água (MELO; GATTO, 2014). Outro fator que reforça a importância da água é o marco jurídico para sua proteção e reconhecimento como um direito humano.

A água não só é um item essencial, como também é considerado um sistema ambiental complexo, que afeta outros sistemas fundamentais e é por eles afetado, como a atmosfera e clima; biodiversidade e florestas; além dos oceanos e evaporação. Ou seja, qualquer ação realizada direta ou indiretamente é capaz de afetar e interagir com a água, condicionando mudanças em todo o sistema e essas ocorrências são provocadas, pratica e exclusivamente,

pela ação humana sobre o meio ambiente e temos, como exemplos, as mudanças climáticas, a acidificação dos oceanos, as emissões de aerosol e o buraco de ozônio, o uso da terra, a perda da biodiversidade, a composição química do meio ambiente (poluição) (GRZYBOWSKI, 2016).

Com base no cenário exposto, é possível verificar o quanto a água é essencial e, ao mesmo tempo, o quanto é agredida pela sociedade, pois independentemente do modo que é utilizada, a água sofre com as diferentes formas de uso pelos seres humanos. **Silva (2001, p. 37)** destaca dois tipos de utilização das águas, sendo o de caráter consuntivo e o de caráter não consuntivo. Como visto na segunda característica essencial, levantada por Castellano (2007) sobre a questão da subtratibilidade do recurso de uso comum, enquadra-se no uso consuntivo exposto por Silva (2001). Ou seja, há perdas entre a quantidade que foi retirada com aquela que voltou ao local de origem. Mas, quanto aos recursos hídricos, o caráter não consuntivo, também, pode inviabilizar o seu uso por um outro indivíduo por questões qualitativas do recurso, como alteração na temperatura ou no acréscimo de poluentes, por exemplo e, assim, recaindo também na subtratibilidade. Silva (2001, p. 37) exemplifica e mostra os principais tipos de usos e os seus efeitos, como se pode observar no Quadro 1 da página seguinte. Existe uso consuntivo e uso não consuntivo. O uso consuntivo está diretamente ligado ao uso da água para consumo, indústrias, irrigação e aquicultura. Podem-se encontrar os seguintes efeitos, no corpo hídrico, como a poluição, aumento da temperatura hídrica, alterações na qualidade, eutrofização entre outros problemas. O uso não consuntivo está relacionado à obtenção de energia (hidrelétricas), navegação, pesca, entre outros. Como principais efeitos deste tipo de uso tem-se a poluição do corpo hídrico, poluição por meio de óleos e combustíveis, alterações biológicas, entre outros. Ou seja, em ambos os casos pode-se verificar um tipo de poluição e, assim, concluir que qualquer atividade que venha a ser realizada no ambiente hídrico pode acarretar em um tipo de poluição.

Diante disso, os conflitos, em relação aos recursos e ao uso sustentável de bens comuns e suas (possíveis) soluções, foram conduzidos em duas vertentes, oscilando entre a regulação pública ou privatização do recurso. Entretanto Elinor Ostrom – primeira mulher a receber o Prémio Nobel da Economia, em 2009 – propõe a criação de uma terceira via: por meio de instituições cooperativas *ad hoc*, que são caracterizadas por serem organizadas e governadas pelos próprios utilizadores, ou seja, a auto-organização dos grupos se apresenta como solução inovadora para resolver os problemas concernentes aos bens comuns (MELO; GATTO, 2016).

Quadro 1 – Principais usos da água.

Formas de Uso	Tipo de Uso	Efeitos nas Águas
Consuntivo (com derivação de águas)	Abastecimento urbano	Poluição orgânica e bacteriológica.
	Abastecimento Industrial	Poluição orgânica, substâncias tóxicas e elevação de temperatura.
	Abastecimento Rural	Alterações na qualidade com efeitos difusos.
	Irrigação	Poluição por defensivos agrícolas (agrotóxicos). Eutrofização por fertilizantes.
	Aquicultura	Carreamento de matéria orgânica.
Não-consuntivo (sem derivação de águas)	Geração Hidrelétrica	Alterações no regime e qualidade das águas.
	Navegação Fluvial	Poluição por lançamento de óleo e combustível.
	Diluição, autodepuração de esgotos urbanos e industriais	Poluição orgânica, química e bacteriológica.
	Pesca	Quando alta mortalidade de peixes, alterações na qualidade da água.
	Recreação, lazer e harmonia paisagística	Alterações na qualidade da água por atividades de contato primário.
	Preservação ambiental	Preservação da qualidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva (2001).

A importância da gestão da água como um bem comum, um recurso de interesse de todos, é reforçada, nos estudos de Elinor Ostrom (OSTROM 1990, p. 90-102), principalmente, quando ela propõe os oito princípios, para garantir a gestão otimizada dos recursos comuns, conforme Quadro 2, que se encontra na página seguinte. Entre eles, pode-se mencionar a preocupação com a demarcação de fronteiras e a demarcação clara de regras apropriadas à realidade local. Na sequência, a autora enfatiza a importância da participação e os benefícios oriundos da gestão comum. Os demais princípios estão ligados à legislação local e a seu monitoramento, bem como à comunicação, por meio de uma rede pela qual deve-se lidar com conflitos. Ressalta-se que esses princípios visam proporcionar melhores formas de realizar o trabalho, amenizar conflitos entre os diferentes atores e favorecer um trabalho, pregando a cooperação que terá, como consequência, a preservação de todo o ambiente. Porém isso só será possível, se todos que estiverem ligados tanto direta quanto indiretamente, fizerem sua parte construindo, assim, oportunidades para a melhoria.

Quadro 2 – Oito princípios propostos por Elinor Ostrom.

PRINCÍPIOS	
1º	Demarcação clara das fronteiras dos recursos dos bens de uso comum, bem como dos seus utilizadores.
2º	As regras definidas têm que estar adequadas às condições locais como, por exemplo, época, espaço, tecnologias disponíveis, entre outras.
3º	Participação dos utilizadores na definição/adaptação das próprias regras (acordos coletivos).
4º	Os benefícios proporcionados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização.
5º	Há um reconhecimento das autoridades externas pelas regras da comunidade.
6º	É feita a monitorização, e as regras devem ser respeitadas por parte dos utilizadores, com penalizações para os infratores.
7º	É garantido o fácil acesso a meios de resolução de conflitos, bem como a custos reduzidos, os membros da comunidade devem dispor do sistema de resolução de conflitos que considerem conveniente.
8º	As atividades se estruturam em rede – apropriação, conservação, monitoramento e sistema sancionatório, resolução dos conflitos e outras atividades de governança – por meio de uma conexão na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, ou seja, partindo do particular para o geral.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Simões, Macedo e Babo (2011).

Esses princípios levantados por Ostrom são necessários para que as atividades realizadas dentro das CTs possam manter-se dentro de suas atribuições. Uma Câmara Técnica é composta por cidadãos que representam entidades de diferentes setores (privado, público e sociedade civil) e esses representantes podem apresentar interesses pessoais e interpessoais, gerando assim conflitos (BERG, 2012). Além disso, é necessário levar em consideração a diferença entre os termos “água” e ‘recurso hídrico’ apontados por Rebouças (2002). O primeiro termo refere-se ao elemento natural, sem qualquer utilização ou uso, enquanto o segundo é quando a água é vista como um bem comum. Esta distinção tornam mais claras algumas análises nos processos dos RUCs, em relação às unidades de recursos e ao sistema de recursos que estão relacionados, para o entendimento do presente trabalho e, assim, entender todo o panorama. As unidades de recursos nada mais são que as parcelas do sistema de recursos das quais os indivíduos se apropriaram ou usaram. Entretanto vale destacar que um determinado RUC pode ser usado tanto por apenas um indivíduo quanto por um grupo de indivíduos (empresa) ou até mesmo diversos grupos, que utilizam o recurso ao mesmo tempo. Apesar disso, ao ocorrer de forma simultânea, as unidades de recursos não podem ser utilizadas de maneira conjunta, uma vez que, ao ser utilizada uma quantidade por um

indivíduo, esse metro cúbico de água não poderá ser usado por outro. Porém, se for entendido como um sistema de recursos, neste caso, ambos os indivíduos poderão utilizar o recurso de maneira conjunta uma vez que ele está à disposição de todos. Vale, também, observar que, se um indivíduo prejudicar a qualidade da água, todos irão ser prejudicados, assim como pode ocorrer o oposto e todos serão beneficiados.

Nesse sentido, os autores Feeny et al. (2001) ressaltam a subtratibilidade como sendo muito importante para o entendimento, a respeito dos recursos de uso comum, como fonte de divergências potenciais tanto para as racionalidades individuais quanto às coletivas, já que, se um indivíduo retira de um recurso uma maior quantidade do que seria adequado, para a utilização coletiva do recurso, ele estará afetando, diretamente, as possibilidades de subtração/retirada de outro indivíduo. Ou seja, a água, por ser utilizada por diversos usuários com diferentes interesses, gera uma dificuldade em administrá-la para que todos fiquem satisfeitos. É necessário, porém que haja uma limitação do seu uso, pois é preciso garantir sua disponibilidade para todos, bem como garanti-la, em longo prazo, evitando a sobre-exploração por parte dos usuários (CASTELLANO, 2007). Ainda, segundo a autora, a gestão dos RUCs é muito problemática pelo fato de que os seres humanos possuem um comportamento racional e limitado que o conduzirá ao consumo excessivo, além de não se atentar à sua manutenção.

Por isso, a importância e a necessidade dos trabalhos tanto dos CBH quanto das Câmaras Técnicas, pois, dificilmente, os usuários da água seriam capazes de chegar a um consenso e agir de forma cooperada entre si, para evitar seu uso excessivo e sua total degradação, por exemplo. Por causa disso, o gerenciamento dos recursos de uso comum só poderá ser resolvido, por meio de uma intervenção externa como uma autoridade estatal ou uma privatização ou até mesmo uma forma de provisão de incentivos seletivos (CASTELLANO, 2007).

Deste modo, uma alternativa, para garantir a manutenção e preservação da água, é por meio da união dos atores da sociedade civil, do setor público e do setor privado, como já ocorre tanto nas CBH quanto nas CTs. Este processo ocorre, por meio da democracia, buscando uma gestão coletiva e descentralizada. Ou seja, conforme Evans (2003 apud CASTELLANO, 2007), criar formas alternativas de instituições - “instituições deliberativas” nas quais a participação do cidadão comum na deliberação, no planejamento e estabelecimento de prioridades, na solução dos problemas coletivos seja fundamental e presente. Neste espaço deliberativo, o cidadão comum poderá ter condições de adquirir mais

poder e atuar de tal modo que pressionarão as instituições públicas a agir e a responder as demandas sociais com maior efetividade.

Pela revisão da literatura efetuada por Castellano (2007), a autora confirma, em seu trabalho, que a existência da relação entre os diferentes atores, para atuar de forma conjunta, tem sido criada em todos os níveis e desde a época de sua pesquisa (novembro de 2004) até os dias atuais (conforme foi observado nesta dissertação), de modo que esse tipo de parceria tem se tornado mais comum, para tratar de condições de habitabilidade como o abastecimento de água, saneamento, coleta de lixo e moradia, entre outros. E é com base nessa perspectiva e realidade que esta pesquisa pretende discutir, ao verificar como se dá a representação da sociedade civil dentro de 5 CTs pertencentes ao comitê (neste caso, o CBH-PCJ) e como é a sua atuação. Ainda como as relações de poder e os conflitos se estabelecem, no Consórcio PCJ e nas Câmaras Técnicas estudadas, uma vez que estão presentes membros de diferentes setores com diferentes objetivos e interesses. Além da preocupação com os aspectos ligados ao uso da água em si, faz-se necessário entender os aspectos de governança do uso da água que podem ser estabelecidos. Portanto a próxima seção trata do tema governança, focando suas origens e conceitos e os tipos de governança juntamente com a estrutura de governança dos recursos hídricos.

## **2.2 Governança**

### **2.2.1 Surgimento e conceito**

O termo governança passou a ser usado pelo Banco Mundial, no início dos anos de 1990, após um insucesso na atuação dessa agência multilateral na África Sub-Saariana na década de 1980. De acordo com o relatório do Banco Mundial, a respeito do ocorrido, foi identificada uma “crise de governança” como o principal fator para o não desenvolvimento africano. Este fato culminou no surgimento sistemático do termo três anos depois da apresentação *do relatório africano no livro Governance and development* (BORGES, 2003; WORLD BANK, 1989). A definição apresentada por Borges (2003) e o World Bank (1992) para governança têm relação com a maneira como o poder é exercido, na administração dos recursos, tanto os econômicos quanto os sociais do país, com vistas ao desenvolvimento e visando à capacidade dos governos em planejar, formular e implementar.

Com o tempo, o termo se desenvolveu e foram surgindo ramificações, ou seja, atualmente existe o termo governança corporativa, governança ambiental e governança

pública. A governança não se limita a promover, somente, um modelo mais eficiente. Há que se levar em consideração, também, uma visão sistêmica, pois não adianta ser eficiente, se no processo de produção do produto ou serviço, utilizar trabalho escravo (ALVES, 2001). Deste modo, é possível observar que a palavra governança tem sofrido um amplo uso da expressão sem que haja um cuidado analítico. Como consequência, o termo tem tido aplicações e usos em variados campos e com sentidos diferentes.

Sendo assim, Kissler e Heidemann (2006) propuseram entender governança como:

uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (LÖFFER, 2001, p. 212).

Conforme o exposto por Kissler e Heidemann (2016) a respeito de governança, vai ao encontro de o que o COMITÊ PCJ (2015) prega, para que os trabalhos nos Comitês PCJ e nas Câmaras Técnicas possam obter êxito, por meio de uma gestão compartilhada. Além disso, governança está associada a um modelo de gestão o qual, segundo Alvarez, Silva Filho e Proença (2002), envolve os aspectos: a missão de uma organização; valores de gestão; a estrutura organizacional; a cultura organizacional; o controle de gestão; hierarquias; sistema de informação para gestão; com o objetivo final de manter sempre um alinhamento com as diretrizes. Para efeito deste estudo, é interessante lembrar que os atores envolvidos dentro de um CBH representam o setor público, o setor privado e a sociedade civil; e, por essa razão, é importante expor o significado tanto da governança corporativa quanto da pública. Além delas, culminar com as definições e importância da governança em rede, uma vez que os atores citados estarão articulando entre si, dentro do Comitê e das Câmaras Técnicas, em prol da melhoria e preservação de um bem comum a todos.

### **2.2.2 Governança corporativa**

O conceito de Governança Corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2012), é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo

para a sua longevidade. Como complemento desta definição, focando a palavra “governança”, há o modo de como o poder é exercido tanto dos recursos sociais quanto econômicos, visando ao desenvolvimento do país e proporcionando ao governo a capacidade de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções.

Ainda, a respeito de sua conceituação, a Governança corporativa, também, diz respeito aos sistemas de controle e monitoramento, estabelecidos pelos acionistas controladores de uma empresa ou corporação, de tal modo que os administradores tomem suas decisões a respeito dos recursos de acordo com o interesse dos proprietários da instituição (SIFFERT FILHO, 1998). Também é necessário observar os custos de transação que é o modo como se delimitam os limites da firma entre produzir ela mesma seus insumos ou adquiri-los no mercado, decorrendo daí questões relacionadas ao escopo vertical que a firma deve assumir. E a teoria da agência, que está ligada ao custo de transação mencionado e que está relacionado não apenas com a ocorrência de assimetria de informações entre os agentes, mas também com o direito de propriedade e dos contratos. O primeiro possui efeitos, em termos de incentivo, ao passo que o segundo relaciona-se com a cessão de direito de decisão ao agente por parte do principal (COASE, 1937).

Neste panorama, pode-se observar a complexidade em que gira o termo da governança corporativa e as diversas teorias relacionadas a ela. E a instituição, enquanto uma estrutura de governança, tende a buscar uma internalização nas transações, à medida que elas requerem algum ativo específico. Ou seja, da mesma forma que as transações diferem em sua frequência, incerteza, grau de especificidade, entre outros, as estruturas de governança variam em seus custos de operação e competências, como, por exemplo, entre a empresa e o mercado (SILVEIRA, 2015). Conforme Silveira (2015) expõe, em seus estudos, a questão a ser observada é como alinhar as transações com as correspondentes estruturas de governança (hierárquica, contratual ou mercado), de modo a reduzir os custos de transação. Mesmo havendo numerosos estudos analisando as implicações (custos) de estruturas de propriedade alternativas, o problema clássico, provocado pela separação de propriedade e gestão, é tratado pela literatura econômica por meio da teoria da agência, mencionada anteriormente (SIFFERT FILHO, 1998; SILVEIRA, 2015).

Desse modo, pela governança corporativa são instituídos mecanismos e princípios que regulam as ações dos administradores (incluindo o grau de alavancagem financeira), podendo essa tarefa ser realizada tanto por parte dos acionistas quanto por parte do sistema bancário, por meio da avaliação de risco. Assim, pode-se dizer que uma boa governança possui os seguintes princípios: participação, transparência, equidade, responsabilidade, prestação de

contas, ética e sustentabilidade (GONÇALVES, 2005; IBCG, 2015; WOLKMER; PIMMEL, 2013). Nesse sentido, é importante conceituar cada princípio levantado por Wolkmer e Pimmel (2013, p. 170), conforme Quadro 3, na página seguinte.

Quadro 3 - Conceitos dos princípios de Governança Corporativa.

<b>Princípio</b>	<b>Conceito</b>
<b>Participação</b>	Todos os cidadãos, diretamente ou através de representantes, devem participar em todas as etapas do processo de formulação, bem como nos espaços de decisão. Isso requer que o governo atue, em todos os níveis, a partir de um enfoque inclusivo.
<b>Transparência</b>	A informação deve fluir democraticamente dentro da sociedade. Os diferentes processos e decisões devem ser transparentes e suscetíveis a críticas.
<b>Equidade</b>	Todos os grupos da sociedade devem ter a oportunidade de melhorar o acesso aos bens comuns.
<b>Responsabilidade</b>	As organizações do governo, o setor privado e a sociedade civil devem ser responsáveis diante dos interesses que representam.
<b>Coerência</b>	A crescente complexidade das questões vinculadas aos recursos hídricos requer políticas apropriadas e coerentes.
<b>Sensibilidade</b>	As instituições e processos devem atender a todos e responder apropriadamente às mudanças que se fizerem necessárias.
<b>Integração</b>	A governança da água deve promover enfoques integrais e holísticos.
<b>Ética</b>	A governança da água necessariamente deverá estar assentada nos princípios éticos que fundamentam as sociedades nas quais é aplicada.
<b>Sustentabilidade</b>	Requer na sua aplicabilidade uma visão ecossistêmica, pois a manutenção dos ecossistemas aquáticos é imprescindível para continuidade da vida.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Wolkmer e Pimmel (2013).

Com isso, pode-se observar que havendo a busca de boas práticas em governança e seguindo os seus princípios, tanto a organização sozinha quanto em rede poderá otimizar sua *performance*, obter um melhor controle organizacional e o desenvolvimento na criação de valor. Além disso, ela pode proporcionar facilidades no acesso ao capital e, assim, atrair investidores em potencial para auxiliar no projeto e no desenvolvimento da organização em si (RIBEIRO, 2014).

O conceito de governança corporativa tem evoluído com os estudos acadêmicos e, em razão disso, o tema pode ser compreendido, baseado em duas modalidades, além das teorias que a rodeiam, conforme citado anteriormente. A primeira seria a governança tradicional ou "*Old or traditional Governance*", em que há diferenciação setorial, em que o poder é exercido com leis do tipo *top down*; já a segunda é a nova governança ou "*New Governance*" que

possui uma abordagem mais participativa (ao envolver atores públicos e privados) tendo uma perspectiva *bottom up* (JACOBI, 2012; WOLKMER; PIMMEL, 2013).

A perspectiva *top down*, ou de cima para baixo, é uma abordagem tradicional da estratégia e possui três níveis de implementação: o corporativo, de negócio e o funcional. O nível corporativo está relacionado aos cargos de maior hierarquia da organização e visa avaliar as principais decisões, repassando-as, de forma desmembrada, aos outros níveis. Já, no nível de negócio, seus atores buscam constituir um elo entre a estratégia corporativa e a funcional. Por fim, o último nível, o funcional, tem como objetivo sustentar e executar as estratégias vindas dos outros níveis. Ou seja, em poucas palavras, temos o que a empresa gostaria que as operações fizessem. Na perspectiva *bottom up*, ou de baixo para cima, o desempenho decorre, principalmente, dos recursos internos e intangíveis, e a tomada de decisão ocorre pela interação de pessoas trabalhando em conjunto. Em outras palavras, o que a experiência diária e coletiva pode contribuir para que as operações possam fazer efeito (MAIA, 2012).

Diante do exposto, pode-se afirmar que os princípios da governança corporativa são extremamente amplos e podem ser aplicados na governança de diferentes organizações. Além disso, estes princípios podem e devem ser observados, na gestão das instituições públicas, pois muitos deles são princípios universais como a ética, a transparência, a equidade e a responsabilidade.

### **2.2.3 Governança pública**

O conceito de governança pública tem apresentado um número crescente de debate e interesse de atores governamentais e de pesquisadores que se dedicam a áreas públicas. De acordo com Gonçalves (2005), a expressão surgiu, a partir de reflexões vindas do Banco Mundial, tendo como intuito aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado mais eficiente. Essa preocupação retirou o foco da atenção das implicações, estritamente econômicas da ação do Estado, indo ao encontro a uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública. Dentro da literatura, segundo Streit (2006), a governança no setor público revela a existência de dois aspectos fundamentais, para entendê-la: o primeiro refere-se à relação da governança com o desempenho das organizações, enquanto o segundo evidencia uma forte relação entre a governança das organizações públicas e o desenvolvimento econômico e social dos países.

Além disso, o termo governança pública recebeu inúmeras contribuições tanto de autores quanto de entidades internacionais para estruturar sua (s) definição(ões) e, conforme os trabalhos de levantamentos de Sartori (2011), expõem-se, no quadro a seguir, algumas definições. Para o World Bank (2015), governança está relacionada à presença do exercício da autoridade, controle, administração e poder do governo; e, para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o conceito de governança pública está relacionado ao sistema de valores, políticas e instituições pelo qual uma sociedade gera seus assuntos nas dimensões: econômica, política e social, por meio da interação entre os três atores (entidades privadas e públicas e a sociedade civil).

Em contrapartida, as definições expostas por pesquisadores para governança pertencem a Secchi (2009) que foca na elaboração de políticas públicas entre o privado e o público e Streit (2006) que trata da coordenação e articulação do conjunto de instituições, processos e mecanismos, por meio de diferentes tipos de parcerias e interações, sociais e políticas.

Quadro 4 - Definições de governança pública com base em Entidade e autores.

<b>Entidade</b>	<b>Definições de governança no setor público</b>
World Bank (2015)	Consiste no exercício da autoridade, controle, administração e poder do governo. É a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando ao desenvolvimento e implicando ainda a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir suas funções.
United Nations Development Programme (UNDP) (2004)	Sistema de valores, políticas e instituições pelo qual uma sociedade gera seus assuntos nas dimensões: econômica, política e social, por meio de interações dentro e entre o Estado, sociedade civil e setor privado. Considera que a governança possui três aspectos: (i) econômico, que inclui processos de tomada de decisão que afetam as atividades econômicas de um país e suas relações com outras economias; (ii) político, que compreende os processos de tomada de decisão em que se formulam políticas públicas; e (iii) administrativo, que diz respeito às atividades de implementação dessas políticas.
<b>Autor</b>	<b>Definições de governança no setor público</b>
Secchi (2009)	Modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas. A ênfase está na coordenação entre atores públicos e privados e na capacidade de coordenação horizontal entre organizações públicas, organizações do terceiro setor, cidadãos, redes de políticas públicas e organizações privadas, na busca de soluções para problemas coletivos.
Streit (2006)	Trata-se da coordenação e articulação do conjunto de instituições, processos e mecanismos, mediante várias formas de parcerias e interações, sociais e políticas, com a participação ativa do governo, para alcançar objetivos coletivos e promover o desenvolvimento da sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Sartori (2011).

Existem diversas definições a respeito de governança pública tanto por parte de estudos de autores quanto de entidades, e essa diversidade é observada por Sartori (2011), sendo exposta no Quadro 4 de modo resumido. O quadro demonstra não haver uma definição padrão ao termo; entretanto Sartori (2011, p. 51-52) pôde observar algumas dimensões em comum nos significados de governança, conforme descrição abaixo:

- A existência de estruturas, mecanismos e processos para a prática da gestão pública.
- A forma pela qual o exercício da gestão pública é cumprido, incluindo valores, políticas, poder, controle, comportamento e liderança.
- A capacidade das organizações para o fornecimento de bens e serviços públicos aos cidadãos;
- Interação de uma multiplicidade de atores que se influenciam reciprocamente.
- Princípios de governança, que compreendem a participação da sociedade nas decisões, transparência, responsabilidade na gestão dos recursos, prestação de contas, eficácia e legalidade.

Assim, com base nesses levantamentos, o termo governança pública pode ser entendido como um processo interativo que envolve diversos atores tanto mecanismos quanto as práticas administrativas (com participação ativa do governo), voltados para uma gestão eficiente e eficaz com vistas a confirmar os objetivos da organização (SARTORI, 2011). Além disso, o termo também está associado a uma mudança na gestão política, sob a ótica da ciência política, tendo como objetivo recorrer à autogestão nos campos social, econômico e político e a uma nova composição de formas de gestão. Na governança, têm-se a questão da negociação, da comunicação e da confiança e é uma alternativa à gestão baseada na hierarquia. Deste modo, a governança pública vem para fortalecer a relação de cooperação entre a cidade (governo local) e os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações. E esta cooperação engloba o trabalho de um conjunto de atores como os públicos, comunitários e privados (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Por meio do levantamento dos conceitos de governança corporativa e pública, é possível verificar a riqueza de estudos a respeito desses tipos de governança. Com base nestes estudos, outros tipos de governança têm surgido como a governança em rede.

#### **2.2.4 Governança em rede**

No cenário atual, há uma crescente competição global, em que ocorrem mudanças constantemente, forçando as empresas a se adaptarem à nova realidade. E, segundo Goedert (2005), a competitividade gerada pela globalização obrigou as empresas a realizarem

adaptações e novos arranjos para superar a nova dinâmica. O autor reforça que neste cenário é possível constatar três premissas: a primeira é a respeito da existência da proliferação de redes de produção; a segunda é que as organizações em rede possuem um catalisador no processo de difusão do conhecimento e busca de novas oportunidades; e, por último, com a tecnologia sendo aprimorada constantemente, criou-se uma infraestrutura capaz de proporcionar às empresas condições para aprenderem, trocarem e interagirem seus conhecimentos, em uma rede globalizada.

Outro autor que vai de encontro a esses fatos é Tretyak (2001). Ele explica que as organizações em rede buscam realizar investimentos, para fortalecer e solidificar a relação entre elas, uma vez que essa união se tornou uma vantagem competitiva. Por outro lado, os investimentos na solidificação das relações não chegam a ser tão caros em comparação a outros tipos de melhorias como abertura de novas filiais ou aquisições. Ou seja, é mais interessante melhorar e aprimorar as relações, estar atento a diversos fatores como: transformações, oportunidades e estratégias, de modo a aproveitar as inovações presentes, caso contrário, uma ruptura desses relacionamentos pode ocasionar um alto custo para a organização

O conceito de governança é utilizado sob várias perspectivas, nos estudos organizacionais e, assim, foi possível perceber com o breve levantamento teórico feito tanto com a governança corporativa quanto com a pública. Neste tipo de relação, há uma formação entre organizações independentes e exige destas que realizem atividades que demandam uma coordenação multilateral, implicando a necessidade de organizar a ação coletiva e estabelecer um sistema de governança. Conforme os autores Provan e Kenis (2007, p. 231), a governança não é uma exigência legal (em redes), como é o caso da governança corporativa, mas, segundo os autores, ela é crítica para a eficácia das redes”, que precisam ser governadas sem o benefício da hierarquia ou da propriedade. Outro autor que corrobora com que estes autores apresentam é Borzel que utiliza a seguinte definição ao termo:

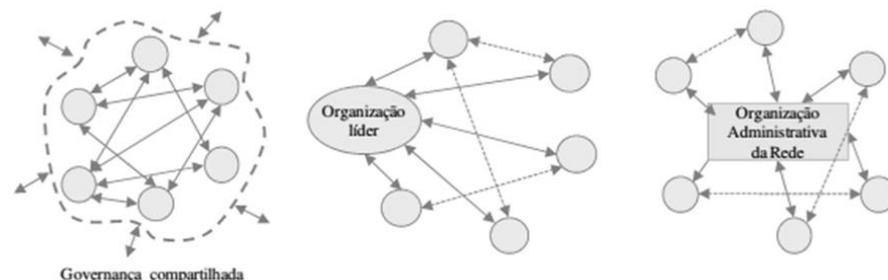
governança em rede é um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e interdependente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referência a uma política, e que intercambiam recursos para perseguir esses interesses compartilhados, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns (BORZEL 1998, p. 254).

Para Goedert (apud TRETYAK, 2001), as redes são como um sistema de interações, como um conjunto de agentes os quais são institucionalmente independentes entre si, mas que executam ações e controles interconectados. Essas redes são estruturas vivas interconectadas

permanentemente no mercado, na produção e estão em constante troca com as atividades e os recursos. Nesse contexto, a governança representa uma nova forma de governar em que se considera uma maior participação dos atores sociais tanto na elaboração quanto na implementação de políticas públicas, em um ambiente cada vez mais complexo, em virtude da globalização. O conceito de governança vem com o intuito de proporcionar uma nova reflexão sobre o papel tanto do Estado quanto da sociedade nas decisões públicas, ou seja, visa unir o Estado com a sociedade contemporânea (LEITE, 2010).

A governança em rede refere-se à forma como ela poderá ser estruturada e organizada pelos seus integrantes, além de contar com seus mecanismos regulatórios e de tomada de decisão, para garantir os interesses de todos os membros e, assim, assegurar que as normas estabelecidas sejam cumpridas tanto pelos gestores quanto pelos participantes (WEGNER, 2011). Provan e Kenis (2007) identificaram três modelos básicos de governança: governança compartilhada, governança com organização líder e governança por uma organização administrativa da rede. Ressaltam que cada modelo é utilizado por diferentes motivos e nenhum é necessariamente superior em todos os aspectos. Abaixo seguem três modelos básicos de governança em rede:

Figura 1 - Modelos Básicos de Governança de Redes Interorganizacionais.



Fonte: Provan e Kenis (2007).

Conforme a Figura 1, o primeiro modelo é o da governança compartilhada e é considerado o mais simples na perspectiva dos referidos autores. O segundo modelo, o da organização líder, ocorre em relações verticais (cliente-fornecedor) nas quais há uma organização com maior poder (e mais poderosa) e um conjunto de firmas menores e mais fracas. Já o último modelo, de organização administrativa da rede (OAR), é na qual o grupo cria uma entidade administrativa separada que tem como finalidade o gerenciamento da rede e de suas atividades, visando coordená-la e sustentá-la. Vale ressaltar que a OAR não é uma nova empresa e, ainda, segundo Provan e Kenis (2007), elas tendem a ser mais eficientes.

Assim sendo, pode-se observar que as redes funcionam a partir das relações sociais entre indivíduos que fazem parte das organizações – do setor privado e/ou do setor público – e que permitem um fluxo mais rápido e o cruzamento de informações mais eficiente, facilitando, assim, a coordenação dos trabalhos e, ao mesmo tempo, estabelecendo confiança entre as partes envolvidas, no intuito de preservar o relacionamento dos membros da rede (ALVAREZ; SILVA FILHO; PROENÇA, 2002).

Com base no exposto, é possível verificar que os estudos, a respeito dos tipos de governança, bem como suas possíveis dimensões e peculiaridades, ainda, não se esgotaram. Esse fato é validado, quando Goedert (2005) declara, em seu trabalho, que independentemente da complexidade de uma determinada rede, a sua função é a difusão de experiências e integração de recursos que estarão intimamente ligadas ao sucesso ou ao fracasso dessa união.

Bitran (2013) reforça essa concepção, ao destacar sua percepção dos possíveis ganhos das relações em rede, que seriam: redução do risco; foco para economia de escala; evitar barreiras legais; *co-option* para competir; facilitar a expansão tanto nacional quanto internacional; transferência de tecnologia e o relacionamento com parceiros de diferentes funções para valorização da cadeia de valor ao longo do processo produtivo.

Ainda, em relação aos ganhos a respeito da atuação em rede, Goedert (2005) cita os autores Lipnack e Stamps (1994), que relacionam outras razões para se trabalhar com cooperação, como, por exemplo:

- Marketing: marketing e venda em conjunto; pesquisas de mercado; avaliação de necessidades comuns; marca conjunta; e serviços de exportação/ escritórios no exterior.
- Treinamento: conhecimento especializado e habilidades específicas no comércio; habilidades básicas comerciais/profissionais; e habilidades gerais.
- Recursos: aquisições/compras conjuntas; armazenagem/estocagem conjunta; coordenação de fornecedores; equipamentos especializados; e serviços profissionais.
- P & D: desenvolvimento em conjunto de produtos e serviços; desenvolvimento de processos; compartilhamento de pesquisas e inovações; transferência e difusão de tecnologias.
- Pesquisa: programa conjunto de qualidade; benchmarking; compartilhamento de padrões internos; e certidões de padrões internacionais.

Com isso, observa-se que uma gestão em redes impõe tanto novos desafios administrativos quanto novas lógicas de tomada de decisão coletiva, além do compartilhamento de valores e objetivos, sem que seja deixado de lado o estabelecimento de prioridades e regras de atuação. Deste modo, a posição, a influência e a efetividade de todo “nó” presente na rede estão relacionadas à capacidade de cada membro para trabalhar e

articular dentro desse contexto. Ou seja, aqueles membros mais articulados e conscientizados trazem resultados positivos e o oposto acaba também sendo válido (FERNANDES; CASTRO; MARON, 2013). Essas inferências são observadas na seção seguinte, em que é esquematizado, de forma sucinta, a questão de governança para os recursos hídricos que são, (conforme exposto anteriormente), um bem de uso comum.

### **2.2.5 Comitê de bacia hidrográfica: a estrutura de governança dos recursos hídricos**

A governança é primordial para que ocorra a melhoria do ambiente e que as boas práticas predominem para, assim, evitar uma degradação dos recursos hídricos. E, conforme os autores Castellano (2007) e Simões, Macedo e Babo (2011) e seus estudos a respeito dos trabalhos de Ostrom, ela assinala a importância e necessidade da criação de uma terceira via, por meio de instituições cooperativas *ad hoc*, que são caracterizadas por serem organizadas e governadas pelos próprios utilizadores, ou seja, a auto-organização dos grupos; que essa estrutura segue, portanto, a perspectiva bottom up, para gerenciar os conflitos dos diferentes tipos de usuários, localizados em cada bacia hidrográfica.

Tanto a Lei das Águas quanto a recomendação da Agenda 21(1992) propuseram a cobrança do uso da água como um dos modos de gerir o recurso hídrico e, para preservá-lo e ao fazer isso, reconhece que este bem é escasso e limitado. Sendo assim, o seu uso precisa ser racional e sustentável para o desenvolvimento local e da sociedade. Entretanto, em épocas de escassez, o seu uso deve privilegiar o consumo humano e a dessedentação de animais (FRANK; SCHULT, 2007; WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Mas, para que seja possível a realização dos trabalhos e as ações atinjam todos os elos da sociedade e da economia, é necessário o trabalho em rede pelos seus ganhos e pela possibilidade de redução de (diversos tipos de) custos (GOEDERT, 2005). Tanto a teoria de governança em rede quanto a própria governança dos recursos hídricos apresentam uma complexidade que, se o trabalho não for bem gerido, poderá ocasionar graves consequências a todos os usuários. Ainda, segundo Goedert (2005), em seu trabalho, foram expostos os diferentes tipos de rede e como elas atuam, conforme os trabalhos realizados por Alvarez, Silva Filho e Proença (2002).

Alvarez, Silva Filho e Proença (2002) elencam cinco aspectos sobre rede, conforme abaixo:

- a) **sua composição:** redes homogêneas (formado por nós de uma mesma natureza, como por exemplo: uma empresa exportadora de calçados) e heterogêneas (organizações que desenvolvem atividades distintas, possuem recursos e objetivos diferenciados, como por exemplo: consórcio de pesquisa, empresas de software);
- b) **por coordenação:** a coordenação é exercida pelo nó central ou não;
- c) **seu formato:** os contatos passam por um único nó (espécie de hub); ou todos os nós relacionam-se entre si formando uma teia;
- d) **grau de centralização ou simetria:** visto que todos os participantes compartilham da mesma decisão; e
- e) **grau de formalização:**
- **redes sociais:** são regidas por instrumentos formais, baseadas em laços sociais. Nestas redes não há a constituição de um novo nó em função dos relacionamentos estabelecidos. Como exemplo de redes sociais simétricas podemos citar os distritos industriais (DI) e assimétricos o arranjo produtivo da Benetton;
  - **redes burocráticas:** existem regras e condições a serem seguidas para o relacionamento entre os nós. Exemplos de redes burocráticas simétricas: as associações comerciais e, assimétricas, as franquias, as redes de incubadoras e os parques tecnológicos; e
  - **redes proprietárias:** existem instrumentos formais/legais que dispõem sobre a alocação dos recursos e a propriedade dos nós. Exemplo de redes de propriedade simétrica seriam as joint-venture, sistemas de produção com alto valor tecnológico; já as redes proprietárias assimétricas seriam as associações do tipo capital venture / capital de risco.

Deste modo, é possível verificar a importância do trabalho em rede na gestão dos recursos hídricos em razão de sua complexidade e importância para que os trabalhos tenham condições de serem realizados. O Comitê PCJ (2015) valida essas informações, ao pontuar a importância dos Comitês de Bacias que possuem funções deliberativas e consultivas, respeitando as peculiaridades regionais, além de buscar eliminar conflito de interesses, interesses de lideranças locais e de órgãos estaduais e municipais.

Dessa forma, observa-se a importância de existir uma governança da água, já que ela tem como intuito gerir os conflitos pelo seu uso. Destaca-se que, em nível local, nos municípios, o governo é capaz de lidar com ações mais diretas, uma vez que está ligado ao cotidiano dos seus cidadãos (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

Tendo em vista que a água é um recurso de bem comum, a sua gestão pode ser feita por instituições da sociedade civil, ou organizações do Terceiro Setor, em prol do seu uso sustentável, pois, com o aquecimento global, cada vez mais a gestão do uso da água se torna relevante. Por isso, a seção seguinte se dedica a abordar a gestão dessas organizações com o intuito de subsidiar análises futuras dos resultados deste trabalho.

## **2.3 Gestão das organizações do terceiro setor**

### **2.3.1 Conceito**

Primeiramente cabe destacar que, além das organizações públicas (Governos) e das organizações de mercado (Empresas), existem as organizações da sociedade civil organizada que são comumente chamadas de terceiro setor. Além disso, é importante distinguir dois termos que, usualmente, geram dúvidas e até mesmo confusão. Coelho (2000, p. 58) defende que Terceiro Setor é diferente de setor terciário, pois este último diz respeito a tudo aquilo que não é agricultura ou indústria, ou seja, relaciona-se às atividades de transporte, de comunicação e à prestação de serviços. Assim sendo, o conceito e ideia de Terceiro Setor será discutido ao longo deste tópico.

Segundo Sampaio (2004), há dois elementos que distinguem as organizações do terceiro setor (OTS) das outras duas e que podem ser consideradas essenciais. Elas não visam ao lucro (caracterização das organizações de mercado) e não são dirigidas por nenhuma instância do Estado. Apesar disso, elas têm total liberdade de realizar parcerias tanto com o Estado quanto com o Mercado. Ainda, segundo o autor, para definir as Organizações do Terceiro Setor (OTSs), é necessário apresentar suas quatro características: i) são não governamentais; ii) não visam à distribuição de lucros; iii) têm algum grau de autogerenciamento; e iv) contam com nível significativo de participação voluntária.

Para Sampaio (2004), ainda não existe uma definição precisa sobre o termo Organização do Terceiro Setor ou Organização da Sociedade Civil (OSC), pois o que se constata é que o conceito de sociedade civil, para alguns autores, engloba o conceito de mercado; já outros acabam englobando o conceito de Estado. Apesar disso, para este trabalho, serão utilizados os conceitos sobre as OTSs ou OSCs, que são: organizações não governamentais (ONGs), economia social, setor voluntário, filantropia ou setor filantrópico, setor de caridade, que não visa ao lucro.

### **2.3.2 Pessoa jurídica pertencente às ots**

Segundo os trabalhos de Szazi (2000), existem basicamente dois tipos de pessoas jurídicas nas quais se encontram as organizações que compõem o Terceiro Setor, as Associações e as Fundações.

O primeiro tipo, as associações, podem ser definidas como “pessoa jurídica criada, a partir da união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa” (SZAZI, 2000, p. 27). Além disso, este tipo jurídico apresenta patrimônio, entretanto não são divididos os resultados entre os sócios e eles podem receber contribuições para fins educacionais, esportivos, culturais, morais, religiosos e recreativos.

O segundo tipo são as fundações que podem ser definidas como “um patrimônio para servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor” (SZAZI, 2000, p. 28). Essa modalidade pode ser caracterizada tanto como de direito público quanto de direito privado e é caracterizada pela destinação de bens com fins sociais que são determinados pelo fundador.

Pela legislação brasileira, alguns tipos de associações são beneficiadas com vantagens fiscais como a isenção e a imunidade. Por isso, pode-se realizar uma distinção entre os tipos de associação. De acordo com Sampaio (2004), fundamentando-se em Coelho (2000) e Szazi (2000), aquelas que possuem um cunho social e que promovem atividades, seriam funções do Estado, para o proveito de todos e aquelas que possuem cunho associativo para divulgação de interesse particulares de associados. Apenas a primeira possui vantagens fiscais. Já a autora Coelho (2000 apud SAMPAIO, 2004) utiliza termos diferentes com a finalidade de distinguir essas mesmas associações categorizadas por Szazi (2000). Para Coelho (2000), a primeira corresponde às associações com **fins públicos** que irão promover ações de interesse geral da sociedade, enquanto as outras são de **fins coletivos**, pois promovem ações apenas de interesse de grupos (SAMPALIO, 2004).

Sampaio (2004) pondera que essas distinções são necessárias e importantes a respeito da “utilidade pública” e para fins de classificação interna das diferentes organizações que compõem o Terceiro Setor.

### 2.3.3 Terceiro setor, uma nova via

Como forma de destacar a importância e a relevância adquirida pelas OTSs, nas últimas décadas, sob a perspectiva das organizações do setor público e do setor privado, seguem algumas razões apresentadas por Sampaio (2004) que explicam o aumento do espaço de ação do terceiro setor:

Em relação ao primeiro setor, o Estado reconhece que: i) as OTSs se tornaram uma nova alternativa para uma reforma em que o Estado busca promover as ações sociais; ii) as OTS se tornaram uma alternativa legal de terceirização de mão de obra e contratação de

pessoas para realizar os objetivos do Estado e essa relação possui menores encargos previdenciários e uma precariedade no vínculo empregatício; iii) a capacidade de inserção comunitária de algumas OTSs tem despertado interesses de agentes do Estado; iv) em nível internacional, as OTSs, conhecidas como ONGs, ganharam notoriedade pública e espaço para execução de políticas internacionais.

Do ponto de vista do segundo setor, o Mercado, as OTSs: i) tornaram-se uma alternativa para ações de responsabilidade social por parte das empresas; ii) passaram a ser uma forma de marketing societário das organizações privadas; iii) tornaram-se um grande potencial para as multinacionais realizarem ações de cunho social ou para incentivos fiscais ou até mesmo para destinarem uma parcela do imposto de renda retido; iv) as OTSs passaram a ser consideradas um ator importante junto às comunidades que atuam deixando as companhias mais valorizadas e bem vistas tanto pela sociedade e pelos *stakeholders*.

Tendo em vista alguns pontos de vista do primeiro e do segundo setor, em relação ao terceiro, acima descritos, percebe-se que as organizações civis têm sido reconhecidas como uma alternativa funcional para a sociedade do ponto de vista dos setores público e privado. A seguir, são abordados conceitos sobre poder e conflito que estão presentes no dia a dia das instituições públicas e privadas, auxiliando ou prejudicando o desenvolvimento das atividades organizacionais ou as relações interpessoais dos indivíduos, por meio de suas influências no ambiente institucional.

## **2.4 Poder**

O termo poder é um conceito amplamente discutido nos estudos organizacionais, bem como em diversas outras disciplinas dentro das ciências sociais. Isso se deve ao fato do crescimento das organizações, como também ao aumento da sua complexidade, uma vez que passa a haver cada vez mais estruturas, tarefas e habilidades tanto fragmentadas quanto especializadas e conhecimentos que são codificados, armazenados, avaliados e divididos. Gera, assim, a necessidade da criação de estratégias, para o direcionamento comum da organização e para ofuscar problemas e conflitos, decorrentes da divisão do trabalho (HARDY; CLEGG, 2001). Essa complexidade dentro das organizações, assim como sua importância, para as sociedades, em razão do seu impacto cultural, econômico e social, tem feito com que cresça a quantidade de estudos sobre o poder e suas relações no âmbito da teoria das organizações.

Segundo Weber (1997), o poder é a possibilidade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos realizar sua própria vontade em uma ação ou ir contra a ação de outro grupo. Ou seja, o sucesso da ação consiste em instigar um estado de coisas que corresponda ao objetivo pretendido, além disso, quando esse sucesso depende do comportamento de outros indivíduos, o ator da ação precisa possuir meios que possam induzir o outro para o comportamento desejado. Nesta perspectiva, pode-se realizar um comparativo com as reuniões nas diferentes esferas do Comitê de Bacias, visto que nelas existem representantes do setor público, do setor privado e da sociedade civil. Dependendo da temática ou do objetivo um grupo, contudo, pode haver ou existir uma relação de poder entre um grupo ou uma pessoa para que seja feita uma determinada vontade. Sendo assim, abaixo segue uma definição de Weber (1997, p. 43) a respeito do termo poder:

Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade. Por dominação deve-se entender a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas; por disciplina deve-se entender a probabilidade de encontrar obediência para um mandato por parte de um conjunto de pessoas que, em virtude de atitudes arraigadas, seja rápida, simples e automática.

Na definição apresentada por Weber (1997), observa-se que o poder possui a seguinte concepção: do poder legitimado, ou seja, é aceito de forma racional. Apesar disso, é necessário explicar que pode ocorrer, dentro das reuniões das Câmaras Técnicas (e nas outras esferas), uma relação de poder que existe como algo que pode ser distribuído, ficando implícito que ele também tem que ser produzido (PARSONS, 1960). Isto é, o poder, segundo Parsons (1960), é a capacidade generalizada, para servir à realização das obrigações encadeadas pelas unidades, como as Câmaras Técnicas, dentro de um sistema de organização coletiva, como o Comitê de Bacias, lembrando que as obrigações devem ser legitimadas em prol dos objetivos coletivos. Sendo assim, todo o poder que envolve um mandato, pode ser mais ou menos extenso, proporcionando aos seus detentores alguns direitos e, é claro, impondo algumas obrigações em relação àqueles que lhes estão sujeitos (PARSONS, 1960).

Somando-se aos estudos de Parsons (1960), há os trabalhos de Robbins (2000), que oferecem uma atenção às táticas de influência que nada mais são do que táticas de uso do poder que visam auxiliar a pessoa ou grupo que as utiliza a alcançar seus objetivos. Entre as diversas existentes, o autor destacou as seguintes táticas: legitimidade, persuasão racional, apelo inspiracional, consulta, troca, apelo pessoal, insinuação, pressão e coalização. Em seu

trabalho, o autor destaca que há táticas mais eficazes, bem como o uso de mais de um tipo para tornar mais eficaz a busca dos objetivos de uma pessoa/grupo. Outro aspecto é a possibilidade de usar as táticas de poder, para amenizar ou evitar um possível conflito, como, por exemplo, o uso combinado da legitimidade com a insinuação, para minimizar uma reação negativa, causada pelo uso do poder formal do chefe (ROBBINS, 2000).

Robbins (2000), ainda, destaca que, ao usar os tipos de táticas de poder, precisa-se observar o nível em que serão usadas, bem como qual tipo será utilizada para evitar efeitos negativos. Pode acarretar, pois, em uma influência negativa, ou seja, poderá acarretar maior resistência dos envolvidos, assim como o surgimento de conflitos e insatisfações. Entretanto a mesma tática que pode oferecer uma influência negativa pode acarretar uma influência lateral (sem ser negativa ou positiva), mas, para que isso ocorra, depende muito da pessoa que a usa, isto é, da habilidade da pessoa. Por fim, o autor destaca que a única que possui uma influência positiva é a persuasão racional, em que são utilizados argumentos lógicos e evidências, a fim de demonstrar que o pedido ou a proposta são viáveis, para serem aceitas e seguidas.

A concepção de Parsons (1960), também, segue a linha de pensamento de Hardy e Clegg (2001) cujo poder é exercido dentro de um contexto social marcado pela estabilidade, recorrência, padronização e interação cooperativa que podem ser o caso do estudo do presente trabalho na análise das Câmaras Técnicas. Esse levantamento se dará com análises de ATAs e observações não participantes e que serão explicados a posteriori. Nas Câmaras Técnicas existem normas e obrigações que são compartilhadas tanto pelos que exercem o poder quanto pelos demais e são mobilizadas pelo exercício de uma autoridade reconhecida. Entretanto esses levantamentos são observados em um cenário ideal, porém o objeto a ser observado é a ação e postura dos atores de cada entidade representante das Câmaras Técnicas que possuem uma racionalidade limitada e tendem a ter opiniões únicas ou diferentes, gerando, assim, conflitos entre si. Abaixo será discutido um pouco sobre esse termo e possíveis implicações.

## **2.5 Conflito**

Paralelamente, nos dias atuais juntamente com a presença do poder no ambiente, há a presença de outro conceito que está ligado diretamente ao Poder a que chamamos de Conflito. Conforme Berg (2012), o termo conflito passou a ser definido como um estado antagônico de ideias, de interesses ou até mesmo de pessoas e é caracterizado pela existência de situações incompatíveis ou divergentes entre si. Ainda, seguindo as ideias do autor, o conflito é evidente e inevitável e saber lidar com ele é uma característica valorizada pelos gestores

contemporâneos que é inevitável para gerir as atividades. Por outro lado, Chiavenato (2014) salienta que o conflito ocorre de outro modo e é por causa da diferença entre os objetivos e interesses pessoais, sendo inerente à natureza humana. O autor destaca que o conflito é o antônimo da colaboração ou da cooperação, ou seja, está ligado à discórdia e desacordo.

Enquanto isso, os autores Wilmot e Hocker (2011) aferiram que conflito pode ser entendido como um embate entre duas ou mais pessoas interdependentes, porque há situações ou problemas como: incompatibilidade percebida de crenças, valores e metas, ou sobre as diferenças existentes em função de desejos por estima, controle e conexão. Ou seja, o conflito pode ser estabelecido, quando uma das partes envolvidas, ao tentar obter êxito em seus objetivos ou há um determinado objetivo, interfere na busca dos objetivos da outra parte.

Apesar da concepção, de certo modo, negativa, apresentada pelos autores Wilmot e Hocker (2011), na atualidade, há alguns autores que entendem que os conflitos são naturais e necessários em todas as situações, uma vez que podem ser propulsores de mudanças dentro das organizações (BURBRIDGE; BURBRIDGE, 2012). O presente trabalho focará nos conflitos que possam gerar algum tipo de trava ou barreira para o desenvolvimento de uma ação e/ou projeto.

Sendo assim, os focos a respeito do termo conflito será com base nas principais causas levantadas por Berg (2012) e por Fustier (1982) que é uma das mais abrangentes e cada grupo pode se sobrepor ou combinar entre si. Vide quadro a seguir:

Quadro 5 - Grupo de conflitos.

Levantados por Berg	Levantados por Fustier
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças: quando ocorre por causa de uma pressão de mercado, forçando a organização a adaptar-se (às pressas) ao novo cenário. Isso geralmente pode ocorrer por fatores como: comportamentais, estruturais ou tecnológicos.</li> <li>• Recursos: como a escassez de recursos, em um período de crise, como o vivenciado atualmente (2016 e início de 2017), podendo causar inúmeros atritos, limitando assim o desempenho da equipe e da empresa como um todo.</li> <li>• Descompasso entre metas e objetivos: seria uma ausência de sintonia entre os diferentes setores da organização, por causa de objetivos conflitantes entre si, sem uma integração e coordenação maior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesse direto: seriam conflitos ocasionados por itens como remuneração, promoção e recompensas.</li> <li>• Condições sociais e a Organização: quando ocorre um desacordo quanto aos objetivos institucionais, fadiga, falta de motivação/interesse; reativo a mudanças, entre outros.</li> <li>• Tensões psicológicas: quando ocorre tensões e desentendimentos entre membros da equipe de um projeto ou setor.</li> <li>• Divergências intelectuais: seriam os conflitos de ambição.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A escolha dos grupos levantados tanto por Berg (2012) quanto Fustier (1982) se deve à abrangência dos itens, uma vez os possíveis conflitos, que possam surgir decorrentes da temática do trabalho das Câmaras Técnicas, estão englobados nos dois trabalhos. Logo definir somente alguns pontos a serem analisados e, assim, obter uma análise mais próxima da realidade.

Vale ressaltar dois tipos de conflitos que podem gerar um efeito em cadeia e ocasionar outros (BERG, 2012). O primeiro é o conflito pessoal que corresponde às inquietações de cada pessoa, entre o que ela está pensando e como age. Já o segundo tipo é o conflito interpessoal que ocorre entre indivíduos (dois ou mais) em que eles encaram a mesma situação de modo diferente. Ainda, dentro do segundo tipo, esse conflito pode se subdividir em conflitos dentro de um mesmo setor e entre áreas distintas.

O levantamento teórico feito sobre conflito é para culminar na ideia levantada por Moura e Teixeira (2010) cujos autores relatam a existência de conflitos abertos (todos conhecem), aqueles que são escondidos (poucos possuem conhecimentos) e, por fim, os conflitos velados (em estado latente prestes a “estourar”). Sua importância se deve ao fato de

que as Câmaras Técnicas são compostas por atores que possuem interesses específicos no uso e manuseio da água e, muitas vezes, vão contra os interesses e opiniões de outros membros.

### 3 PROCESSO METODOLÓGICO

Neste tópico são discutidos os procedimentos metodológicos adotados no projeto de pesquisa. Em tópicos anteriores foi propiciada uma contextualização a respeito do tema abordado e um levantamento teórico dos principais conceitos que serviram de base para a sustentação do presente trabalho. Além disso, o trabalho visa proporcionar uma contribuição importante ao conhecimento científico.

#### 3.1 Método da pesquisa

Para buscar responder aos objetivos propostos, optou-se pela realização de um estudo de caso de caráter descritivo, tendo nas abordagens qualitativa e quantitativa, ferramentas para estruturar o trabalho e, assim, atingir os objetivos traçados. E, para melhor entendimento de sua estrutura, o método de pesquisa está dividido em fases de ações, conforme tópicos abaixo.

#### 3.2 Estrutura metodológica adotada

A estrutura metodológica adotada contém as regras e as etapas que foram seguidas, na construção do presente trabalho, da realização das pesquisas até a finalização.

##### 3.2.1 Primeira fase

Na **primeira fase**, foi realizada uma análise documental que consistiu na contextualização do tema abordado por meio de uma revisão bibliográfica e documental, tendo como intuito levantar os principais conceitos sobre o tema, o papel e a relação da sociedade civil em um Comitê de Bacias.

##### 3.2.1.1 Revisão bibliográfica e pesquisa documental

Esta fase foi caracterizada, principalmente, pelo levantamento de dados e informações. Para a revisão teórica, a seleção dos textos e artigos científicos foi efetuada por meio de buscas nas plataformas de Periódicos CAPES, Scielo e Google Acadêmico, com base nas seguintes palavras-chave e suas combinações: gestão integrada, bacias hidrográficas, organização do terceiro setor, governança, crise hídrica, Agência Nacional da Água (ANA), Comitê de Bacias, agência das águas, consórcio PCJ, Comitê de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, Lei das Águas.

Na pesquisa documental, primeiramente foi efetuada uma leitura sobre o funcionamento de um comitê de bacia e a atuação e importância de cada ator, além do seu caráter representativo. A pesquisa documental ocorreu baseada no material que ainda não havia recebido tratamento analítico, como documentos oficiais, reportagens, documentos de reuniões, entre outros (GIL, 1999). Esse material foi utilizado para suprir a limitação de estudos científicos sobre a temática abordada. Portanto os meios utilizados, para a fundamentação teórica e documental, foi por documentos pessoais, meio eletrônico, livros, periódicos, teses e dissertações disponíveis nos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares e em bibliotecas virtuais ou não.

Ambas as ferramentas irão auxiliar na construção deste projeto visando responder aos seus objetivos. Ela se fundamenta no conteúdo de vários tipos de documentos conforme mencionado anteriormente, pois, segundo Gil (2007), devem seguir alguns passos (ao todo são seis passos), que são: a determinação do objetivo a ser alcançado, reconhecimento da fonte, identificação da fonte, aquisição do material, tratamento das informações, elaboração coerente da redação do estudo.

Uma vez que esses documentos/informações são necessários e auxiliarão na construção deste estudo e precisam oferecer dados em favor do entendimento dos acontecimentos, história da construção dos comitês e das relações e associações necessárias para o melhor entendimento possível, permitem tomar conhecimento da história, dos aspectos sociais, das atividades e da reconstrução dos fenômenos e seus antecessores, uma vez que são compostos por discursos registrados de pontos de vista da realidade social de determinado grupo (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011).

Em consequência, pode-se observar que o acesso a diversas bases de dados como a pesquisa documental e bibliográfica serviu de base à construção e ao embasamento teórico necessário, a fim de identificar os critérios que deverão ser discutidos e analisados na segunda etapa como a entrevista, a observação e a coleta de dados.

A seguir, a coleta de informação, Quadro 6, conforme os seis passos mencionados por Gil (2007). Destaca-se qual tipo de documento foi utilizado, além de sinalizar qual o conteúdo buscado em cada meio, o local em que estava disponível e em qual etapa do processo as informações foram coletadas, ou seja, em qual fase foram adquiridas determinadas informações.

Quadro 6 – Coleta de Informações.

Documento	Justificativa	Conteúdo buscado	Local	Quando
Leis	As leis são aquelas responsáveis por ordenar as ações.	Leis sobre a gestão dos recursos hídricos.	Site oficial do Governo Nacional.	Ao longo de todo o trabalho.
Artigos	Pesquisas já publicadas e que apresentam dados confiáveis.	Conceitos, relatos, descrições.	Site Scielo, teses, dissertações.	Ao longo de todo o trabalho.
ATAs	Apresentam dados sobre os trabalhos realizados e como está a perspectiva de cada Câmara Técnica analisada.	Relação de conflito e poder, trabalhos realizados e papel da sociedade civil.	Site institucional.	No período antecedente de coleta de dados.
Sites de OTS	Nos sites institucionais encontram-se diversas informações a respeito das organizações.	Projetos realizados, projetos em andamento, causas defendidas, missão, objetivo, foco de atuação, entre outros.	Site institucional.	No período de coleta de dados.
Site do Comitê PCJ	No site institucional encontram-se diversas informações a respeito do Comitê bem como as suas ATAs.	ATAs das reuniões, tanto as normais quanto as extraordinárias.	Site institucional.	No período de coleta de dados.

Fonte: Próprio autor.

Ressalta-se que os levantamentos das informações institucionais visam ajudar na segmentação do perfil bem como características peculiares dos atores envolvidos.

### 3.2.1.2 Análise documental: ATAs

Conforme mencionado no Quadro 4, na fase de coleta de informações, foi feita a leitura das ATAs de 5 (cinco) Câmaras Técnicas pertencentes ao Comitê de Bacia Hidrográfica PCJ, que são:

- Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural): sendo 55 ATAs de Reuniões Ordinárias (RO) e 6 ATAs de Reuniões Extraordinárias (RE) e intervalo de análise compreendendo out/10 a ago/16.
- Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria): sendo 41 ATAs de RO e 1 ATA de RE e intervalo de análise compreendendo nov/09 a jul/16.
- Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL): sendo 37 ATAs de RO e 4 ATAs de RE e intervalo de análise compreendendo abr/10 a jul/16.
- Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA): sendo 34 ATAs de RO e 5 ATAs de RE e intervalo de análise compreendendo jun/10 a fev/16.

- Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN): sendo 37 ATAs de RO e 2 ATAs de RE e intervalo de análise compreendendo fev/10 a jul/16.

O motivo da escolha das ATAs das reuniões das Câmaras Técnicas, em vez das reuniões do Comitê de Bacias, foi por dois motivos; o primeiro pela quantidade (ao todo 30 ATAs entre RO e RE perante as 222 ATAs das Câmaras Técnicas) e segundo pelo intervalo de acontecimentos (duas vezes ao ano perante, em média, cada 2 meses de cada Câmara Técnica). Além disso, a leitura prévia destes documentos, nesta fase, foi fundamental para auxiliar na construção da entrevista e no roteiro da observação não participante que será trabalhada na segunda fase.

### **3.2.2 Segunda fase**

Na **segunda fase**, foi feita a consolidação das informações, para a definição da metodologia a ser adotada pelo pesquisador, bem como a estrutura a ser realizada na preparação das ferramentas de coleta de dados, na aplicação e consolidação. O estudo de caso tem um caráter descritivo como a escolha de condução do presente trabalho.

#### **3.2.2.1 Estudo de caso de caráter descritivo**

De acordo com Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é um estudo empírico que visa investigar um fenômeno atual dentro do contexto em que está inserido, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. O autor, ainda, acrescenta que o estudo de caso é adequado para responder perguntas do tipo “como” e “por que” e é bem apropriado para gerar e construir teoria em uma área em que há poucos dados ou teoria. Ainda, de acordo com o autor (YIN, 2001), o estudo de caso utiliza quatro tipos de fontes de informações que são os documentos, estatísticas, observações e entrevistas. Todas essas fontes foram utilizadas, em maior ou menor grau, no trabalho.

Conforme Gil (2008a), assinala-se que a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, sendo muito comum a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a análise documental, o questionário e a observação não participante. Em outras palavras, a pesquisa do tipo descritiva ocorre, quando

se tem como propósito descrever as características do grupo (Sociedade Civil, no caso deste trabalho), estimar determinadas características ou comportamentos dentro da população específica ou verificar existência de relação entre ela e outros membros que estão relacionados (Entidades privadas e Públicas).

### **3.2.2.2 Triangulação de dados**

O estudo quantitativo é adequado, pois permite encontrar relações entre variáveis e neste trabalho foi utilizado na pesquisa documental das ATAs das Câmaras Técnicas pertencentes ao Comitê de Bacias. Para Malhotra (2001), a pesquisa documental é um tipo de pesquisa de caráter exploratória e não estruturada, baseada em uma pequena amostragem que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema. Tem como principal característica o uso de perguntas abertas, sem opções de respostas pré-determinadas.

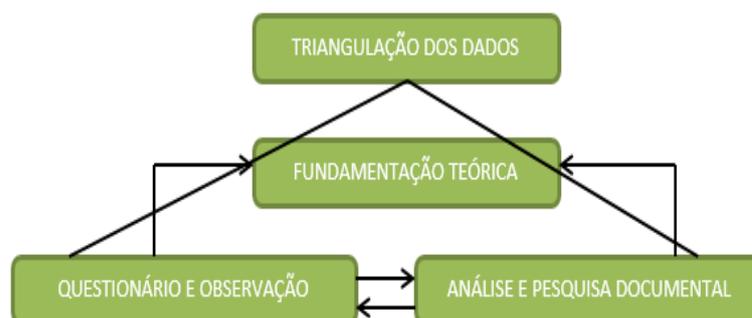
Por outro lado, o estudo qualitativo tem como principais características: a observação dos fatos; a busca pela compreensão do contexto de determinada situação, relacionando-a com o objetivo do estudo; a ênfase no processo dos acontecimentos e o emprego de mais de uma fonte de dados. Proporciona descrições ricas sobre a realidade específica, ajuda o pesquisador a superar suas concepções iniciais, além de revisar as estruturas teóricas adotadas anteriormente (BRYMAN apud ORSSATTO, 2002, p. 103).

O motivo de se utilizar métodos qualitativos e, em alguns casos, o uso de métodos quantitativos é a importância do uso de ambos como uma complementaridade de estudo. Conforme os estudos de Yin (2001), podemos chegar à conclusão de que é inapropriado pensar em ambos os métodos separadamente, ou seja, utilizando uma triangulação de dados. Igualmente, conforme o autor, há casos em que o uso dos dois métodos se tornam extremamente importantes, pois são capazes de neutralizar desvios inerentes a quaisquer fontes de dados ou métodos de coleta e análise de dados e, assim, complementando o estudo e solidificando a validade das informações obtidas. Vale lembrar que os resultados da parte qualitativa podem auxiliar a explicar os resultados obtidos na parte quantitativa e vice-versa.

Entretanto estima-se que a triangulação de dados ou informações não será restrita somente ao uso em conjunto dos métodos qualitativos e quantitativos. Uma vez que o questionário/entrevista, bem como a observação não participante terá como finalidade justificar, contradizer ou amparar o que foi realizado na pesquisa e análise documental, será possível observar quando ocorrer o tratamento dos dados coletados. Para que isso seja possível, é necessário o tratamento de dados, por meio de uma triangulação de dados, sugerida

por Oliveira (2010). A triangulação de dados, também, será usada, para consolidar todas as informações obtidas na fase de campo (quarta fase) e naquelas levantadas anteriormente (segunda fase), conforme Figura 4 abaixo.

Figura 2 – Processo de triangulação de dados.



Fonte: Oliveira (2010).

### 3.2.2.3 Uso da ferramenta qualitativa e quantitativa

O uso das ferramentas qualitativa e quantitativa tem como objetivo complementar os resultados que serão obtidos nas etapas de: análise documental (feita na segunda fase), entrevista e na observação não participante (que serão realizadas na terceira fase) e tem o objetivo de auxiliar no entendimento e compreensão do grupo estudado.

Conforme Denzin e Lincoln (2000), envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do objeto de estudo, ou seja, significa que os pesquisadores qualitativos estudam coisas, em seu cenário natural, ao buscar compreender e interpretar o fenômeno, valorizando significados que as pessoas lhe atribuem, sendo o ambiente natural fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador, o instrumento-chave. Neste sentido, a pesquisa qualitativa é indicada, quando se tem uma preocupação maior com o entendimento de um determinado assunto ou tema ou situação, não objetivando realizar uma generalização (BAUER; GASKELL, 2007). Será buscado, nesta etapa, fazer um levantamento sobre o perfil das Organizações da Sociedade Civil, objetivando melhor entendê-las e verificar se há a existência de uma rede de trabalho entre elas.

A parte quantitativa, conforme Richardson (1999), é caracterizada pelo uso da quantificação, tanto nas etapas de coleta de informações quanto em seu tratamento, por meio de técnicas estatísticas, procurando quantificar os dados e aplicar alguma forma da análise estatística.

### 3.2.3 Terceira fase

Na **terceira fase**, foi realizado o estudo de caso em campo por meio de observação não participante e aplicação de entrevistas, mas a observação não participante ocorreu em duas reuniões de Câmara Técnica. A primeira, na cidade de Santa Bárbara do Oeste, no dia 09/11/2016, em São Paulo, referente à reunião da CT-RN, e a segunda foi na cidade de Rio Claro, no dia 25/11/2016, em São Paulo, referente à reunião da CT-Rural.

Durante as reuniões de ambas as câmaras técnicas, foi destinado um período de tempo dentro do cronograma, para que se pudesse expor o presente trabalho e solicitar a ajuda dos membros para realização das entrevistas. Outro fator que ocorreu, no período de coleta de dados, foi que, após a reunião do dia 09/11, a equipe da CT informou que haveria um Encontro da Sociedade Civil que estava sendo organizado pelo Consórcio PCJ.

#### 3.2.3.1 Observação não participante

Com o intuito de enriquecer as informações obtidas, nas etapas quantitativa e qualitativa e, assim, atingir o objetivo geral desta pesquisa, o pesquisador deste trabalho participou de duas reuniões, conforme dito anteriormente. Também ocorreu uma terceira observação-participante, que será explicada no tópico seguinte (Entrevista, no subitem sujeitos da pesquisa), uma vez que essa oportunidade foi descoberta na participação da primeira reunião.

O roteiro, para a realização das observações, foi elaborado no período da segunda fase e os pontos a serem observados foram definidos, conforme opiniões previamente estabelecidas, após leitura das ATAs, na primeira fase. Portanto proporcionar condições de verificar como é a interação dos membros da sociedade civil e, conseqüentemente, coletar mais dados, proporcionando, assim, maior embasamento das informações.

Conforme Gil (2008b), a observação é bastante utilizada conjugada com outras técnicas. Para ele, esse tipo de técnica é caracterizado como espontânea e informal, mas exige o controle na obtenção dos dados. A sua forma de registro da observação pode ser por tomada de notas por escrito, e, nesta pesquisa, os registros serão feitos, por meio de anotações *in loco*, em reunião da Câmara Técnica que irá ocorrer, no mês de novembro, nos dias 09 e 25 de 2016. Destaca-se que as anotações *in loco* seguirão uma lógica previamente elaborada para obter o máximo de informações úteis (APÊNDICE E). Outros atores que concordam com a mesma perspectiva são Marconi e Lakatos (1996), pois afirmam que o observador entra em

contato com o grupo em estudo, porém não se envolve, muito menos se integra a ele, permanecendo de fora. Ou seja, na observação não participante, o observador presencia o fato, mas não participa dele.

Compreende-se que a observação não participante é aquela na qual o pesquisador não se envolve com o objeto pesquisado e, também, é conhecida como simples. Nela o pesquisador permanece alheio à comunidade ou ao processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado. A observação é vital para o estudo de aspectos da realidade, uma vez que o observador é obrigado a ter um contato maior com a realidade (GIL, 2008a).

Outro aspecto levado em consideração foi o caráter exploratório da pesquisa que foi baseada em uma pequena amostragem que visa proporcionar percepções e compreensão do contexto do problema estudado. Apresentando um número de questões por escrito às pessoas, tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas (GIL, 1999, p. 128).

### **3.2.3.2 Entrevista**

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas em pesquisas sociais e esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas creem, sabem, esperam e desejam, proporcionando um valor material para se trabalhar (GIL, 1999). A construção do questionário foi feita na segunda base usando material coletado por meio da pesquisa bibliográfica e com a leitura das ATAs.

Sendo assim, foi definido que a entrevista seria semiestruturada, visto que, segundo Laville e Dionne (1999), pode ser definida como uma lista das informações que se deseja buscar do entrevistado, mas a estrutura da pergunta e a ordem das questões feitas irão variar conforme as características de cada entrevistado. Além disso, as entrevistas terão o seguinte caráter: perguntas abertas, feitas em uma ordem prevista, apoiadas no referencial desenvolvido, nos objetivos e nas leituras das ATAs. O modelo de entrevista utilizado pode ser observado no Apêndice F.

#### **3.2.3.2.1 Sujeitos da pesquisa, tipo de amostragem e coleta de dados**

Antes da explanação a respeito dos sujeitos da pesquisa, bem como o tipo de amostragem, é necessário explicar que, no período de coleta, entre os dias 09/11/2016 e

11/11/2016, ocorreu um fato externo: a reunião da CT-RN, marcada para o dia 11/11, foi transferida para o dia 25/11 e, no dia 09/11, na reunião da CT-Rural, foi informado que estava ocorrendo um trabalho organizado pelo Consórcio PCJ.

Por essa informação a respeito do Consórcio, verificou-se que o trabalho era uma iniciativa do órgão, para oferecer maiores informações à Sociedade Civil (foco do presente trabalho), intitulada de: Encontros (ao todo foram cinco encontros) com a Sociedade Civil da Bacia PCJ. Por causa do tema relevante e por ser foco do trabalho, foi decidido que esse autor participasse do Encontro (no caso foi o segundo realizado pelo órgão) e expusesse o trabalho pedindo a colaboração das pessoas presentes a auxiliar na coleta de dados posteriormente.

Deste modo, os sujeitos das pesquisas foram divididos em grupos e características, pois o questionário de entrevista seria diferente para cada grupo. Decidiu-se pela seguinte maneira:

- GRUPO 1 - Apêndice A, os respondentes seriam: membros participantes das reuniões da CT.
- GRUPO 2 - Apêndice B, os respondentes seriam: coordenador, coordenador adjunto e o secretário.
- GRUPO 3 - Apêndice C, os respondentes seriam: membros participantes dos Encontros realizados pelo Consórcio PCJ.
- GRUPO 4 - Apêndice D, os respondentes seriam: membros do Consórcio que organizaram o Encontro.

A definição do tipo de amostragem utilizada foi a não probabilística por conveniência. Primeiramente, uma amostragem não probabilística, por meio do pesquisador, busca decidir, de forma arbitrária ou conscientemente, os elementos a serem incluídos na amostra. Além disso, ela proporciona uma vantagem referente aos custos e ao trabalho envolvido no desenvolvimento da estrutura da amostragem onde eles são minimizados (MALHOTRA, 2001).

De acordo com Malhotra (2001), o motivo de ser por conveniência é pelo fato dos elementos serem selecionados, de acordo com a conveniência do pesquisador, conforme observado nos elementos presentes nos Grupos 1, 2, 3 e 4. Salienta-se que as entrevistas foram enviadas, via e-mail, aos coordenadores que auxiliaram na sua divulgação e cobrança. Considerou-se, assim, a colaboração dos membros em responder e retornar a entrevista preenchida. Enfatiza-se que o motivo da condução ter sido via e-mail deve-se ao fato de

questões geográficas tanto do pesquisador quanto dos respondentes que tornariam inviável a coleta de dados. Sendo assim, os questionários foram enviados próximo às festas de fim de ano (enviado no final da 1ª quinzena de dezembro de 2016) e foi solicitada, no início e no final de janeiro de 2017, ajuda para ampliar a taxa de retorno (respondentes).

Por fim, as respostas foram analisadas com o auxílio da análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza diretrizes sistemáticas e objetivas de descrição dos conteúdos das mensagens (BARDIN, 2011) que será realizada na quarta fase.

### 3.2.4 Quarta fase

Na **quarta fase**, ocorreu a análise e interpretação dos dados obtidos por meio: da leitura de ATAs (feita na primeira fase), consolidação das informações obtidas na observação não participante, Apêndice E e nas entrevistas, Apêndice F (feito na terceira fase).

A etapa de análise e interpretação ocorreu, após o recebimento do roteiro de entrevistas, devidamente preenchido pelos entrevistados para, assim, proceder à análise de conteúdo para interpretação e categorização dos dados, além das informações coletadas nas observações não participantes juntamente com as anotações feitas na leitura das ATAs, que ocorreu na primeira fase.

Ressalta-se que nesta fase foi utilizada, novamente, a triangulação de dados, uma vez que se fundamenta na lógica de utilizar várias fontes de evidências (ATAs, observação e entrevistas). Por causa da utilização de várias fontes na coleta de dados, ao mesmo tempo, isso tornou-se um ponto forte muito importante para estudos de caso (YIN, 2001).

Na análise de conteúdo, segundo Laville e Dione (1999), buscou-se demonstrar a estrutura e os elementos do conteúdo, visando esclarecer suas diferentes características e significação. Ainda, conforme os autores, no momento da operacionalização, informam que o pesquisador deve realizar recorte dos conteúdos em elementos que serão agrupados em categorias. Com a fragmentação da informação, o pesquisador poderá traduzir uma ideia particular que tanto pode ser um conceito como uma relação entre conceitos.

Reforçando essas concepções, o autor Bardin (2011) esclarece que os conjuntos de informações, submetidos à análise, anotações em campo e as entrevistas compõem o corpo da pesquisa e têm o objetivo de permitir a obtenção de dados, para fundamentar a pesquisa deste projeto e, assim, responder aos questionamentos levantados como também seu problema de pesquisa. Além disso, Minayo (2007) reforça, quando explica que a análise de conteúdo

relaciona as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados, com o objetivo de articular a superfície dos textos com os fatores que determinam as suas características.

Deste modo, ela é vista como um método empírico que depende do tipo de fala a que se dedica e ao tipo de interpretação que se pretende com os objetivos. Bardin (2011) salienta, ainda, que a análise de conteúdo permite a criação de categorias as quais ajudam e clarificam a interpretação dos dados qualitativos.

Ainda, segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo ocorre em três fases: (1ª) pré-análise; (2ª) exploração do material e (3ª) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

A pré-análise é o que ocorre, quando a organização que irá iniciar os primeiros contatos aos relatos para, em seguida, a preparação do material para análise.

A segunda fase, a exploração do material, constitui, geralmente, uma fase longa e dispendiosa a qual se refere, fundamentalmente, às tarefas de codificação, envolvendo os seguintes aspectos: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).

Por fim, na última fase, há o tratamento dos dados que é a inferência e a interpretação, objetivando tornar as informações válidas e dar-lhes um significado. Para isso, como ferramenta de apoio, são utilizados procedimentos analíticos estatísticos que possibilitam definir quadros, diagramas e figuras que sintetizam as informações obtidas na pesquisa realizada. Com isso, à medida que as informações foram obtidas, foram confrontadas com informações já existentes, possibilitando até realizar generalizações, tornando, assim, a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa (GIL, 2008a).

### **3.3 Resumo da metodologia**

Como forma de exemplificação e melhor entendimento para o leitor, pode-se observar, no Quadro 7, a sumarização da metodologia adotada, evidenciando cada objetivo, assim como sua forma de obtenção e análise de resultado, a fim de proporcionar ao leitor quais as ferramentas foram utilizadas, para se obter os resultados e, conseqüentemente, responder aos objetivos tanto específicos quanto o geral.

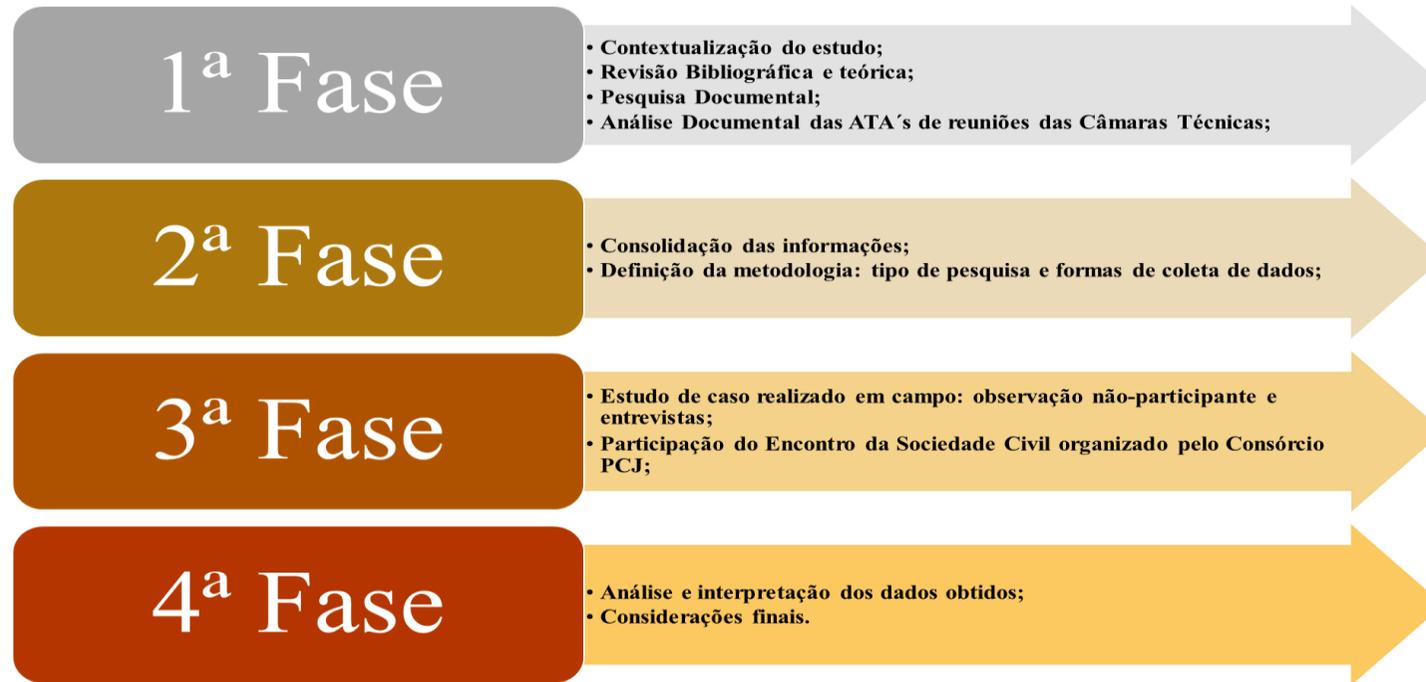
Quadro 7 – Sumarização da metodologia aplicada no projeto na pesquisa.

<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Formas de Obtenção</b>	<b>Análise de Resultados</b>
Analisar o perfil, o poder de influência e os conflitos decorrentes da participação das organizações da sociedade civil na gestão integrada das Câmaras Técnicas pertencentes ao CBH-PCJ.	Analisar o perfil dos membros da Sociedade Civil que participam nas CTs estudadas.	Site institucional do Comitê PCJ. Leitura e Análise das ATAs. Referencial teórico.	Análise de Conteúdo.
	Analisar as principais características dos atores atuantes tanto nas CTs quanto no Consórcio PCJ.	Entrevistas. Observação não participante.	
	Analisar o papel da Sociedade Civil dentro das CTs e do Consórcio PCJ.	Questionários. Entrevistas. Observação não participante.	Triangulação de dados.
	Verificar como ocorre a influência de poder e os conflitos referentes às interações entre a sociedade civil e os demais membros das CTs e do Consórcio PCJ.	Questionários. Entrevistas. Observação não participante.	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Por fim, observa-se, na Figura 3, que a pesquisa foi estruturada em 4 fases, as quais permitiram ao pesquisador dividir e organizar as atividades que serviram de sustentação à dissertação.

Figura 3 – Estruturação da pesquisa.



Fonte: Elaborada pelo autor.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O capítulo de resultados foi dividido em duas partes com o objetivo de expor informações, para que qualquer pessoa que desconheça o assunto ou possua poucas informações, a respeito do tema, possa entender adequadamente o que foi estudado.

A primeira parte refere-se aos motivos que levaram à escolha da região de estudo, bem como suas particularidades e foi subdividida em:

- Questão hídrica que tem o intuito de reforçar o que foi tratado no referencial teórico, a respeito da água, um bem comum, com um apanhado histórico recente a respeito da questão hídrica.
- Constituição Paulista e a Lei 7.663/91.
- Caracterização da região de estudo.
- Breve histórico a respeito do Consórcio PCJ, uma vez que este órgão foi incluído durante a fase de coleta de dados (conforme explicação na parte metodológica).
- Breve introdução expondo que é o Comitê de Bacias Hidrográficas.
- Finalizando na distinção entre o CBH-PCJ e o Consórcio PCJ.

Após introdução de nivelamento, a segunda parte distingue as análises e resultados obtidos, no período de coleta de dados, sendo subdividida em:

- Análise documental das ATAs.
- Análise das entrevistas com os membros do Consórcio e das CTs.
- Análise das entrevistas com os membros do Consórcio e das CTs.
- Análise das observações não participantes.

### **4.1 Primeira parte dos resultados**

#### **4.1.1 Contextualização da questão hídrica**

##### **4.1.1.1 Questão hídrica no mundo**

Na busca pelo desenvolvimento econômico e social, o ser humano explora os recursos naturais ao máximo, como se eles fossem inesgotáveis, entretanto essa postura é insustentável, pois, ao acarretar diversos danos, muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente, compromete as

gerações futuras. Um dos principais biomas afetado pela contaminação é o recurso hídrico, que está intimamente ligado ao desenvolvimento humano e, conseqüentemente, à ocupação e ao uso do solo (FANTON et al., 2008).

Com a degradação, a falta de cuidado, o uso descontrolado pelos diversos atores da sociedade (como a indústria, a agricultura, a população, o abastecimento, dentre outros), o uso inadequado e sem consciência, além da poluição gerada acarretam um cenário preocupante, em que o recurso hídrico, cada vez mais escasso (e finito) em quantidade para todos, também, apresenta uma falta de qualidade (SANTIN; GOELLNER, 2013).

Segundo Malheiros, Prota e Perez (2013), desde a primeira conferência global sobre questões ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo - Suécia, em 1972, todos os eventos internacionais têm demonstrado preocupação a respeito da água e, conseqüentemente, as conseqüências da sua falta e/ou poluição para todos os atores que dela necessitam. Além disso, a partir desta conferência, houve uma ampliação no discurso sobre a importância do planejamento integrado do uso da água e sua gestão necessitaria de uma ação conjunta, envolvendo os usuários, os planejadores e os responsáveis pelas decisões em todos os níveis, para, assim, alcançar um gerenciamento eficiente dos recursos hídricos (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL, 1998; MALHEIROS; PROTA; PEREZ, 2013). Reconhecendo assim a importância e a necessidade de se estabelecer arranjos, nas diversas esferas nacionais (municipal, estadual, federal) e internacionais, visando à adoção da bacia hidrográfica como entidade geográfica para a gestão dos recursos hídricos.

Todavia, somente após 20 anos, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como ECO 92 ou RIO 92, foi lançada a Agenda 21, em que 179 países assumiram o compromisso de contribuir com a preservação do meio ambiente. Este documento apresenta 40 capítulos e, no seu 18º capítulo, há um conjunto de ações e propostas a respeito da gestão dos recursos hídricos tendo como objetivo geral:

assegurar que se mantenha uma oferta adequada de água de boa qualidade para toda a população do planeta, ao mesmo tempo em que se preservem as funções hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas, adaptando as atividades humanas aos limites da capacidade da natureza e combatendo vetores de moléstias relacionadas com a água. Tecnologias inovadoras, inclusive, o aperfeiçoamento de tecnologias nativas, são necessárias para aproveitar plenamente os recursos hídricos limitados e protegê-los da poluição (AGENDA 21, 1992, p. 155).

Os desdobramentos dessas conferências passaram a girar em torno do seguinte fato: “sem água não existe a vida”. Portanto este recurso natural é primordial e, por isso, todos os atores necessitam gerir melhor ao usá-lo, para, assim, evitar uma possível disputa entre países, por meio de guerras, em razão da sua escassez, como ocorreu, no século passado, com o petróleo.

#### **4.1.1.2 Questão hídrica no Brasil**

O Brasil não está livre dos impactos causados pelos avanços tecnológicos, expansão populacional e crescimento pela demanda dos recursos naturais, como as sérias crises de escassez e graves problemas de poluição e contaminação dos recursos. Vargas (2013) aponta os riscos decorrentes da perda crescente da nossa biodiversidade, como é o caso da Mata Atlântica que, atualmente, possui apenas 8% de seu ecossistema original.

Embora o Brasil tenha proporções continentais e possua diversos biomas e características distintas, em seu território, cada região possui suas particularidades no que tange aos problemas enfrentados, como a seca no Nordeste, grandes pastagens no Centro Oeste, plantações de monoculturas no Oeste paulista entre outras situações.

Além disso, existe uma cultura enraizada na população brasileira de que o recurso natural água é ilimitado, ou seja, inesgotável e, por isso, ocorrem os mais diversos tipos de desperdícios – lavagem de calçadas, banhos demorados, falta de investimentos em setores de distribuição – sem que haja um controle mais rígido. Entretanto esse cenário tem mudado, por causa dos últimos acontecimentos, como a grave crise hídrica no Estado de São Paulo, mudanças climáticas, estiagens prolongadas e a falta de investimento preventivo. Todavia as iniciativas continuam modestas perante o cenário alarmante em que se encontram algumas regiões, em especial, o Estado de São Paulo, o principal foco deste estudo (BARRIOS; OLIVEIRA, 2015).

#### **4.1.1.3 Questão hídrica no estado de São Paulo**

O Estado de São Paulo é composto por 21 Comitês de Bacias Hidrográficas e, dentre eles, o Comitê de Bacias Hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ). Ainda assim, o CBH-PCJ é formado por um conjunto de 7 sub-bacias (Figura 4), dentre as quais a Sub-bacia Jaguari (que também se pode chamar de Jaguariúna) na qual se encontra, por exemplo, a segunda maior fábrica da AMBEV (filial Jaguariúna) entre outras empresas

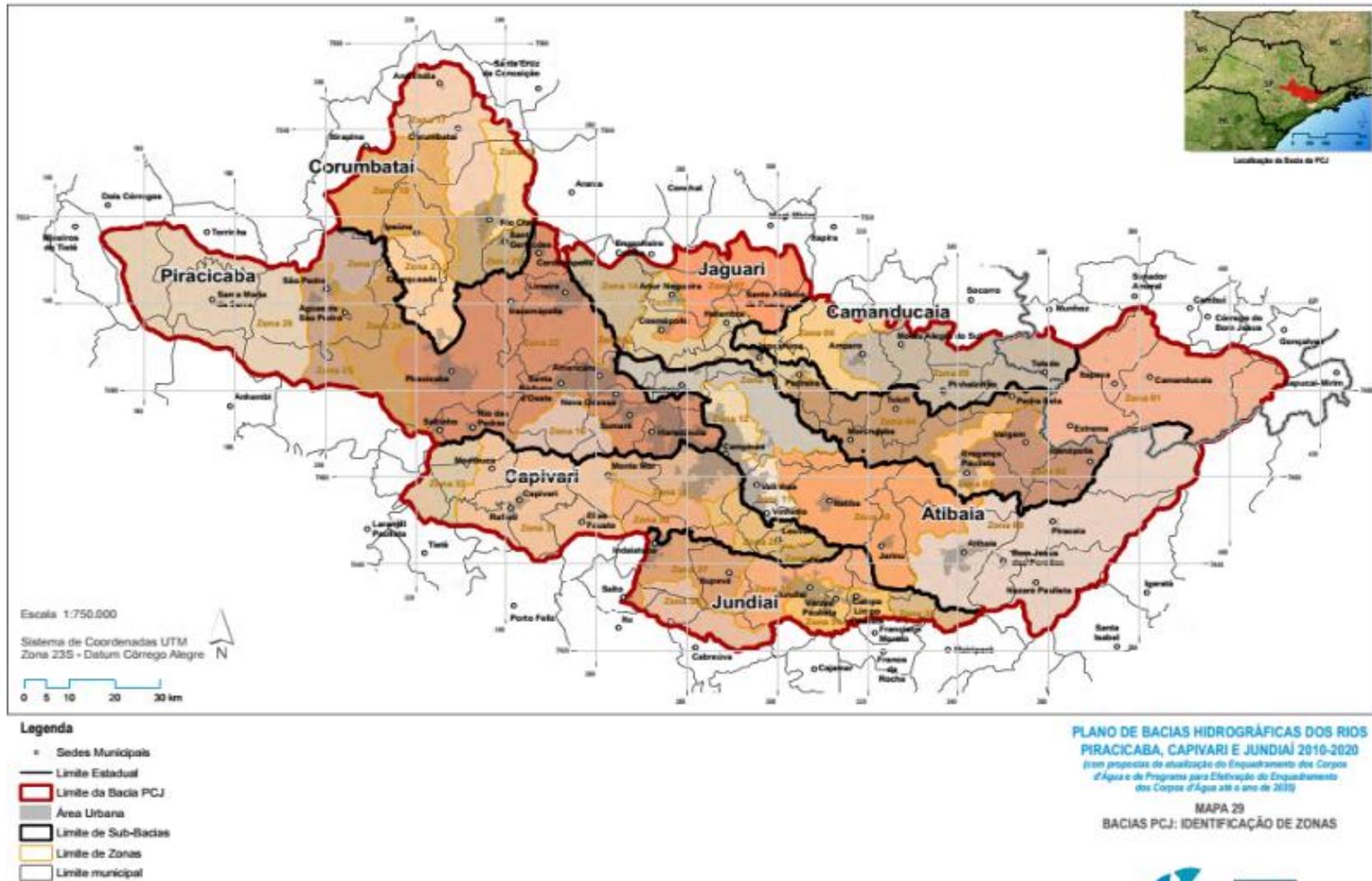
multinacionais. Caso neste local ocorra um uso inadequado, um descaso, uma poluição e/ou uma falta de comprometimento, neste trecho, poderá comprometer todo o esforço e ações no curso a jusante de um determinado rio, ou seja, independentemente do porte e da importância do rio ou bacia é necessário o trabalho conjunto de todos os atores (OLIVEIRA; NOGUEIRA; SARTORI, 2014).

Por isso, é necessária a atenção de todos os atores que compõem o CBH-PCJ sobre os fatos que vêm ocorrendo na região e sendo noticiado nos principais meios de comunicação como a falta de chuva, a seca, diminuição dos reservatórios, poluição, desperdício, tanto dos atores quanto referente à falta de manutenção do sistema de distribuição. Essa bacia disponibiliza água, para mais de 10 milhões de pessoas e ela se encontra em uma das regiões mais importantes do país, considerando o PIB (Produto Interno Bruto) (RIBEIRO, 2011). Caso a seca aumente e a disponibilidade da água diminua, segundo McCann, Moore e Walker (2011), o Estado como um todo terá como consequência a diminuição da produção de alimentos, a qualidade do ar será afetada, queimadas serão mais constantes, além de outros problemas. Este contexto crítico pode ser amenizado, na atual conjuntura, a fim de se evitar um agravamento, desde que haja uma gestão tanto para a utilização e manutenção dos recursos hídricos como na conscientização dos envolvidos.

Além disso, é necessário que haja uma reeducação para mudar a cultura de desperdício e encarar a água como um recurso finito. Segundo Ribeiro (2011), a oferta hídrica da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é pequena por sua demanda tanto populacional quanto industrial. Esse fato impacta, diretamente, a Bacia Hidrográfica Piracicaba, Capivari e Jundiá (BH-PCJ), uma vez que parte do seu potencial hídrico é destinado à RMSP.

Pela sua complexidade e, conforme Campos e Fracalanza (2010) expõe em seus estudos, a gestão das águas no país ocorreu de forma fragmentada e centralizada no seu início e, por causa disso, cada setor tinha o seu planejamento e medidas específicas. Assim, a gestão pode ser considerado um instrumento muito importante, pois estabelece normas e padrões que poderão ser seguidos desenvolvendo boas práticas de uso e conservação da água. Mesmo com o surgimento de órgãos reguladores e de leis destinadas a normatizar e regular os recursos hídricos, com o intuito de proporcionar um caráter de integração, visando, também, à descentralização e participação, predomina ainda a ineficiência.

Figura 4 – Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.



Fonte: Comitês PCJ (2015).

Há que se levar em consideração os avanços institucionais já delineados como os marcos legais do processo destinado à gestão da água pela Lei Estadual nº 7.663/1991, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (PRHESP) e a Lei Federal nº 9.433/1997 (conhecida como a Lei das Águas), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (BRASIL, 1997; SÃO PAULO, 1991). Ambas possuem grande similaridade, com foco na tentativa de integrar ações relacionadas à gestão das águas, por meio da criação de Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs).

Os fundamentos básicos que regem a PNRH estão definidos em seu artigo 1º, incisos Ia VI: a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH); a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

Para permitir a gestão integrada das bacias hidrográficas, a Lei das Águas instituiu seis instrumentos jurídico-político-administrativos para sua implantação: os planos de bacias, o enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo os usos, a outorga de direito de uso, a cobrança pelo uso da água, a compensação a municípios e o sistema de informações (RAUBER; CRUZ, 2013).

Inspirada no modelo francês, outro avanço foi a criação pela Lei 9.984/2000 da Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 2000). Tanto a ANA quanto a gestão no Estado de São Paulo seguem os princípios de uma gestão descentralizada e participativa, por meio dos Comitês (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

Desse modo, foram criados diversos aparatos para gerir, normatizar e regular e, assim, evitar que um cenário catastrófico aconteça, com o passar dos anos, caso não haja um trabalho em conjunto, uma vez que a produção crescente de bens e a manutenção da sociedade, ao exigir quantidades e qualidades adequadas, para o uso da água, tendem a ampliar sua escassez e, conseqüentemente, os conflitos (CAMPOS; FRACALANZA, 2010). Para evitar o agravamento dessa disputa, no caso do Brasil, a Lei das Águas tem como um de seus

objetivos “arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos”. Essa ação recai, conforme Campos e Fracalanza (2010), em primeira instância, aos CBH.

#### **4.1.2 Constituição paulista e a Lei 7.663/91**

O pioneirismo paulista se deu por algumas características que o diferenciou dos demais como a alta ocupação urbano-industrial, principalmente, da região metropolitana e da região deste estudo (Jundiaí-Campinas-Piracicaba). Tanto que a taxa de urbanização, em 2007, passou de 93,70% para 95,9%, em 2010, totalizando cerca de 40 milhões de habitantes residindo em áreas urbanas, sem levar em consideração que existem as indústrias e o agronegócio paulista e tudo isso contribuiu para o quadro de relativa escassez e competição entre os diversos usos dos recursos hídricos.

Assim, com o agravamento do cenário e, conseqüentemente, dos conflitos entre os diversos usuários das águas no Estado, a Constituição Paulista de 1989 acabou dedicando atenção especial à essa questão com uma profundidade bem maior que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; CASTELLANO, 2007; COMITÊ PCJ, 2015; PLANO ESTADUAL DOS RECURSOS HIDRICOS - PERH, 2015).

Com isso, ficou determinado, na Constituição Paulista, que o Estado deveria instituir o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) que visa à execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). O propósito foi congregar os órgãos estaduais, municipais e da sociedade civil, almejando uma gestão descentralizada, participativa e integrada, ou seja, totalmente oposta à citada, no tópico anterior, que era centralizada e utilitarista (CASTELLANO, 2007; PERH, 2015). Além disso, pode-se observar, nos Anexos A e B, respectivamente, a Sociedade Civil participante na elaboração do PERH e das Entidades da Sociedade Civil ligadas ao PERH do Estado de São Paulo. Outro ponto de atenção, em relação aos anexos, deve-se às entidades listadas, àquelas cadastradas no Estado, mas há outras entidades da sociedade civil que atuam, mas não possuem vínculo.

Logo após a constituição paulista, em 1991, foi promulgada a Lei Paulista de Recursos Hídricos (7.663/91) que tinha o objetivo de inovar, uma vez que destacou a prioridade do uso da água para o abastecimento público, bem como a participação de todos os setores sociais e a integração entre o setor público e privado na gestão do recurso (SÃO PAULO, 1991).

No modelo paulista, há divisão do território, em 22 bacias (Lei 7.663/91), denominadas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) e, dessas 22 bacias,

doze são de rios federais: Paraíba do Sul; Pardo; Piracicaba/Capivari/Jundiaí- (PCJ); Sapucaia/Grande; Mogi-Guaçu; Ribeira de Iguape/Litoral Sul; Baixo Pardo/Grande; Alto Paranapanema; Turvo/Grande; Médio Paranapanema; Peixe e Baixo Paranapanema, por causa de suas águas banharem outros Estados (CARVALHO, 2008; COMITÊ PCJ, 2015; PERH, 2015). Na Figura 5, mostra-se a localização de cada bacia no Estado de São Paulo.

Ressalta-se que a localidade em que se encontra o número 5, no Mapa, refere-se à região em que se encontra a Bacia Hidrográfica Piracicaba, Capivari e Jundiaí e é o objeto de estudo desta dissertação. Outro aspecto possível de observar no mapa é a proximidade da bacia com a região central do Estado de São Paulo, ou seja, a bacia possui forte relação com a capital e, provavelmente, pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos na região metropolitana. Esse questionamento pode ser observado, na seção, a respeito da contextualização do problema hídrico exposto anteriormente.

O conceito de bacias, neste caso, é territorial e deve levar em consideração qualquer ação, nos corpos de água e é dependente do consentimento da União, além de envolver também negociação com outros Estados. O espaço, para esta negociação, é o Comitê de Bacia Federal, que pode se sobrepor ou ser paralelo ao Comitê Estadual (CARVALHO, 2008; COMITÊ PCJ, 2015; PERH, 2015). Considera-se que a divisão em Unidades de Gerenciamento (UGRHI) tem como objetivo indicar os representantes dos municípios, para integrar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e participar da formulação dos Planos de Bacias Hidrográficas, além de delegar poderes aos municípios para gestão de águas de interesse, exclusivamente local (COMITÊ PCJ, 2015).

A lei paulista, também, criou o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) que se estrutura, em três instâncias fundamentais: i) Deliberativas, nas quais se encontra o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), como colegiado central, e os Comitês de Bacias Hidrográficas como instâncias regionais de gestão. Ambos são compostos de forma paritária pelos atores estaduais, pelos municípios e pela sociedade civil organizada, garantindo, ao menos na lei, a participação da sociedade civil, por sua ocupação de 1/3 das cadeiras; ii) Técnica, por meio do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) que tem como funções: prestar apoio ao CRH e, de forma descentralizada, aos CBHs; e formular proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH. O órgão técnico, também, tem como função promover a integração das instituições envolvidas no sistema; iii) Financeira, por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO. Destinado a dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos, a partir da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, os recursos daí

provenientes, também, passaram a compor esse Fundo. O FEHIDRO é estruturado em subcontas de modo que cada Comitê de Bacias Hidrográficas gerencia seus recursos (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, 2015; CASTELLANO; 2007; COMITE PCJ, 2015).

Figura 5 – Mapa dos Comitês de Bacias do Estado de São Paulo.



Fonte: PERH (2013).

A autora Castellano (2007) destaca um fato que reforça o pioneirismo paulista; as Diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos determinam que o Estado incentive a formação de consórcio entre os municípios. Esse fator visa proporcionar a que haja programas de desenvolvimento, assim como de proteção ambiental na região e que ocorra mútua cooperação entre os municípios. , Portanto, dentro desse panorama, com a lei 7.663/91, o gerenciamento dos recursos hídricos foi estabelecido no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1991).

#### **4.1.2.1 Lei das águas de 1997 (Lei 9.433/97)**

Ainda, com base no cenário da época ao surgimento dos comitês paulistas, sua constituição e o seu pioneirismo, tal como a proposta de um órgão que gerenciasse os recursos hídricos, levantado na Constituição de 1988, foi possível que, em 1991, chegasse ao Congresso Nacional uma proposta para organizar o setor. Essa situação culminou na Lei 9.433/97, mais conhecida como a Lei das Águas. Por meio dela, foi constituído o texto básico que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e nela, também, foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). Nota-se um ponto importante neste instrumento (PNRH) que é a maior ferramenta de gestão disponível visando a propostas específicas e diretas, objetivos a serem alcançados e metas a serem atingidas, além da possibilidade de se definir diretrizes que são aplicadas, conforme a particularidade de cada localidade (LOITZENBAUER, 2010).

A lei veio com a finalidade de arbitrar administrativamente os conflitos, além de criar condições de parcerias e de uma relação mais participativa entre o poder público, usuários e organizações civis, visto que cada uma possui, respectivamente, a seguinte composição no Comitê: 40%, 40% e 20% (ANA, 2015). Essa afirmativa é reforçada por Cunha e Coelho (2009), ao afirmarem que os Comitês de bacia são formados por representantes dos usuários dos recursos hídricos, da sociedade civil organizada e do Governo (dos três níveis do governo). Para uma utilização adequada dos recursos hídricos, em sintonia com a disponibilidade e com qualidade para gerações futuras, é importante que a gestão integrada das bacias funcione e proporcione um uso sustentável dos recursos hídricos (CASTELLANO, 2007; COMITE PCJ, 2015; TUCCI, 2004). Para isso, com a elaboração da Lei das Águas, estabeleceu-se a criação de instrumentos, para efetivar essa gestão dos recursos hídricos, na bacia hidrográfica, conforme figura abaixo:

Figura 6 – Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

INSTRUMENTOS DA PNRH
I – Planos de Recursos Hídricos;
II – o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, segundo os usos preponderantes da água;
III – a Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
IV – a Cobrança pelo uso de recursos hídricos;
VI – o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Fonte: Elaborado com base em Brasil (1997) e Souza, Silva e Dias (2012).

A gestão integrada não está restrita apenas ao que foi explanado anteriormente, ou seja, possui diversos fatores a serem considerados, muitos deles exigentes de conhecimento de ordem técnico-científica como: ciclo hidrológico; usos múltiplos de um corpo hídrico; no inter-relacionamento do corpo hídrico com os demais elementos do ecossistema (solo, fauna e flora); além da coparticipação entre gestores, usuários e população local no anseio pelo desenvolvimento socioeconômico considerando a manutenção dos recursos naturais (LOITZENBAUER, 2010). Ainda, segundo essa autora, a importância e preocupação com a integração da gestão, nos casos da região costeira estuarina, da costeira e de bacias hidrográficas, foi reconhecida internacionalmente como indispensável a partir da Conferência das Nações Unidas, para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e Agenda 21, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Além disso, o conceito de integração se consolida com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), no Brasil, em 1997, ao mencionar a importância e necessidade dessa integração.

Outro ponto abordado pela autora Loitzenbauer (2010), a respeito da gestão de recursos hídricos, refere-se ao principal instrumento facilitador e de sua importância: a figura dos comitês gestores de bacias hidrográficas. Tanto que ela afirma que é competência dos comitês estabelecer debates sobre questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes. Outro autor que comunga com essa concepção é Silva (2001), ao reforçar que o principal objetivo de um programa de gestão é promover a melhoria da qualidade de vida, aumentando a disponibilidade tanto em quantidade quanto de qualidade da água, para o consumo humano, diminuindo as proporções dos rejeitos, objetivando a preservação e proteção do meio ambiente de forma a otimizar os processos de utilização.

### 4.1.3 Caracterização da região de estudo

A bacia em estudo (Piracicaba-Capivari-Jundiaí) foi a região em que o primeiro Comitê de Bacias chegou a ser implantado e surgiu como fruto da mobilização popular da região, além de ser considerada a segunda bacia, em termos de industrialização, poluição e disponibilidade hídrica no Estado de São Paulo. É conhecida, também, como UGRHI 5 (Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos) e a disposição da área em questão é: (i) 5,6% de sua área total é ocupada pela cobertura vegetal natural; (ii) 3,2% por reflorestamentos; (iii) 28,2% por culturas agrícolas; (iv) 57,1% por pastagens e campos antrópicos e (v) 4,9% por áreas urbanas e indústrias (PB-PCJ, 2010; PERH, 2013).

O Comitê dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí foi criado, em 1993, sendo o primeiro CBH do estado de São Paulo e é composto por 12 câmaras técnicas que tratam de temas referentes à gestão hídrica nas Bacias PCJ (Vide Figura 5, seção 4.1.3). A bacia possui área de 15.303,67 km<sup>2</sup>, sendo 92,6% no Estado de São Paulo (SP) e 7,4% no Estado de Minas Gerais (MG). Encontrada nos meridianos 46° e 49° O e latitudes 22° e 23,5° S, apresenta extensão aproximada de 300 km, no sentido Leste-Oeste e 100 km, no sentido Norte-Sul. Outra característica importante das BH-PCJ é que, no Estado de SP, todas as suas bacias são afluentes do Rio Tietê, sendo 11.402,84 km<sup>2</sup> correspondentes à Bacia do rio Piracicaba, 1.620,92 km<sup>2</sup> à Bacia do rio Capivari e 1.114,03 km<sup>2</sup> à Bacia do rio Jundiaí. Em relação ao Estado de MG, a área pertencente às Bacias PCJ corresponde, principalmente, a uma parcela da Bacia do Rio Jaguari, tendo um total de 1.125,90 km<sup>2</sup> (PB-PCJ, 2010; PERH, 2013).

Por sua posição geográfica, as BH-PCJ encontram-se sob a influência das massas de ar Tropical Atlântica, Tropical Continental e a Polar Atlântica, apresentando diferenças locais que são relacionadas, principalmente, ao relevo e à distância com relação ao mar. Além disso, vale ressaltar que foi feita uma divisão que definiu os municípios, totalmente inseridos na Bacia PCJ (44), parcialmente inseridos (30) e limítrofes externos (18); esse procedimento visa mapear e ter conhecimento de toda a extensão da bacia, uma vez que é necessário o comprometimento de todos os agentes (tanto dentro quanto fora da Bacia) para que o sistema seja beneficiado (PB-PCJ, 2010; PERH, 2005, 2013).

O regime pluviométrico da BH-PCJ é o tropical, com período de chuva entre outubro e abril e com estiagem entre maio e setembro, tendo uma precipitação média anual variando entre 1.300 mm e 1.600 mm e os usos predominantes do solo são as pastagens seguidas pelo plantio de cana-de-açúcar. O reflorestamento, também, é uma atividade significativa em algumas sub-bacias, como a do Rio Jundiaí. As principais atividades econômicas são de

caráter industrial, agropecuário, agroindustrial (principalmente o plantio de cana-de-açúcar e laranja, mas, na região de Jundiá-Bragança Paulista, predominam frutas diversas e laticínios), mineração, recreação, paisagismo, comércio e serviços (PB-PCJ, 2010; PERH, 2005, 2013).

Segundo o PERH (2013), a densidade demográfica, taxa de urbanização e a taxa geométrica de crescimento anual são, respectivamente, 166,10 hab/km<sup>2</sup>, 95,9% e 1,09% (em 2010). Além disso o Estado possui uma taxa de urbanização comparável às regiões mais desenvolvidas do mundo e a UGRHI 5 é considerada industrializada e, pelo seu caráter industrial e populacional, sua poluição é causada por efluentes domésticos e industriais lançados sem tratamento, nos cursos d'água; também possui uma exploração irregular da água subterrânea que é preocupante para o “bem-estar da bacia” e a destruição da mata ciliar (PB-PCJ, 2010; PERH, 2013).

O foco de trabalho, como mencionado acima, é o CBH-PCJ do Estado de São Paulo, uma vez que dentro do Comitê existe o órgão que representa os municípios de Minas Gerais e o órgão em âmbito federal. Um fator que delimitou o objeto de estudo foi que a parte paulista apresenta a maior quantidade de representantes da organização civil (total de 17 membros titulares mais 17 suplentes). Além de ser uma região que possui uma concentração de importantes empresas e indústrias, juntamente a isso, é uma região que apresenta fácil acesso para a coleta de dados.

#### **4.1.4 Consórcio PCJ (Consórcio Intermunicipal dos Rios, Piracicaba, Capivari e Jundiá)**

A criação do Consórcio PCJ esteve relacionado diretamente com a questão da escassez dos recursos hídricos na região e sua viabilização foi, em outubro de 1989 e vinha com a finalidade que servisse de força política, para interferir junto aos governos estaduais e federal, atuando como fórum de discussão e parceiro de trabalhos de preservação e recuperação dos rios. Já, em 1992, iniciaram-se os estudos, tal como viagens de intercâmbio, para conhecer sistemas de gestão de bacias na Europa (França e Alemanha), com o objetivo de aperfeiçoar e solidificar a iniciativa (CONSÓRCIO PCJ, 2016).

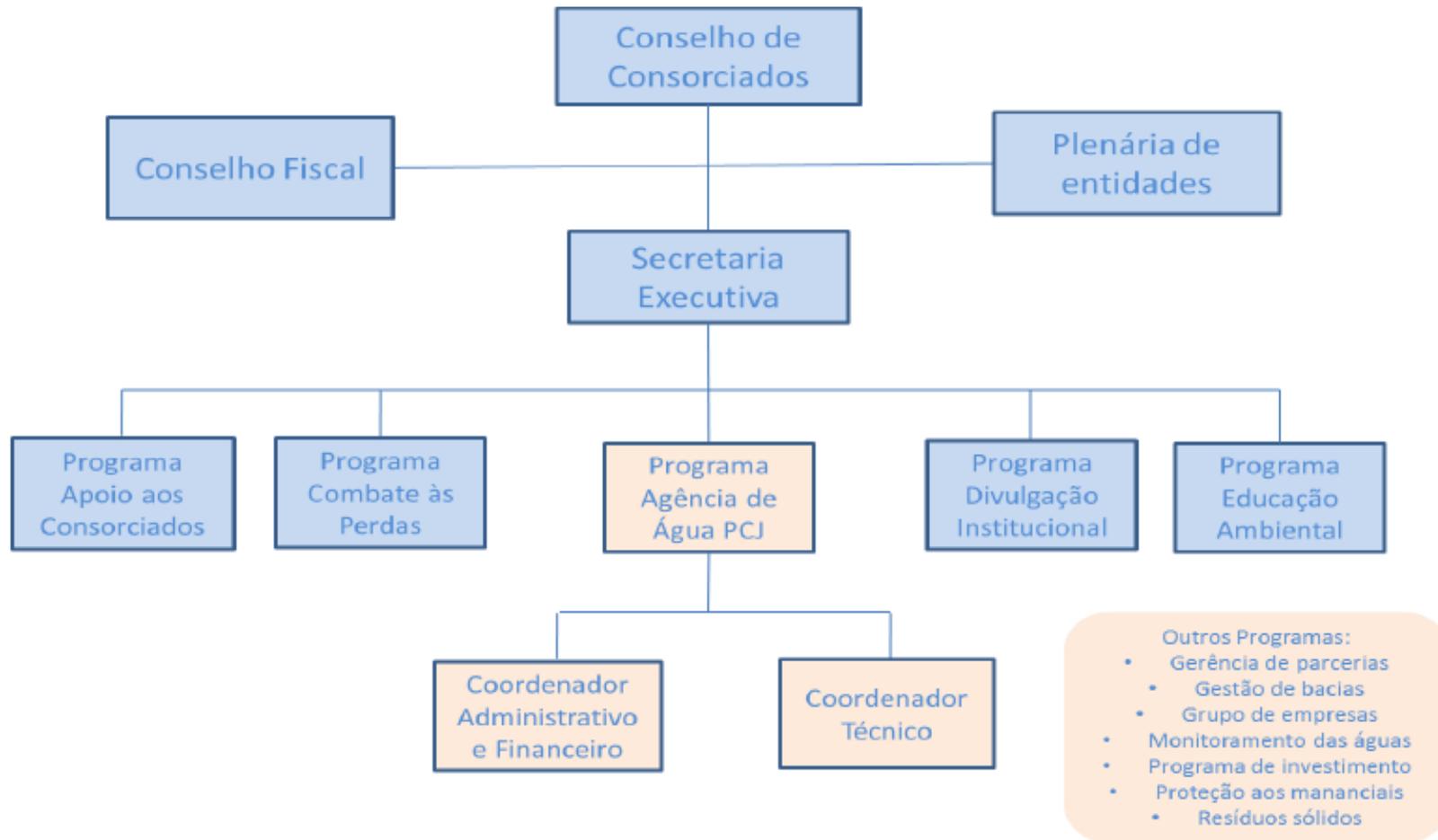
Vale ressaltar que, em seu processo de constituição, os municípios fundadores designaram representantes, para formar uma Comissão Técnica, com o objetivo de avaliar qual seria a melhor figura jurídica para abrigar esta organização de municípios e, nesse contexto, optou-se pelo Consórcio (por se tratar da forma mais ágil de criar esta organização regional de prefeitos). Dessa forma, o Consórcio foi fundado, em um primeiro momento,

como uma Associação de Municípios, caracterizando-se como uma entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos, com independência técnica e financeira, que arrecada e aplica recursos em programas e ações ambientais. Outro fator que legitimou sua criação e reunião foi a presença de representantes de órgãos estaduais, entidades da sociedade civil e ambientalistas. (CONSÓRCIO PCJ, 2016).

Uma curiosidade é que, inicialmente, o Consórcio abrangia apenas as bacias dos rios Piracicaba e Capivari e, somente em dezembro de 2000, a bacia Jundiá passou a fazer parte, após alteração estatutária. Essa mudança visou facilitar a integração ao sistema de gestão dos recursos hídricos que compreende essas três bacias em uma única unidade de gerenciamento (UGRHI-5). Outra adesão, que é de grande relevância, ocorreu, um pouco antes, em 1996, quando o Consórcio começou a receber a adesão de empresas públicas, privadas e de economia mista. Esta iniciativa fez com que o Consórcio passasse a se caracterizar como uma Associação de usuários da Água (CONSÓRCIO PCJ, 2016).

A principal finalidade do Consórcio é a reversão da situação de degradação ambiental, na região de atuação (PCJ), principalmente, no que concerne aos recursos hídricos. Ele possui quatro órgãos funcionais – Conselho de Consorciados (prefeitos e representantes de empresas consorciadas); Conselho Fiscal (representantes das câmaras municipais de vereadores); Plenária de Entidades (representantes de entidades da sociedade civil) e Secretaria Executiva (equipes técnica e administrativa) – e por sua personalidade jurídica, sua composição e agilidade administrativa, o Consórcio se configura como uma entidade executora e/ou gerenciadora de obras e projetos, além disso, possui corpo técnico próprio. Como exemplo de projeto, mais atual, em 2016, no mês de agosto, ocorrerá o 7º Encontro do Projeto Gota d'Água 2016, que faz parte do seu programa de educação ambiental (CONSÓRCIO PCJ, 2016). A seguir, pode-se observar como o Consórcio PCJ é composto. Ele possui um Conselho de Associados, um Conselho Fiscal, uma Plenária de Entidades e uma Secretaria Executiva, além de outros órgãos relacionados aos programas do consórcio. De forma mais clara, na Figura 7, pode-se verificar a composição.

Figura 7 – Organograma do Consórcio PCJ.



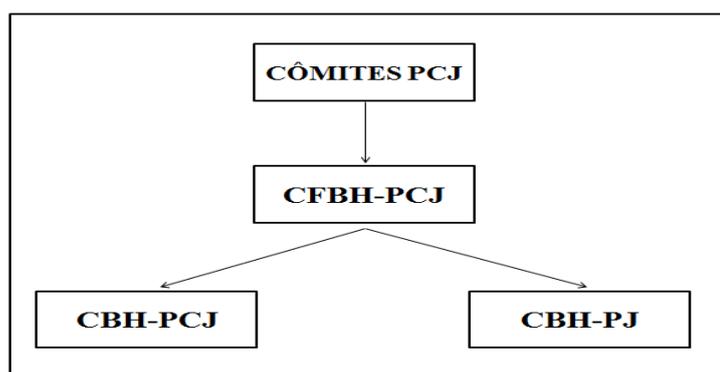
Fonte: Castellano (2007).

#### 4.1.5 Comitê de Bacias Hidrográficas Piracicaba, Capivari, Jundiá (CBH-PCJ)

Sua peculiaridade reside no fato de que sua implantação implicou mudanças nas relações de poder existentes e na própria gestão, uma vez que houve a inclusão da sociedade civil nas tomadas de decisão. Segundo Barbi (2014), houve uma tensão entre a criação de uma nova estrutura com aquela já consolidada pelo Consórcio gerando uma redefinição dos papéis de cada membro. De acordo com essa autora, em seus estudos sobre a história da região, primeiro surgiu o comitê municipal (CBH-PCJ) e, posteriormente, em 2003, o comitê federal que foi denominado Comitê Federal das Bacias Hidrográficas – Piracicaba, Capivari e Jundiá (CFBH-PCJ), criado com base na Lei nº 9.433/97, até porque as bacias PCJ possuem rios de domínio federal. Depois disso, ainda houve outra mudança e, em 2008, foi implantado o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ), com o intuito de promover a gestão das águas presentes na parte mineira da bacia, no âmbito da Lei Mineira 13.199/99 (AGÊNCIA-PCJ, 2016; BARBI, 2014; BRASIL, 1997; COMITÊS-PCJ, 2015; MINAS GERAIS, 1999).

Sendo assim, ao se referir aos Comitês PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá), estar-se-á tratando dos três comitês citados anteriormente: CFBH-PCJ, CBH-PCJ (parte paulista) e CBH-PJ (parte mineira), com a seguinte estrutura delineada pela Figura 8.

Figura 8 – Estrutura do Comitê de Bacias PCJ.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Barbi (2014) e Comitês PCJ (2016).

Salutar trazer à tona que existem legislações que regem tais comitês de âmbito municipal, estadual e federal, pois como já foi dito na seção 4.1.3, na Figura 5, os comitês são compostos por 7 sub-bacias as quais possuem domínios regidos pelo Estado de São Paulo, pelo governo federal e uma parte pertence ao Estado de Minas Gerais. Além disso, por causa das diferentes legislações a que se referem e dependendo do segmento da sociedade, o número de representantes, também, varia na sua composição, conforme mostra a Tabela 2 (BARBI,

2014). Logo em seguida, segue a Tabela 1 que expõe os membros titulares e suplentes da sociedade civil.

Tabela 1 – Membros dos Comitês de Bacias PCJ

<b>Representantes</b>	<b>PCJ Federal</b>	<b>CBH-PCJ (Comitê Paulista)</b>	<b>CBH-PJ (Comitê Mineiro)</b>
Poder público	20	17	6
Usuários	20	17	3
Sociedade Civil	10	17	3
<b>Total de membros</b>	<b>50</b>	<b>51</b>	<b>12</b>

Fonte: Barbi (2014, p. 86).

#### **4.1.6 Consórcio PCJ e comitê de bacias PCJ (CBH-PCJ): dois organismos diferentes**

É comum ocorrer confusão no papel do CBH-PCJ em relação ao Consórcio PCJ e, por isso, vale ressaltar algumas diferenças primordiais de ambas. Enquanto a primeira foi o resultado da aplicação de uma Lei Estadual (7.663/91), a segunda foi uma reivindicação da sociedade civil. Logo, é possível verificar uma outra diferença primordial entre ambas que é a questão do Consórcio ser uma Associação Civil de Direito Privado a qual redigiu seu estatuto, além de possuir equipe técnica própria, sede, etc. Já o CBH-PCJ não possui personalidade jurídica e é um órgão de Estado sem possuir patrimônio ou sede. Como forma de exemplificar essas diferenças, a autora Castellano (2007) fez um estudo em que determinou essas diferenças que podem ser vistas na Figura 9.

Deste modo, finaliza-se a parte introdutória de nivelamento, em que foram expostas informações importantes, a respeito da região de estudo, bem como fatos únicos e peculiares. Além de mostrar a diferença entre o CBH e o Consórcio PCJ (vide Figura 13), foi verificada tanto em literatura quanto na fase de coleta de dados certa confusão entre ambos os órgãos.

Na seção seguinte, serão tratados os resultados da fase de coleta de dados bem como as respectivas análises.

Figura 9 – Principais diferenças entre Consórcio PCJ e o CBH-PCJ.

<b>Tema</b>	<b>Consórcio</b>	<b>CBH-PCJ</b>
<b>Composição</b>	Prefeitos, representantes de empresas consorciadas e de entidades da sociedade civil organizada	Prefeitos ou representantes de todos os municípios das bacias; representantes das entidades estaduais e da sociedade civil organizada
<b>Poder de decisão</b>	Prefeitos e representantes das empresas (50% dos votos cada, menos 1) e Plenária de Entidades (1voto)	Dividido paritariamente entre os três segmentos
<b>Personalidade jurídica</b>	Sociedade civil de direito privado	Não tem
<b>Criação e atuação</b>	Criado em out/89, por iniciativa dos prefeitos (autorizados por leis municipais), organiza planos anuais de trabalho, com base nos recursos próprios e dos parceiros públicos ou privados, atuando principalmente em esgoto, lixo, reflorestamento ciliar, educação ambiental e apoio aos membros consorciados. Possui cooperação com entidades internacionais. Defende a criação de gestão descentralizada, fazendo propostas institucionais ao Comitê e aos governos estadual e federal.	Criado por lei estadual, instalou-se em nov/93, cumpriu suas atribuições legais, aprovando planos de bacias e relatórios de situação. Propôs anteprojetos de lei para a criação de Agência de Bacias, sensibilizou parlamentares para a questão dos recursos hídricos e fomentou o início de funcionamento do FEHIDRO, propondo investimentos em projetos e obras. Implantado como experiência piloto, serviu de base para a instalação e início de funcionamento dos demais CBHs.
<b>Equipe Técnica de Apoio</b>	Própria e contratada. Possui convênios com algumas instituições, e terceiriza grande parte dos serviços.	Da Secretaria Executiva e dos órgãos estaduais pertencentes ao CORHI, dos municípios, do próprio Consórcio e eventualmente da sociedade civil. Os técnicos subsidiam as discussões nas Câmaras e Grupos Técnicos, que propõem documentos para aprovação no Plenário.
<b>Recursos financeiros</b>	Contribuições dos consorciados e colaboradores. As de custeio são mensais e as para investimento são fixadas de acordo com programas específicos.	Os recursos de custeio são de responsabilidade da entidade responsável pela Secretaria Executiva. Quanto aos investimentos, cabe ao CBH decidir pela alocação e priorizar a aplicação dos recursos do FEHIDRO, incluídos aí os recursos provenientes da cobrança.
<b>Comunicação social</b>	Através de profissionais especializados produz vídeos, publicações e informativos para divulgação e sensibilização.	Não tem estrutura própria voltada para essa atividade. Limita-se à edição de informativo, com apoio de membros do Comitê.

Fonte: Castellano (2007, p. 133).

#### 4.2 Segunda parte dos resultados

Nesta parte são apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo e que serão descritos nas subseções a seguir. Na primeira expõe-se o resultado obtido na leitura das ATAs das Câmaras Técnicas, como também a análise feita nelas. Em seguida, são apresentados os resultados obtidos, nos questionários aplicados, nas entrevistas aplicadas e, por fim, nas

observações não participante juntamente com as respectivas análises. Os resultados levantados seguiram uma aplicação de técnicas e métodos dispostos na metodologia deste trabalho.

#### 4.2.1 Análise documental das ATAs

Conforme a metodologia, a análise das ATAs ocorreu no período em que estava sendo finalizado o referencial teórico e o fechamento da metodologia, em razão da importância da leitura e análise dos documentos, uma vez que eles foram base para a definição do que seria observado igualmente o que questionar e o que focar nas entrevistas.

Outro ponto de atenção se deve ao fato de que a análise das ATAs foram feitas com base em 5 CTs, citadas na metodologia, mas haveria participação do pesquisador em somente uma reunião de duas CTs, em virtude do tempo (para conclusão da dissertação) e questões geográficas. Abaixo seguem quais foram as CTs analisadas, e as duas primeiras citadas foram as em que o pesquisador participou em sua fase de coleta de dados:

- **Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural):** sendo 55 ATAs de Reuniões Ordinárias (RO) e 6 ATAs de Reuniões Extraordinárias (RE) e intervalo de análise compreendendo out/10 a ago/16.
- **Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN):** sendo 37 ATAs de RO e 2 ATAs de RE e intervalo de análise compreendendo fev/10 a jul/16.
- **Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria):** sendo 41 ATAs de RO e 1 ATA de RE e intervalo de análise compreendendo nov/9 a jul/16.
- **Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL):** sendo 37 ATAs de RO e 4 ATAs de RE e intervalo de análise compreendendo abr/10 a jul/16.
- **Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA):** sendo 34 ATAs de RO e 5 ATAs de RE e intervalo de análise compreendendo jun/10 a fev/16.

Apesar do recorte temporal indicar que haveriam 204 ATAs de reuniões ordinárias e 18 ATAs de reuniões extraordinárias, a realidade encontrada foi totalmente outra. Ou seja, foram verificadas que 30 ATAs não constavam no site e 3 ATAs estavam com problemas para serem abertas, lembrando que todas são referentes às RO. Com isso, pode-se concluir a falta

de transparência, equidade e participação que são alguns conceitos defendidos por Wolkmer e Pimmel (2013) a respeito de governança corporativa, mas que também são usadas em outros tipos de governança. Esta constatação demonstra certo desleixo ou possível descaso perante a sociedade, visto que não existe preocupação na atualização e manutenção das informações. Outro autor que trabalha transparência é Sartori (2011) e ele vai além, ao expor a importância da gestão na prestação de contas (tanto monetária quanto das atividades realizadas). Ou seja, verifica-se que a prestação de contas a respeito do trabalho é falha, além disso, esse fator pode gerar desconfiança ao cidadão que queira acompanhar o trabalho, uma vez que a informação é incompleta. Este aspecto será trabalhado, em outras análises, mas vale ressaltar que, se há uma busca de maior participação por parte tanto do cidadão quanto das entidades (pública, privada e do terceiro setor), é necessário que haja maior comprometimento na transparência da informação.

Outro fator relevante e, de certo modo preocupante, é que 33% das ATAs faltantes pertencem ao CT-OL. O motivo desse enquadramento se dá pelo fato de esta CT ter como algumas atribuições:

- I - Analisar e manifestar-se sobre propostas ou questões específicas, nos seguintes assuntos:
  - a) Reenquadramento de corpos d'água.
  - b) Regulamentação de áreas de proteção ambiental – APAs.
  - c) Questões de uso do solo e planejamento regional.
  - d) Aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos.
  - e) Conflitos de uso de recursos hídricos (COMITÊ PCJ, 2015).

Ao observar a primeira atribuição da CT, precisamente os itens “d e e”, pode-se verificar o impacto desta CT, caso o trabalho seja feito de forma equivocada ou sem atenção, pois podem-se gerar diversos conflitos e relações de poder entre os atores. No primeiro cenário, é possível ocorrer, quando todos necessitam usar a água e, ao fazer seu uso, pode impactar o outro, ou seja, clara alusão ao que Berg (2012) e Fustier (1982) trabalharam a respeito de conflito, porque a escassez do bem comum pode gerar atritos e ocasionar divergências além de conflitos. E, a respeito do segundo cenário, dá-se pelo poder com características de dominação sendo, neste caso, uma dominação pela informação (não expondo o que é tratado nas ATAs) e ao ter condições de obter “vantagens” ao negociar o uso da água.

Entretanto outro possível aspecto da falta de manutenção, mas que não exclui as inferências anteriores, é a falta de recursos e de mão de obra o que foi validado com as entrevistas, questionários e observações não participantes realizadas. Alguns membros

expuseram que falta apoio e até verbas para realizar todas as suas atividades e atribuições. Essa argumentação, em campo, pode ser validada, ao se observar o site do Comitê PCJ e verificar tanto ausência de ATAs quanto demora na atualização das informações das CTs. Outro aspecto que valida essas informações são dois recortes que o pesquisador realizou: o primeiro foi acompanhar a atualização das ATAs da CT-Rural que ocorreu, no período de consolidação dos resultados (final de janeiro de 2017) e o segundo foi, ao observar a mesma parte da CT-RN e verificar que, depois de quatro meses da reunião, ainda, não havia sido atualizada (início de março).

Deste modo, verifica-se que há desvalorização desta cadeia de valor indo de forma oposta ao que Bitran (2013) defende a respeito de governança em rede. E, caso este cenário não se altere, poderá acarretar problemas futuros como a procura de novos membros/ aliados e a disseminação dos trabalhos bem como a credibilidade do órgão.

Por outro lado, há um trabalho dentro das CTs, pode-se verificar um esforço em disseminar conhecimento e informação, porém isso é feito para os membros das CTs e ocorre por meio de palestras dentro das reuniões. O lado negativo é que restringe-se aos membros e o lado positivo é a pró-atividade desses membros em repassar as informações. Apesar do pesquisador não ter conseguido coletar informações suficientes, a respeito de como é o repasse das informações, nota-se que ocorre e foi validada por membros ao responder o questionário, conforme poderá ser visto nas seções posteriores.

Com o intuito de não poluir, colocando aleatoriamente os diferentes tipos de palestras, realizadas em cada CT, o pesquisador definiu três grandes categorias, agrupando-as como: Meio Ambiente (MA), Legislação (L) e Monitoramento (MO). Os títulos de cada palestra trabalhada, bem como a data de sua realização, podem ser encontrados no Anexo C desta dissertação. Outro ponto de atenção se dá na somatória de palestras das CTs Indústria e SA, pois foi definida uma palestra em duas categorias na CT-Indústria e três palestras na CT-SA e o leitor poderá verificar as siglas ao final de cada título. Além disso, o agrupamento tem apenas um caráter informativo em nível de verificar o foco das palestras.

Outro ponto relevante que deve ser explanado, antes do resultado do agrupamento, é o período em que ocorrem as reuniões das CTs, e a renovação dos membros à frente (coordenador, coordenador-adjunto e secretário) ocorre a cada dois anos.

- **CT-Rural:** mensal, e ocorre na 2ª sexta-feira de cada mês, totalizando, assim, 60 reuniões.
- **CT-RN:** bimestral, e ocorre ora na 2ª ora na 3ª quarta-feira de cada mês, totalizando, assim, 30 reuniões.

- **CT-Indústria:** bimestral, e o dia da semana variou ao longo do tempo. Totalizou, assim, 30 reuniões.
- **CT-OL:** bimestral, e o dia da semana variou ao longo do tempo. Totalizou, assim, 30 reuniões.
- **CT-SA:** bimestral, e ocorre na 2ª quinta-feira de cada mês, totalizando, assim, 30 reuniões.

A seguir, temos a Tabela 2, mostrando a quantidade de palestras, dentro de cada categoria, realizadas no período analisado.

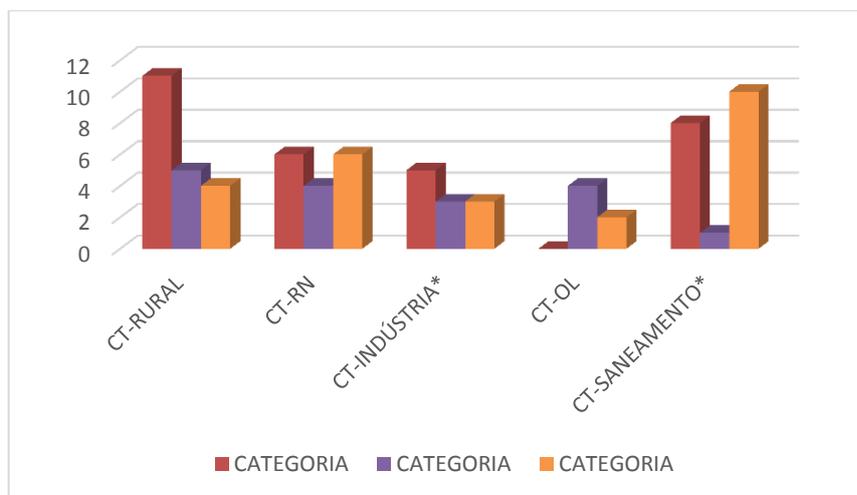
Tabela 2 – Palestras realizadas nas CTs.

	CATEGORIA			
	Meio Ambiente	Legislação	Monitoramento	TOTAL
<b>CT-RURAL</b>	11	5	4	<b>20</b>
<b>CT-RN</b>	6	4	6	<b>16</b>
<b>CT-INDÚSTRIA*</b>	5	3	3	<b>10</b>
<b>CT-OL</b>	0	4	2	<b>6</b>
<b>CT-SANEAMENTO*</b>	8	1	10	<b>16</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para melhor análise, pode-se observar o Gráfico 1, a seguir, as informações expostas acima, de um modo que melhor destaca o panorama, a respeito das palestras realizadas, uma vez que o gráfico é uma boa ferramenta para auxiliar na comparação e observação das informações. Além disso, vale lembrar que a CT-RURAL possui reuniões que ocorrem, mensalmente, enquanto as demais ocorrem bimestralmente.

Gráfico 1 – Visão geral por categoria e CT



Fonte: Elaborado pelo autor.

Primeiramente, vale relembrar que as duas CTs que possuem asterisco se deve ao fato de algumas palestras terem sido enquadradas em mais de uma categoria. Além disso, podem ser feitas duas inferências, tanto positivas quanto negativas. A positiva se refere a qualificar e disseminar informações entre os membros pela valoração desta cadeia, proposta por Bitran (2013) e Goedert (2005) que explicam a importância da difusão de experiências entre os membros (que não deixa de ser um tipo de rede). Enquanto isso, a negativa se dá na quantidade de palestras realizadas na CT-RURAL que possui reunião mensal e, conseqüentemente, deveria ter uma média maior. Porém ela possui uma média de 1,67 palestras/ano enquanto a CT-RN e CT-SA possuem 2,67 de média. Por último, pode-se verificar que as categorias definidas pelo pesquisador são pertinentes e coincidem com cada CT, como, por exemplo, na CT-OL, em que prevalece Legislação e na CT-RURAL em que prevaleceu a categoria Meio Ambiente.

Cada Câmara Técnica foi criada, em um período diferente e possui diferentes atribuições. Para isso, na subseção, a seguir, será exposto um breve resumo das atribuições, sua criação e se a CT possui um GT (grupo de trabalho) que auxiliam em suas atividades.

#### 4.2.1.1 Criação e atribuições de cada CT

Foram verificadas todas as atribuições de cada CT que teve sua ATA analisada e o seu principal objetivo é para que o leitor possa observar a importância de cada CT, bem como a quantidade de responsabilidades que possuem. Esse fato, também, demonstra o quanto é necessária a participação dos membros para que tudo possa ser realizado.

### **A) CT-RURAL**

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) foi criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 022/05, de 31/03/2005.

Tem como atribuições propor políticas para uso e conservação da água no meio rural; auxiliar na consolidação, avaliar e acompanhar a implementação de políticas; auxiliar na divulgação de políticas para o uso e conservação da água no meio rural dos Comitês PCJ e das ações decorrentes de sua aplicação, nos diversos segmentos da sociedade, inclusive, em fóruns, congressos e outros eventos do gênero; estudar, discutir e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos entre as instituições que atuam no meio rural visando à preservação, conservação e uso sustentável do solo e de seus recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ com pareceres, dados e outras atividades para a tomada de decisões e na elaboração dos Planos de Bacias dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ; manifestar-se sobre pedidos de inclusão de novos membros; elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno; elaborar anualmente seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato; e fomentar o saneamento rural (COMITES PCJ, 2015).

A CT-RURAL possui sete GTs que auxiliam no andamento dos projetos e demais atividades: GT-Legislação e Plano de Bacias; GT-Mananciais; GT-Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); GT-Projetos; GT-Preservação de Água, Outorgas e Licenças; e GT-Saneamento.

### **B) CT-RN**

A Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) foi criada pela Deliberação CBH-PCJ 011/94, de 15/04/94. Apesar da CT-RN ser dez anos mais antiga que a CT-RURAL, não possui nenhum GT como apoio em suas atividades.

Tem como atribuições analisar e manifestar-se sobre propostas ou questões referentes à: proteção dos elementos hidrológicos (nascentes, cursos d'água, lagos, lagoas marginais, brejos, entre outros), priorizando os mananciais de abastecimento público; gestão florestal e demais coberturas vegetais protetivas, em especial de florestas nativas, de relevante importância para os recursos hídricos; impacto na fauna e flora, em especial do meio ecótono e planícies de inundação; conservação e proteção do solo, para conservação dos recursos hídricos, evitando os efeitos nocivos da degradação, erosão e da poluição dos solos de terra alta e da planície de inundação de contorno, tanto no meio urbano como no rural; proteção dos

recursos hídricos quanto às atividades antrópicas, ou os efeitos indiretos destas (areias, lavra de argila, entre outras) / Contribuir para a conservação e proteção da água no meio rural e urbano, por meio de: planejamento ambiental, com a implantação do “Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”; fomento e apoio da criação de programas de Recuperação Ambiental, de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, de implantação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional - APRM e ações de Proteção da Mata Atlântica, pela “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ” no âmbito dos Comitês PCJ; fomento de práticas conservacionistas de manejo do solo; apoio na elaboração de Relatórios de Situação de Recursos Hídricos e do Plano de Bacias Hidrográficas; fomento de diagnósticos, levantamentos e estudos, assim como a criação de indicadores de sustentabilidade e incentivos, para Recuperação e Proteção Ambiental das Bacias PCJ, contemplando: monitoramento da vazão dos rios, da cobertura vegetal, proteção e manejo da fauna, da sedimentria, da vazão ecológica e de cargas perigosas, entre outros / Atividades de rotina da CT-RN: deliberar sobre solicitações de inclusão de novos membros na CT-RN; atender as deliberações das Plenárias dos Comitês PCJ; elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno; elaborar seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato (COMITES PCJ, 2015).

### **C) CT-INDÚSTRIA**

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) foi criada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 001/08, de 27/06/08.

Tem como atribuições propor uma política para uso e conservação da água na indústria para os Comitês PCJ; auxiliar na consolidação, avaliar e acompanhar a implementação dessa política; auxiliar na divulgação da política e das ações decorrentes de sua aplicação, nos diversos segmentos da sociedade, inclusive, em fóruns, congressos e outros eventos do gênero; estudar, discutir e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos na indústria; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos entre as instituições que atuam no setor industrial visando à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ com pareceres, dados e outras atividades para a tomada de decisões e na elaboração dos Planos de Bacias e dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ; manifestar-se sobre pedidos de inclusão de novos membros;

elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno; e elaborar seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato (COMITES PCJ, 2015).

#### **D) CT-OL**

A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) foi criada pela Deliberação CBH-PCJ 010/94, de 15/04/94 e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03. Das cinco CT analisadas, esta é a única que teve mudanças ao longo de sua existência.

Tem como atribuições analisar e manifestar-se sobre propostas ou questões específicas, nos seguintes assuntos: a) reenquadramento de corpos d'água; b) regulamentação de áreas de proteção ambiental - APAs; c) questões de uso do solo e planejamento regional; d) aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e e) conflitos de uso de recursos hídricos.

Efetuar diagnóstico, análise e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de: a) racionalizar os procedimentos para a emissão pelos órgãos competentes de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental; b) integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando à agilização de processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos; c) definir critérios técnicos para constar no Plano de Bacias; colaborar na elaboração do Relatório de Situação de Recursos Hídricos e do Plano de Bacias Hidrográficas; deliberar sobre solicitações de inclusão de novos membros na CT-OL; elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno; elaborar seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato (COMITÊ PCJ, 2015).

#### **E) CT-SA**

A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) foi criada pela Deliberação CBH-PCJ 056/98, de 21/08/98 e é, juntamente com a CT-RN uma das mais antigas CTs e diferente a ela, possui (cinco) GTs que auxiliam em seus projetos e atividades que são: GT-Drenagem; GT-Resíduos Sólidos; GT-Água; GT-Esgoto; e GT-Saneamento Rural.

Tem como atribuições assessorar/orientar os Comitês PCJ nas ações pertinentes às Políticas Estaduais e Federais de Saneamento, nas áreas de abrangência das Bacias PCJ, em especial: propor diretrizes para a integração dos Planos Municipais de Saneamento e suas atualizações; elaborar estudos, promover a divulgação e debates acerca dos programas prioritários, ações, serviços e obras a serem realizadas de interesse da coletividade; elaborar e propor, em conjunto com a CT-SAM e Câmaras afins, o relatório bianual de Salubridade

Ambiental da Região; acompanhar a aplicação de recursos financeiros oriundos do PAP e/ou de outras fontes destinados a Programas, projetos de interesse da CT-SA; participar da elaboração do Relatório de Situação de Recursos Hídricos e do Plano de Bacias Hidrográficas; emitir parecer sobre solicitações de inclusão de novos membros da CT-SA; emitir recomendações e pareceres que contribuam para o sucesso das Plenárias dos Comitês PCJ; elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno; e elaborar anualmente seu Plano de Trabalho e cronograma de atividades, ao início de cada mandato (COMITES PCJ, 2016).

Seguindo a mesma lógica de expor a análise separada, para melhor entendimento, na subseção seguinte, serão mostrados os principais assuntos abordados no recorte temporal feito de cada CT.

#### **4.2.1.2 Assuntos abordados nas reuniões**

Um dos temas mais recorrentes das ATAs é referente aos projetos realizados pela CTs e pela sociedade civil. Nas reuniões, os projetos são apresentados e a CT faz as devidas recomendações e/ou sugestões e, posteriormente, defere ou indefere-os. Vale ressaltar que, se o cidadão comum ou qualquer pessoa ligada às Entidades ligadas à CT terá que procurar os projetos ou buscar descobrir como eles estão disponibilizadas na Internet.

Isso ocorre, porque não há um *link* que direciona os projetos ou um campo em que se deixem versões em PDF para possível consulta. Deste modo, pode-se observar uma possível falta de transparência, uma vez que a informação não flui livre e democraticamente, conforme defendido por Wolkmer e Pimmel (2013). Caso um cidadão queira acompanhar detalhadamente os trabalhos, dificilmente conseguirá as informações de forma acessível e simples, pois as ATAs são sucintas. Outro ponto falho foi a falta do significado de algumas siglas, dado que, caso seja a primeira leitura de certa pessoa, dificilmente entenderá o significado.

Abaixo seguem os principais projetos avaliados, no período de análise bem como breves comentários de cada um, conforme informação disponibilizada nas ATAs.

##### **A) CT-RURAL**

- **Projeto de levantamento/cadastramento de unidades produtivas para investimentos em serviços ambientais:** foram solicitados ajustes (14/10/2011) que serão encaminhados para todos os membros da câmara técnica por e-mail.

- **Projeto de adequação de propriedades rurais na conservação e a preservação dos recursos hídricos na sub-bacia da Cantareira (Entidade: Terceira Via):** o resultado da votação quanto ao projeto é que ele deverá ser readequado, para o próximo ano (2012) e o foco deverá ser a conservação da água no meio rural, incluindo as exigências e critérios dos membros/instituições da CT-Rural (esta informação só constou neste momento). Após isso, o projeto foi protocolado no Comitê.

- **“Diagnóstico de Efluentes na Suinocultura.”:** aprovado, com a criação de um grupo de acompanhamento da CT-Rural. (29/11/11).

- **“Rumo das Águas...”:** não é voltado para a área rural, por isso, não cabe à CT-Rural análise (29/11/11).

- **Projeto Básico da Unidade de Produção Agropecuária e Água:** foi indeferido, pois precisou ser reformulado por falta de foco relacionado à conservação de água; o projeto, no geral, apresentou um montante financeiro elevado, e o valor do pagamento de serviço ambiental alto demais, para poucos beneficiários comparados com projetos similares existentes (Extrema-MG); não apresentou detalhes sobre a análise de monitoramento e certificação; foi solicitado detalhar melhor o Certificado de Produção de Água (CPA), considerando aspectos legais (APP, Reserva Legal e quem será o certificador) (29/11/11).

- **Ofício da TNC (The Nature Conservancy) para ampliação da área de abrangência do Projeto Piloto Produtor de Água:** foi aprovado e enviado para a CT-PL (Câmara Técnica de Planejamento), no qual o ofício será analisado. Posteriormente foi aprovada. Já foram realizadas três contratações, para acompanhar o projeto e haverá um relatório mensal, para acompanhamento do programa.

- **Projeto LUISA (Projeto de Cadastramento do Produtor Rural – 15/06/2012):** foi aprovado pela CT-PL, mas ainda não possui tomador definido. Estão formalizando os organogramas e as parcerias de execução e será realizada reunião com a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) para firmar parceria e iniciar a execução. O agente técnico foi definido, será o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Posteriormente o Rotary International, como tomador do recurso, solicitou a retirada temporária do projeto dos Comitês PCJ para realização de adequações. O projeto foi cancelado por não cumprimento do prazo legal, mas será reapresentado (14/02/2014). Em 18/07/2014, o coordenador da CT enfatizou que o projeto parte do interesse e iniciativa da CT-Rural frente à real necessidade de se realizar um levantamento socioambiental dentro do escopo de produção quali-quantitativa de água e já foi construído um diálogo entre outras câmaras técnicas, dentre elas, a CT-OL,

CT-RN e CT-SA. Informou que a Agência PCJ vai formatar um termo de necessidades para que a CT-Rural possa analisar o questionário que será construído e aplicado junto aos demais órgãos interessados mediante lavratura de um convênio ou termo de cooperação.

- **Projeto de Sistema de Proteção de Nascentes – Modelo Caxambu (CATI):** foi solicitado apoio (19/10/2012).

- **Projeto “Programa Bacias-Jaguariúna (12/12/13):** um modelo de sistema de conservação e recuperação de mananciais a ser replicado, visando à segurança hídrica de toda uma região hidrográfica”. O projeto busca a parceria do Comitês PCJ, por meio de sua agência e da CT-Rural. Em 11/12/14, o projeto foi apresentado e, após a apresentação, foi questionado se os produtores só aderem aos programas e projetos de recuperação se houver Pagamento por Serviço Ambiental – PSA. Os produtores têm se interessado mais nas atividades de recuperação, motivados pelo Programa de Regularização Ambiental. Informou, ainda, que o PSA é só uma ferramenta, de forma que o arcabouço jurídico está pronto (decreto municipal) e o pagamento PSA será garantido. Após isso, o projeto foi aprovado.

- **Projeto “Elaboração de um sistema de informações gerenciais da Bacia do Pinhal”.** Eng. Agrícola Dirceu Brasil e Douglas José Bergamo. Prefeitura Municipal de Limeira-SP: o projeto foi aprovado pela câmara.

- **Projeto “PSA Mais – O PSA (Pagamento por Serviço Ambiental):** precisa de melhoramentos, para ser mais aceito, mais valorizado e mais eficiente. Posteriormente foi aprovado (06/02/2015)” Nelson Barbosa, Terceira Via.

- **Projeto de recuperação das microbacias dos Córregos Boa Vista e Água Branca:** este projeto foi protocolado pelo Eng. Agrônomo Denis H. Silva, a pedido das municipalidades interessadas (Charqueada e São Pedro) e foi aprovado pela câmara (13/05/16).

## **B) CT-RN**

- **EIA da mineração Jundu em Analândia/Corumbataí:** em reunião, foi comentado sobre o processo que passa à SMA de unificação do licenciamento ambiental, na qual se sugeriu formação de um GT-Mineração Corumbataí, para melhor avaliar o EIA, sendo a proposta aprovada pelos membros da câmara (33ª reunião – 18/02/10).

- **Diagnóstico do Plano Diretor de Restauração das Bacias PCJ:** aprovou-se este projeto como Demanda Induzida (43ª reunião – 19/10/11).

- **TR-Florestal:** foi apresentado um resumo atualizado do andamento da elaboração do TR-Florestal, em especial, sobre a metodologia proposta para priorização do reflorestamento

na bacia. Foi apresentada uma atualização do plano florestal, dos conceitos aplicados, após realização dos diversos workshops e da necessidade de maior participação dos municípios, durante a sua aplicação, bem como do acompanhamento obrigatório das CT-RN e CT-Rural na sua execução (58ª reunião – 14/08/14).

- **Projeto Analândia – Córrego dos Cavaleiros e Tributários:** discutiu-se sobre a proposta de recuperação que projeta um início pelas áreas mais altas em direção às baixadas (58ª reunião – 14/08/14).

- **Projeto de Segurança Hídrica do Município de Nova Odessa:** inclui ações de redução de perdas de água tratada, tratamento de esgoto e, principalmente, recuperação hidrológica das microbacias. Foi comentado sobre a importância e o andamento do projeto. Apresentou-se um breve relato sobre o andamento dos trabalhos (60ª reunião – 18/12/14).

- **Projeto de reflorestamento em parceria com a Petrobrás/REPLAN nas Bacias Camanducaia e Jaguari:** foram apresentados os resultados deste projeto (64ª reunião – 07/07/15).

- **GT de áreas protegidas das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá:** foi feita uma breve apresentação, disponibilizando em arquivo aos interessados para serem discutidos (67ª reunião – 13/01/16).

- **Projeto Nascentes:** apresentado pela representante da equipe técnica da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (68ª reunião – 09/03/16).

- **Projeto recuperação de mananciais de Nova Odessa:** foi apresentado pelo pesquisador do IAC (68ª reunião – 09/03/16).

Além dos projetos realizados acima, ao longo do período houve diversos projetos apresentados à CT-RN, lembrando que essas informações não foram encontradas na CT analisada anteriormente. E a comparação foi realizada pelo seguinte fator: ambas as CTs foram observadas e estudadas *in loco* pelo pesquisador, quando realizou suas pesquisas de campo. Deste modo, seguem os projetos apresentados:

- **Projeto Mananciais de Corumbataí:** projeto relacionado à preservação de mananciais, por se tratar de prioridades do Plano Diretor. Tomador será o Fórum de Entidades. Foi aprovado pelo CT-PL (33ª reunião – 18/02/10).

- **Nova proposta de trabalho da CT-RN – Planejamento:** documentos básicos sobre constituição e fundamento dos plenários e câmaras técnicas dos Comitês PCJ. Foi feita uma explanação desta importante coletânea de informações sobre o funcionamento das Câmaras Técnicas (52ª reunião – 07/08/13).

- **Apresentação do Projeto Banco de Dados pela representante do Instituto IPÊ:** este projeto é sobre espécies nativas desenvolvidas com objetivo de fornecer informações, para auxiliar na restauração florestal, na recomposição de RL e para arborização urbana (54ª reunião – 11/12/13).

- **Regras do Jogo (relatório do seminário sobre programas de promoção físico-hídrica em áreas de intervenção objetivando a produção de água):** neste seminário, foram apresentados diversos projetos. O coordenador da câmara apresentou documento, enfatizando a necessidade de sua elaboração e discussão e este documento deverá ser enviado a todos os membros da câmara para uma análise crítica e retorno com as sugestões (57ª reunião – 11/06/14).

- **Projeto FAPESP/Jundiaí – Histórico na Agência PCJ conforme memórias técnicas anteriores:** tem por objetivo a sustentabilidade ecológica, social e econômica, e a governança (61ª reunião – 11/02/15).

- **Proposta para realização de evento pelos Comitês PCJ que buscará tratar de harmonização entre Meio Ambiente e Agricultura, apresentando como pano de fundo a questão da conservação dos Recursos Hídricos:** inicialmente o novo evento seria Workshop sobre Água, Agricultura e Meio Ambiente no século XXI (35ª reunião – 24/06/10). Conforme leitura, foi verificado que houve uma proposta, para que o evento fosse realizado no dia 28 de julho de 2010, data comemorativa do Dia do Agricultor, nos períodos da manhã e tarde, a princípio na CATI-Campinas. No período da manhã, serão realizadas duas apresentações e um debate, as apresentações trarão o ponto de vista de setores representativos perante a discussão Meio Ambiente e Agricultura. Objetivam tratar de maneira ampla a relação do setor rural com a conservação dos recursos naturais, com ênfase nos recursos hídricos, por meio de diferentes enfoques (técnico, político e legal), que seriam retomados, em um debate que, com base no panorama geral apresentado, trataria sobre Conservação dos Recursos Hídricos no Meio Rural. Já, no período da tarde, pretende-se realizar, a princípio, três mesas-redondas voltadas às áreas de atuação das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Educação Ambiental (CT-EA), com o objetivo de discutir questões importantes dentro da temática Água, Agricultura e Meio Ambiente, relacionadas à atuação dos Comitês PCJ, visando delinear caminhos para o tratamento dessas questões pelas Câmaras Técnicas. Seriam elas: • Pagamento por Serviços Ambientais (organizada pela CT-RN); • Cobrança da Água no Meio Rural (organizada pela CT-Rural); • Educação Ambiental (organizada pela CT-EA).

É importante realçar, neste último projeto exposto, que é possível fazer uma analogia com conflito, pois se pode verificar um trabalho que, indiretamente, visa evitar ou amenizar possíveis conflitos entre os diferentes atores ou interessados. Assim, podem estar evitando possíveis embates entre duas ou mais pessoas (grupos), conforme os trabalhos de Wilmot e Hocker (2011).

### **C) CT-INDÚSTRIA**

- **Projeto Sistema Cantareira:** pela sua importância, há monitoramento em tempo real das vazões de descargas e nível das reservas. Houve a atualização sobre o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, e as propostas de renovação de outorga já estão encerradas. Em razão do período de seca que atingiu a região Sudeste, os níveis de armazenamento do volume morto do Sistema Cantareira estão decaindo rapidamente; por esse motivo, foi solicitado que as indústrias busquem formas para economizar água. Após o período de estiagem, houve melhora do nível de água em decorrência das chuvas. A ANA e o DAEE informaram que o prazo para discussão das propostas de operação do Sistema Cantareira foi prorrogado.

- **GT-Cobranças:** foi solicitado aos membros da CT-INDÚSTRIA que apontassem os impactos financeiros que ocorrerão, caso haja aumento da cobrança, pois existe uma defasagem nos valores de cobrança desde 2006. Ainda existe discussão, em relação ao reajuste, pois não está muito claro para as indústrias. Houve uma reunião, no CIESP de Campinas, na qual as diretorias regionais trataram sobre o assunto do reajuste e foi aprovado um reajuste no valor de cobrança pelo uso da água com inflator de 8%.

- **Estudo de Viabilidade de Implantação (EVI):** este estudo é em empreendimentos que demandam recursos hídricos. Foi proposto um grupo de estudo para discutir sobre o assunto (19/02/2014). Posteriormente foi apresentado o documento com a proposta sobre o EVI que foi discutida entre a CT-OL e as demais câmaras técnicas de usuários de recursos hídricos (indústria, saneamento e rural), os membros desta câmara, na qual foi aprovado (19/08/2015). Este estudo tem o intuito de obter dados e informações, para que se possa avaliar o uso da água por parte da indústria, a fim de aumentar a disponibilidade para quatro regiões específicas: Jundiaí, Atibaia, Polo Petroquímico de Paulínea e Polo Têxtil de Santa Bárbara do Oeste/America/Nova Odessa.

- **PTA nº 01 (Projeto de implantação de medidas para adequação de ETEs Industriais):** foi solicitada, inicialmente, a definição do questionário para atendimento do PTA nº 1. Para dar continuidade aos trabalhos, houve o desenvolvimento do questionário que

será encaminhado às indústrias que participam da câmara técnica e, também, para as demais indústrias, por meio do CIESP. Enfatizou-se a importância do questionário para que se possa fazer um inventário da realidade. Após a aplicação do questionário, foi realizado o levantamento dos dados os quais foram apresentados aos membros da CT-INDÚSTRIA, na qual foram constatadas distorções dos resultados. Foi sugerido que se considerasse apenas os questionários enviados pela indústria e deixar de fora as informações colhidas do setor de saneamento. Após a reapresentação dos dados, foi escolhido os temas a serem tratados nos seminários/workshop, sendo eles as técnicas de MBR, lodo ativado, MBBR, ultrafiltração e osmose reversa.

- **PDCs do Plano de Bacias PCJ:** o CT-INDÚSTRIA elaborou um relatório com sugestões para complementação dos PDCs. Foi solicitado, também, que todos os membros se inteirem sobre o assunto, visto que o planejamento do grupo para o ano (2011) será embasado nisto.

- **Portaria nº 07/2015:** portaria editada pelo GAEMA/PCJ-Piracicaba que trata da apuração das causas de poluição no Rio Capivari; tem o objetivo de fomentar ações para melhoria das condições do rio.

- **Estudo Hidrogeológico em áreas das Bacias PCJ:** contratação do estudo hidrogeológico de viabilidade, para a captação de águas subterrâneas: em 21/10/2015, foi realizada a apresentação da minuta do Termo de Referência, o qual será enviado à Agência PCJ a fim de dar início ao processo licitatório. Em 19/07/16, o coordenador desta câmara técnica fez contato com a área técnica da Agência das Bacias PCJ e foi informado que a licitação do “Estudo Hidrogeológico, em Áreas das Bacias PCJ”, deverá iniciar-se na primeira quinzena de setembro.

É importante destacar dois pontos observados nos projetos desta CT. O primeiro refere-se ao que foi mencionado, no Projeto GT-Cobranças, em que foram mencionadas discussões a respeito do valor da cobrança estar defasado e que o valor do reajuste não estava dentro das expectativas das indústrias (Entidades Privadas). Há nítida presença de conflito entre os diferentes membros, pois, segundo Wilmot e Hocker (2011), o conflito pode ser estabelecido, quando uma das partes envolvidas interfere (Indústrias) na busca dos objetivos da outra parte (CT). Além deste aspecto, pode-se observar a utilização de Táticas de Influência de Poder que são defendidas por Robbins (2000) e, neste caso, são a pressão e a coalizção. Ou seja, pressão por parte da Entidade Privada e a coalizção entre os diferentes membros do setor privado para que o poder de influência seja maior.

A segunda observação remete ao Projeto PTA, em que houve um trabalho de tabulação, após o questionário ter sido respondido e o resultado obtido apresentar distorções, pois estavam inclusos resultados da CT-SA. Após essas constatações, foram realizadas novas tabulações levando em conta somente as informações da CT e, com isso, observa-se novamente a presença de poder por pressão por parte da Entidade Privada, conforme os estudos de Robbins (2000). Isso é validado em um trecho da ATA a quem é solicitado ao Sr. Anderson Bandeira (empresa Miracema Nuodex) que refaça a tabulação.

#### **D) CT-OL**

Antes de expor os projetos discutidos dentro do recorte temporal definido, vale ressaltar que esta CT não teve participação do pesquisador, para realizar uma observação não participante e, assim, entender melhor sobre as peculiaridades. Como, por exemplo, tendo apenas dois projetos discutidos e expostos nas ATAs dentro do período. Por esse fato, serão expostas e mencionadas seis discussões de assuntos diversos que ocorreram no período.

- **Estudo de Caso nas Bacias PCJ:** este estudo é para implantação de outorgas de lançamento de efluentes com qualidade da água. Está em discussão uma metodologia referente ao Termo de Referência para revisão do plano de bacias PCJ 2010-2020. Algumas sugestões de alterações para o Termo de Referência foram propostas, principalmente, em relação às mudanças nas legislações vigentes, nas quais se propôs que não se amarre o termo a uma legislação específica, deixando claro e aberto às atualizações, para que atenda e não fique desatualizado. Outro ponto mencionado foi que no termo haverá um capítulo que tratará sobre suprimentos hídricos (26ª reunião – 13/05/10).

- **Estudo de Viabilidade de Implantação (EVI):** este estudo tem importância para a futura obtenção de outorga de direito de uso dos recursos hídricos que necessitar. Foi feita uma explanação sobre a proposta deste estudo, que, ao final, foi aprovada pelos membros desta câmara. Posteriormente foram discutidas algumas alterações e justificativas a serem realizadas na proposta. Um dos pontos sugeridos foi uma maior integração entre Prefeituras e suas respectivas empresas de saneamento, o que facilitaria a emissão de documentos pelo DAEE. Foram levantadas algumas alterações, no setor industrial, em relação ao consumo e demanda de água; ressaltou-se que as empresas em instalação devem ter consciência dos períodos críticos e prever situações de escassez hídrica (41ª reunião – 26/03/13).

Pode-se observar, entre parênteses, o intervalo de tempo entre um projeto e outro. Esse cenário pode ser definido por um cidadão que tenta acompanhar os trabalhos desta CT como

um local sem transparência, responsabilidade, ética e integração em suas atividades, conforme defende Wolkmer e Pimmel (2013). Ou uma possível presença de um poder por dominação de um grupo, conforme Weber (1997) defende e que não visa expor, de forma mais clara e organizada, o que é tratado. Entretanto essas inferências são suposições, com base no que já foi observado na coleta de campo e no que foi exposto nas outras CTs. Ou seja, seria necessário realizar um trabalho focando somente esta CT, para averiguar as possíveis barreiras ou dificuldades. A seguir, alguns assuntos tratados no período analisado:

- **Análise de outorga:** ocorreram discussões no âmbito do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) sobre os critérios utilizados, para análise de outorga, adoção de modelos de avaliação de impacto do lançamento de efluentes em corpos de água, adoção de parâmetros para a avaliação da qualidade da água, utilização de vazões de referência, lançamento em rios intermitentes e metas progressivas. Como é um projeto piloto, para aplicação da metodologia, adotou-se uma bacia piloto e a escolhida foi a bacia do Ribeirão da Mata-MG.

- **Críticos de outorgas em bacias críticas ou em situação de criticidade:** foi levantado o que os atos de outorga deverão prever nestes casos e, para ampliar mais a discussão sobre este tema, é necessário fornecer conhecimento mais amplo da realidade e isso se dá por meio da ferramenta SIG – Sistemas de Informações Geográficas, das bacias PCJ.

- **Dia de treinamento:** CT-OL com apoio da Agência PCJ e da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba ofereceu um dia de treinamento para os representantes indicados por 22 sindicatos rurais. O objetivo desse treinamento é auxiliar os associados no preenchimento do Ato Declaratório do DAEE.

- **Bacia Remanso Azul, município de Itatiba-SP:** foi solicitado um apoio da CT-OL para orientar sobre como podem estar resolvendo alguns problemas encontrados. De 40 irrigantes que a bacia possui, apenas dois possuem outorga, com isso, gostariam de orientação para saber o que podem fazer com esses irrigantes que não possuem outorga.

- **Portaria DAEE 761/2015:** tendo em vista a portaria, o DAEE começou a fiscalização dos usuários, e aqueles que não instalaram hidrômetros em suas captações e não estão passando informações, para a sala de situação PCJ, estão sendo multados. Esse comportamento não foi visto com bons olhos pelos membros da câmara, visto que reivindicaram um trabalho mais educativo e menos punitivo por parte do DAEE. Foi mencionado que este trabalho está sendo realizado, pois, em vistorias realizadas pelo DAEE, verificaram-se vazões outorgadas muito acima daquelas utilizadas pelos usuários.

- **Outorgas mensais (ANA e ADASA):** as outorgas são baseadas na variação mensal das vazões.

Com base ao exposto nas discussões, no primeiro item “Análise de Outorga”, observa-se uma possível existência de conflitos, uma vez que é mencionado que houve discussões a respeito de um tema, no caso extremamente delicado que é a outorga de determinado corpo de água. Além disso, pode-se relacionar com os trabalhos de Berg (2012), quando expõe o grupo de descompasso entre metas e objetivos, porque foram definidas métricas e, possivelmente, houve diversas discussões até a definição das métricas adotadas, por exemplo.

Quanto à discussão sobre o “Dia de Treinamento”, pode-se observar a presença de rede dentro da CT, já que houve apoio de outros órgãos para capacitar algumas pessoas. Conforme o que defende Goedert (2005), a respeito da cooperação dentro de uma rede, por meio do trabalho em conjunto (e em rede), é possível haver troca de conhecimento e capacitação, conforme houve neste caso.

#### **E) CT-SA**

Primeiramente serão expostos os quatro projetos discutidos, ao longo do período e, em seguida, propostas de projetos apresentados.

- **Estudo de Viabilidade para Instalação e Operação de Centrais de Lodos nas Bacias PCJ:** foi informado que o processo licitatório, para a contratação de uma empresa, para realização dos estudos da situação do lodo nas Bacias PCJ, já foi concluído. O trabalho realizado pela empresa contratada foi concluído, oferecendo um diagnóstico da situação da geração e disposição dos lodos de ETAs e ETEs dos 62 municípios da Bacia PCJ (39ª reunião – 21/06/10).

- **Estudo de Viabilidade de Lodos ETAs e ETEs:** foi realizada a apresentação dos resultados deste estudo (45ª reunião – 13/04/11).

- **EIA/Rima – Empreendimento:** aproveitamento múltiplo de Santa Maria da Serra. Ainda existem dúvidas referentes ao estudo que requerem maiores esclarecimentos e consequentes propostas de solução. Foram apresentados pareceres referentes aos estudos complementares dos projetos Loteamento Santo Ângelo e Kaloré; houve discussões e, ao final, alguns itens não foram respondidos, o que inviabilizou a elaboração de um parecer conclusivo por parte da CT-SA (71ª reunião – 14/01/16).

A seguir, os projetos discutidos:

- **Plano Diretor de Saneamento Básico:** este projeto visa à proposta de um Termo de Referência, para utilização dos municípios de até 100 mil habitantes, na contratação de plano

de saneamento básico. Foi apresentado pela Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ (47ª ATA).

- **Análise e pré-qualificação dos empreendimentos por Demanda Espontânea:** foi informado que, para capacitação de recursos da FEHIDRO, Exercício 2013, há 50 empreendimentos para análise. Em razão do número elevado de projetos, foi criado um grupo técnico que se reunirá para analisar os empreendimentos.

- **GT-Saneamento no Meio Rural, Áreas Periurbanas e Comunidades Isoladas pela CT-AS:** foi discutido sobre a importância da criação deste grupo de trabalho e a discussão foi prorrogada, para a próxima reunião, visto a quantidade mínima de membros presentes.

- **Empreendimento Rota das Bandeiras (prolongamento da SP-083 – segmento entre as rodovias Anhanguera e Miguel Melhado Campos, entre Campinas e Valinhos):** o estudo foi apresentado pelo Sr. Bruno Rafael C. Gibson, da Concessionária Rota das Bandeiras e visa propor adoção de providências a serem tomadas e que são importantes, por exemplo, quando há acidente envolvendo produtos químicos. A câmara irá elaborar parecer técnico. O empreendimento foi considerado aprovado pela CT-AS.

- **Plano de contingência da ampliação do aterro sanitário de Bragança Paulista, em regime de Codisposição de Resíduos Domiciliares e Industriais não perigosos (classe II):** foi apresentado pelo Sr. Marcelo Nobrega Catanzano da Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda. (EMBRALIXO). Ficou acertado que este projeto seria encaminhado ao GT-Resíduos Sólidos da CT-SA, para análise do assunto, visando subsidiar a Coordenação de elaboração de resposta aos Comitês PCJ.

- **Grupo de Trabalho – Operação Estiagem PCJ-2014:** este grupo foi criado em virtude da criticidade da água nas bacias PCJ. O objetivo é propor ações para situações de emergência na escassez de água, recomendações à adoção de medidas de restrição do uso da água, dentre outros (62ª).

- **Exclusão:** o GT-Saneamento Rural foi excluído por determinação da Secretaria Executiva (SE) do Comitê (70ª).

É possível notar que as CTs podem tanto criar quanto excluir um grupo de trabalho (GT) desde que haja aprovação da maioria. Na próxima seção, serão expostos os principais pontos abordados em cada CT, em suas ATAs, bem como as observações finais do pesquisador a respeito de sua análise no material.

### 4.2.1.3 Principais assuntos abordados e observações finais das ATAS

É importante destacar assuntos que foram abordados mais de uma vez e demonstraram grande importância ao longo da leitura e análise das ATAs. Além disso, as observações do pesquisador a respeito de conflito e possíveis pontos negativos observados APENAS com leitura das ATAs.

#### 4.2.1.3.1 Principais assuntos abordados

De todas as CTs observadas na leitura, somente foi constatada e percebida a repetição de temas e a exposição da sua importância. Um dos possíveis motivos se deve ao período de ocorrência das reuniões da CT-RURAL (mensal), possibilitando maior condições de trabalhar os mesmos temas. Neste contexto, Wegner (2011) defende, dentro de governança, que a CT busque assegurar o cumprimento de suas pautas e abordar temas, retomando-os para que os objetivos possam ser cumpridos por todos. Além da clara busca de disseminar um trabalho transparente e ético, Wolkmer e Pimmel (2013) trabalharam em suas pesquisas. Abaixo, seguem os três temas abordados:

**1º) Política de pagamento de serviços ambientais (PSA):** os participantes propuseram que fosse elaborado um documento com princípios e diretrizes que orientassem diversas instituições (sindicatos, prefeituras, associações, entre outras) para elaboração de projetos futuros a serem apresentados por demanda espontânea nos Comitês de Bacias. Existe a preocupação, por parte da CT, de que sejam criados normas e critérios que devem ser bem definidos para que, desta forma, os agricultores sejam remunerados de forma justa. Os agricultores podem participar das reuniões e, também, da elaboração da Política de PSA. O grupo de trabalho encontrou, inicialmente, dificuldades na execução do projeto PSA e está estudando estas complicações e definindo critérios para financiar as atividades e/ou o PSA junto aos agricultores. Durante as reuniões, observou-se que os que apresentam maiores dificuldades, em se adequar à legislação ambiental, são os pequenos produtores, um dos motivos é a falta de informação e desconhecimento do agricultor familiar. Em uma das reuniões, foi tratado sobre a elaboração de um documento para a publicação “Lições aprendidas do projeto Produtor de Água”. Já foi aprovada e liberada a 11ª parcela de R\$ 28.595,60 junto aos Comitês PCJ (13/11/15).

Pode-se verificar a presença de uma tática de poder, a coalisão por parte dos membros da CT, uma vez que verificaram que o tema é muito delicado e precisa de maior clareza, já que lida com pessoas “simples” e humildes que desconhecem diversos termos. Para isso, de forma implícita, constata-se a utilização de duas táticas em conjunto, pois, para realizar a primeira, é necessário que haja uma argumentação lógica e válida, usou-se a persuasão racional (ROBBINS, 2000).

Ao verificar o trecho “observou-se que os que apresentam maiores dificuldades em se adequar à legislação ambiental são os pequenos produtores (...) falta de informação (...)” nota-se a ineficácia em compartilhar as informações, conforme será verificado, diversas vezes, posteriormente, nas demais análises e triangulações de dados. Pode-se relacionar com a dimensão da interação de uma multiplicidade de atores que se influenciam reciprocamente, defendida por Sartori (2011), Graças à interação e ao trabalho de buscar sanar as deficiências para dar andamento ao projeto a CT tem-se percebido essa lacuna e tem-se buscado reverter o quadro.

**2º) Há uma preocupação referente à cobrança de água no meio rural:** “Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 078/2007 prevê mecanismos de abatimento dos financiamentos realizados com recursos da cobrança federal, desde que os usuários façam investimentos em saneamento”. Há um grupo específico que trata, exclusivamente, da cobrança de água, que está aguardando o posicionamento da CT-RURAL, com relação à área rural, visto que este grupo de trabalho discute questões relativas à zona urbana e rural.

Neste debate, pode-se observar a existência de poder e conflito, os quais se encontram no debate do grupo, para definição da cobrança pelo uso da água e, por ser um tema delicado, acarreta nas opiniões divergentes entre os diversos membros. Chiavenato (2014) deixa claro que a presença de conflito se dá pela diferença entre objetivos e interesses pessoais e, apesar das ATAs não deixar isso claro, pode ser que tenha ocorrido.

**3º) Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Si-CAR):** o Si-CAR nacional, ainda, não foi lançado, mas o Si-CAR estadual está funcionando e disponível no site da Secretaria do Meio Ambiente. Foi realizada uma simulação de cadastro no Si-CAR durante a reunião.

O tema abordado acima refere-se a um tipo de cadastramento e demonstra o trabalho por parte da CT em cumpri-lo e, assim, alcançar os seus objetivos de preservação,

manutenção e uso adequado do ambiente. Mostra, assim, responsabilidade, participação e integração perante a sociedade, relacionando-se, deste modo, aos conceitos defendidos por Wolkmer e Pimmel (2013).

#### 4.2.1.3.2 Observações finais das ATAS

As observações finais se concentraram nos principais pontos observados dentro do recorte temporal. Além disso, buscou-se destacar, no texto ou ao final, entre parênteses, a ATA em que determinado tema fora observado. Sendo assim, na leitura das ATAs da CT-RURAL foram verificados os seguintes problemas e pontos negativos:

- Problemas relacionados à adesão dos agricultores, pois a área agrícola participa pouco dos fóruns e encontros. Em razão disso, o coordenador da CT-Rural (2011), Sr. João Baraldi, sugere que “a melhor forma de aumentar a participação dos agricultores é tomando conhecimento de suas reais necessidades e fazendo com que façam parte de espaços que tratam de assuntos relacionados aos interesses e necessidades do meio rural”.
  - Outro posicionamento, em relação a este ponto, foi do Prof. Reinaldo (sem menção da Instituição na ATA) que declarou que, “muitas vezes, o que estamos precisando é de uma estratégia de educação ambiental para esclarecer, informar e formar agricultores” (58º).
  - Desse modo, pode-se observar que, se ler somente o primeiro parágrafo, a ideia dominante é a falta de engajamento por parte da sociedade (os agricultores). Entretanto, com a segunda parte, tem-se a concepção de que falta um trabalho por parte da CT-RURAL em disseminar melhor a informação, por meio de uma educação ambiental, conforme sugerido por um membro. Sendo assim, há uma falha na comunicação pela não existência, segundo as ATAs, de formas de fazer a informação chegar ao público alvo e, assim, solidificar as relações, conforme é defendido por Tretyak (2001) em seus estudos.
- Outro conflito encontrado, que foi mencionado em algumas ATAs, é referente à participação e ao comprometimento dos membros da CT-Rural. Isso pode ser visto em um dos trechos das atas, em que o Sr. João Baraldi (Coordenador da CT-Rural, 2011) diz que “(...) é preciso desenvolver projetos que possuam embasamento técnico e científico, além de criar mecanismos de articulação com outras câmaras técnicas para

que os projetos elaborados sejam competentes. Mais uma vez apelou para que todos sejam mais participativos e parceiros” (59<sup>a</sup>). Outra citação que comprova este ponto foi uma fala do Maurício Magossi, coordenador do GT-Projetos, na qual falou que “(...) os membros da Câmara deveriam participar mais, pois, quando há reunião para avaliação dos projetos ou termos de referência, aparecem apenas 3 ou 4 membros” (90<sup>a</sup>).

- Foi possível verificar, em dois momentos distintos (ATAs n° 58° e 90°), a cobrança por parte da liderança e, de um membro a maior participação dos demais integrantes da CT. Ou seja, pode-se concluir que os membros não têm dado a necessária importância aos trabalhos ou priorizado os trabalhos fora da CT (empregos diretos). Vão totalmente contra os preceitos de governança em rede, defendidos por Borzel (1998), Provan e Kenis (2007) e Tretyak (2001), uma vez que a participação está totalmente ineficiente e os trabalhos sendo atrasados ou mal feitos além da perda da informação. Ou seja, não é percebida a cooperação entre os membros para o estreitamento dos laços e da solidificação do trabalho. Outro ponto observado foi a importância de haver uma articulação entre as CTs para os trabalhos serem mais elaborados e, assim, amenizar ou diminuir possíveis conflitos, uma vez que as divergências poderiam ser reduzidas, conforme defende Berg (2012).

- Em relação às reuniões extraordinárias, foi verificado que a 5<sup>a</sup> reunião foi realizada, para que os grupos de trabalho GT-Acompanhamento apresentassem o relatório de visita, referente ao Projeto Produtor de Água. Observou-se que alguns membros estão tendo problemas na execução do projeto: ainda há muitos projetos que precisam ser executados com urgência, atrasos no repasse de recursos para execução. Ou seja, pode-se notar uma possível sobrecarga por parte da equipe da CT, bem como a falta de verba para realização do trabalho. Falta, assim, a cooperação entre as diferentes instâncias e prejudicando o andamento do trabalho e a falta de integração entre os diferentes membros conforme defendem, respectivamente, Goebert (2005) e Wolkmer e Pimmel (2013).

- Por outro lado, na 6<sup>a</sup> reunião extraordinária, tratou-se de apresentação de projetos. O primeiro foi do professor Rinaldo Calheiros “Monitoramento da Evolução das Características Hidrográficas de uma Microbacia Hidrográfica”, e o projeto foi aprovado. E foi apresentado novamente o Projeto LUISA, pelo Sr. Luiz Basi (Rotary Internacional.), que mencionou que o projeto parte do interesse e iniciativa da CT-

RURAL para realização de um levantamento socioambiental. Pode-se verificar que ambos os projetos visam à maior integração entre os interessados pela Bacia-PCJ e, neste caso, vê-se a busca de maior integração e participação que estão de acordo com os trabalhos de Wolkmer e Pimmel (2013).

Na leitura das ATAs da CT-RN, foi verificado os seguintes problemas e pontos negativos:

- O primeiro problema verificado foi discutido, a falta de fiscalização nos municípios. Um dos membros da câmara disse que deve “(...) haver maior participação dos vereadores, tanto nas reuniões quanto em relação às melhorias possíveis na legislação atualmente vigente” (58ª reunião). O possível motivo para esse pedido pode ser pelo fato de os membros terem seus respectivos trabalhos fora da CT e, dificilmente, teriam condições de realizar maiores demandas. Diferente do que ocorre com os vereadores que possuem certo poder de mobilização tanto no setor público quanto perante o seu eleitorado. E esse cenário, se fosse possível, seria uma clara participação dos diferentes atores, bem como uma nítida cooperação entre sociedade, governo e CT que são princípios defendidos por Goebert (2005).  
- Outro problema foi em relação a plágio em projetos e foi mencionado: “(...) um projeto (empreendimento) aprovado pelo GT-Empreendimentos foi plágio (cópia na íntegra) nas questões relacionadas à educação ambiental. Sobre esse problema foi sugerido que houvesse maior participação dos membros das Câmaras Técnicas nas reuniões desse Grupo (GT), para que fatos como esse pudessem ser identificados e denunciados (...)” (66ª reunião). Neste caso, pode-se verificar uma tática de poder à troca, ou seja, possível oferta de benefícios em troca de uma reciprocidade futura, uma vez que, segundo a fala, há uma certa negligência perante o plágio, já que isso não foi relatado em ATAs futuras. Além das ideias de Robbins (2000) expostas, tem-se a concepção de um grupo buscar impor sua vontade perante os demais, conforme Weber (1997) teoriza em seu trabalho.
- A 3ª reunião extraordinária foi realizada, para tratar a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em que foram solicitadas sugestões e questionamentos para a renovação da outorga. Apesar das preocupações a respeito do processo de comunicação, uma vez que este é falho, conforme pode ser verificado nas outras análises posteriores, a CT busca amenizar essa deficiência, ao convocar uma reunião

extraordinária e, deste modo, solicitando uma cooperação entre todos e, assim, indo ao encontro dos conceitos de Goibert (2005).

Na leitura das ATAs da CT-INDUSTRIA, o principal problema verificado e que, ao mesmo tempo, é gravíssimo foi:

- A observação de que há uma baixíssima presença de membros nas reuniões, uma vez que o número de entidades participantes é pequeno. A conclusão para isso é pelo fato de o baixo comprometimento de algumas indústrias (entidade privada), em participar das reuniões, visto que acabam sendo excluídas pela secretaria executiva. Essa inferência pode ser validada, por meio da ATA da 41ª reunião, em que foi mencionado o seguinte ponto: “Foi discutida entre os presentes a necessidade de se desenvolver estratégias de divulgação desta referida câmara técnica, com o objetivo de ampliar-se a participação da indústria na mesma”. Outro aspecto que se pode retirar deste cenário é a possibilidade de existência de conflito, com base nos trabalhos de Fustier (1982), uma vez que pode haver conflito entre os objetivos institucionais com os objetivos da CT e, conseqüentemente, da Bacia-PCJ.

Na leitura das ATAs da CT-OL, o principal problema verificado foram diferentes cenários de conflitos, uma vez que a CT lida com a outorga e licença do corpo hídrico e está, intimamente, ligada aos interesses dos diferentes interessados no uso da água e, conforme as ATAs, que possuem diferentes opiniões:

- Um fator que tem gerado conflitos e divergências, no âmbito da CT-OL, foi em relação às dificuldades de medição da vazão do pequeno produtor. Por causa disso, têm ocorrido conflitos e isso pode ser validado em um trecho retirado da 39ª reunião: “Existem conflitos pelo uso da água entre os irrigantes, recreação, abastecimento e, com barramentos, conseguem-se regularizar vazões”. Neste caso, pode-se observar um conflito aberto entre os diversos interessados pelo uso da água e que não há (conforme leitura) um denominador comum que possa amenizar isso e essa característica está de acordo com os conceitos trabalhados por Moura e Teixeira (2010).
  - Ainda, segundo Moura e Teixeira (2010), pode-se observar, por meio da ATA da 51ª reunião, a existência de conflitos escondidos que poucos conhecem e os velados em que está em estado latente, prestes a “estourar”. O primeiro caso é observado em relação a projetos que são escritos, às pressas, para não perder a verba e que podem conter erros, principalmente, quanto às propostas em longo prazo. Um exemplo é

referente ao Termo de Referência, para revisão do Plano de Bacias, pelo qual alguns membros entenderam que as discussões, em relação às alterações, não estavam sendo realizadas com a antecedência necessária, podendo ser definidas de forma apressada posteriormente. Ou seja, nem todos possuem conhecimento do projeto e muito menos estão acompanhando a sua elaboração. Dessa forma, pode gerar uma insatisfação naqueles que desconhecem e, assim, ocasionar atritos que podem atrapalhar a condução do projeto/ trabalho. Algumas colocações das reuniões que validam tais inferências: “(...) as mudanças devem ser elaboradas e detalhadas, por pessoas diretamente ligadas e focadas ao assunto, e não por contribuições de forma individual por meio do site, visto que irão refletir por 20 anos”. Na segunda situação, em estado latente, ocorre pela preocupação excessiva em realizar as atividades com grande rapidez e, assim, não perder as verbas que são disponibilizadas. Há clara nitidez no foco excessivo pela busca de resultados e gerar possíveis conflitos entre os membros, usando certos preceitos, para justificar a postura, conforme pode ser observado no trecho: “há atropelo de etapas com o intuito de não perder verba, que pode vir a prejudicar um trabalho que perdurará por 20 anos” .

Na leitura das ATAs da CT-as, os principais problemas verificados foram a falha na comunicação, táticas de uso de poder e possíveis conflitos:

- Apesar da aparente participação inexpressiva de alguns membros nos Grupos de Trabalhos, o motivo foi justificado por um membro e é observado na 48ª reunião: nela foi exposto o Estudo de Viabilidade para Instalação e Operação de Centrais de Lodos nas Bacias PCJ e foi mencionado que “(...) não está havendo participação da Câmara nas discussões”. Mas um dos membros presentes, discordando do que fora dito, expôs: “(...) sobre sua insatisfação de não estar recebendo nenhuma convocação das reuniões e atividades realizadas pelo GT-Lodos (...)”. Isso demonstra que existe uma falha na comunicação entre os membros desta câmara. Além disso, a falha na comunicação tem prejudicado o trabalho dos próprios membros, uma vez que foi observado que aqueles que possuem interesse não estavam presentes. Deste modo, pode-se concluir a existência de falha tanto interna quanto externa na comunicação, pois, se a CT, conforme análises posteriores, já possui deficiências em passar para a sociedade informações, ela é agravada no âmbito interno. Outro aspecto possível de conclusão é a falta de cooperação entre os membros e as observações confirmam as teorias defendidas por Alvarez, Silva Filho e Proença (2002) e Wolkmer e Pimmel

(2013). Vale ressaltar que este último trabalha cinco aspectos, para uma atuação em rede e a CT em questão tem deficiência em diversos aspectos (como falta de uma composição homogênea, desorganização na sua coordenação e em seu formato e falta de simetria e formalização).

- Outro ponto discutido em reunião (na 70<sup>a</sup>) foi quanto à insatisfação de alguns membros de que as reuniões ordinárias devem ser utilizadas para assuntos técnicos da câmara e não para palestras e workshops. Na reunião foi sugerido que “(...) não sejam utilizadas as reuniões ordinárias para palestras e workshops, dedicando exclusivamente para os assuntos técnicos e burocráticos pertinentes à Câmara, mencionando, também, a dificuldade em se fazer os grupos de trabalho apresentar resultados.”. Há uma nítida demonstração de tática de poder que é a coalização e pressão dos membros para mudar a estrutura da Pauta e da condução das reuniões e realizarem as atividades, segundo os seus interesses (membros da CT) indo, assim, na mesma linha do trabalho de Robbins (2000). Além do poder, o fato de haver esse descontentamento é pelos interesses dos membros serem conflitantes em relação aos interesses/ objetivos da CT, conforme exposto nos trabalhos de Berg (2012) e Fustier (1982).

Pode-se, assim, concluir que, apesar de as ATAs serem resumidas e sucintas em seu conteúdo, foi possível observar diversos resquícios de conflitos e poder por meio das falas e da imputação das informações por parte do secretário. Apesar disso, é necessário que, se o leitor queira acompanhar os trabalhos, precisa acompanhar os trabalhos *in loco* para, desta forma, oferecer contribuições ao desenvolvimento dos trabalhos da CT bem como da própria CT.

Sendo assim, após a análise completa das ATAs, foi possível gerar material suficiente para oferecer suporte aos próximos tipos de análises e, assim, realizar sua triangulação, conforme exposto em metodologia e que pode ser visto nas seções a seguir.

#### **4.2.2 Análise das entrevistas, questionários e observação não participante**

Como já foi apontado na seção de metodologia, a pesquisa de campo foi feita da seguinte forma: as entrevistas e observações foram realizadas no dia em que ocorreram as duas reuniões de Câmara Técnica mais o Encontro com a Sociedade Civil realizado pelo

Consórcio PCJ. Com isso e somando as informações das ATAs consolidadas, foi elaborado o questionário e encaminhado aos membros responsáveis. E, após tais etapas, foram feitas as análises que serão expostas e discutidas abaixo.

#### 4.2.2.1 Análise das entrevistas

Nas entrevistas, buscou-se realizá-las com pessoas chaves e, por conveniência, em razão de os fatores distância e tempo do pesquisador serem uma limitação. A fim de preservar o entrevistado, conforme acordado pessoalmente com o pesquisado, só serão expostos o órgão e o seu gênero, além de sua numeração que servirá apenas para diferenciar se o entrevistado era do Consórcio, da CT-Rural e da CT-RN.

Assim, foram entrevistados 7 membros:

Quadro 8 – Informações dos entrevistados.

	<b>ÓRGÃO</b>	<b>GÊNERO</b>
Entrevistado 1	Consórcio PCJ	Masculino
Entrevistado 2	Consórcio PCJ	Masculino
Entrevistado 3	CT-Rural e RN	Masculino
Entrevistado 4	CT-RN	Masculino
Entrevistado 5	CT-RN	Feminino
Entrevistado 6	CT-RN	Masculino
Entrevistado 7	CT-Rural	Feminino

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para melhor leitura, as entrevistas realizadas com os membros do Consórcio e das Câmaras Técnicas foram separadas em duas seções, conforme as duas subseções a seguir.

##### 4.2.2.1.1 Membros do consórcio PCJ

Antes do início do evento, o pesquisador teve a oportunidade de conversar com dois membros do Consórcio PCJ e realizar alguns questionamentos. Foi perguntado ao Entrevistado 2 a respeito da presença de membros da Sociedade Civil e foi dito:

“Dentro do Consórcio PCJ temos a presença de membros tanto da sociedade civil quanto das demais e apesar de achar que há uma boa participação é necessário expor a importância e trazer novos membros porque ainda está pequeno a quantidade na minha opinião (Entrevistado 2)”.

A possível preocupação (observada) do Entrevistado remete à falta de importância da sociedade como um todo, ou seja, a mobilização poderia ser maior para que, assim, a ação conjunta tenha como efeito um trabalho mais eficaz, transparente e compartilhado entre os diversos atores, conforme a definição de governança que Kissler e Heidemann (2006) propõem. Somada à falta de presença da sociedade civil, o entrevistado deixa claro que os outros órgãos (entidades públicas e privadas) também apresentam pouca participação (“(...) quanto das demais (...).”). Não havendo esta união e esse trabalho compartilhado, como haverá soluções aos problemas sociais e do tão almejado desenvolvimento sustentável? Para se alcançar os objetivos do Consórcio PCJ, entre eles podemos citar a criação de um ambiente adequado ao uso sustentável da água (já que este está sendo trabalhado pela entidade).

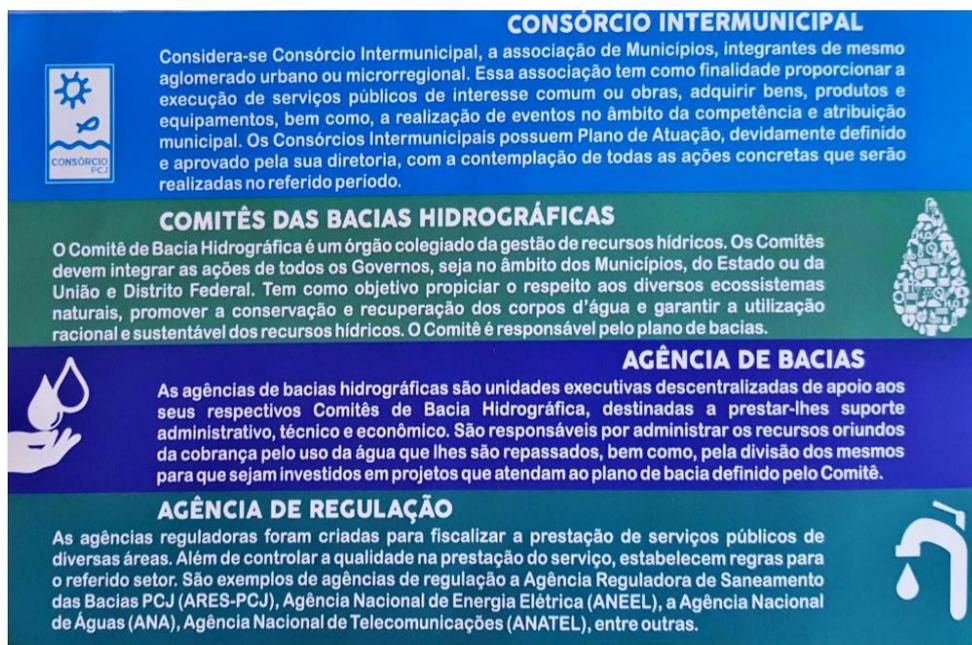
O Entrevistado 1 foi questionado a respeito dos membros da sociedade civil, se eles possuem conhecimento dos diferentes órgãos atuantes dentro das limitações da Bacia PCJ e qual o papel de cada um.

“Eu acho muito relativo, a gente vê de tudo. Mas uma coisa posso afirmar, é muito difícil encontrar um que saiba todos os órgãos e caso saiba terá dificuldade em dizer sobre cada um. Eu não posso culpá-los e temos que levar em consideração que eles chegam com pouco conhecimento ou que descobriram sobre nós e querem ajudar de alguma forma. Outro ponto é aqueles que são representantes de instituições públicas e privadas, eles já têm um pouco de conhecimento e sabe um pouco sobre nós. Mas se você tenta extrair informações de todos os outros tipos vai ser bem difícil (Entrevistado 1)”.

Por meio da resposta dada, pode-se inferir que as informações a respeito dos trabalhos do Consórcio e/ou demais órgãos da bacia não estão sendo eficientes ou não estão ocorrendo. Nos trabalhos de Goedert (2005), identifica-se a importância dos trabalhos em marketing e a importância de levar a informação clara e correta para todos, em outras palavras, se o objetivo do Consórcio (e também das Câmaras Técnicas e da Bacia) é obter o máximo de engajamento e apoio da população, este necessita divulgar seus trabalhos de uma forma mais eficiente.

Como forma de sanar quem é quem na gestão dos recursos hídricos, o Consórcio PCJ elaborou um panfleto com uma explicação direta e simples dos diferentes órgãos atuantes (Consórcio Intermunicipal ou Consórcio PCJ, Comitê de Bacias Hidrográficas, Agência de Bacias e Agência de Regulação) que pode ser observado na Figura 10. Com estas informações a sociedade e mesmo os envolvidos podem se conhecer melhor e até articular uma comunicação mais eficiente entre os próprios envolvidos. Isso demonstra de uma simples forma de comunicação formal pode ajudar a diminuir conflitos, conforme afirma Berg (2012).

Figura 10 – Órgãos atuantes na gestão dos recursos hídricos.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no material fornecido pelo Consórcio PCJ (2016).

Foi questionando ao Entrevistado 2 se ele saberia como era a postura dos membros dentro das organizações que representam e se eles repassavam as informações das reuniões e encontros.

“Uma coisa que não posso reclamar é que o pessoal busca levar as informações e repassar para as entidades que representam. Acredito que um motivo pra isso é porque eles são designados e cobrados por isso. Então tem que prestar contas e tenho que te lembrar, eles são dispensados do trabalho no horário da reunião para vir (Entrevistado 2)”.

“Você também me questionou sobre a postura deles, correto? Então, eu já soube de alguns casos a respeito disso e há duas situações. Na primeira, são taxados de ‘chatos’ e ‘ambientalistas’ porque participam da reunião e ao tentar expor o que ouviram e cobrarem certas correções acabam sendo vistos dessa maneira. Já a outra forma é quando a instituição valoriza essa área e apoia a luta pela preservação. Eles acabam se sentindo ‘o tal dentro da cia’ e surgem grupos em que são daqueles que fazem parte de algo importante. Acho que as instituições deveriam trabalhar isso para evitar esses dois cenários que acabam prejudicando a ideia fim e a nossa causa, porque não temos o intuito de criar discórdias e sim obter soluções (Entrevistado 2)”.

Por meio da resposta, observa-se de maneira nítida a existência de conflito entre o membro “x” com seus colegas de trabalhos, no primeiro caso; já, no segundo, além de se observar um conflito, há a criação de táticas de influência de poder. No aspecto de conflitos percebidos (na resposta), em ambas as situações verifica-se que foi gerada uma incompatibilidade de crenças e valores entre aqueles que estão participando de um órgão (no

caso o Consórcio) e os que apenas captam as informações dentro da instituição. Ou seja, caso essa situação não seja tratada com muita cautela e corrigidos os preconceitos pré-estabelecidos, pode acarretar (na opinião do pesquisador) uma instabilidade dentro da organização ou no setor em que o membro atua. Esses fatos podem ser reforçados tanto por Chiavenato (2014) quanto Wilmot e Hocker (2011), visto que o primeiro ainda expõe que uma das causas do conflito está relacionada à discórdia e ao desacordo.

Ainda dentro da temática de conflito, na teoria, foram destacados dois grupos de conflitos e podemos enquadrar esses problemas no grupo “Mudanças”, no trabalho de Berg (2012) e, no grupo “Condições sociais e a Organização”, no trabalho de Fustier. No primeiro grupo mencionado, supõe-se que o colaborador que representa a empresa no Consórcio possui novas ideias e concepções e se tornam “um ser novo” para os colegas, gerando mudanças ao seu redor e, indiretamente, instiga os demais colegas a se adaptarem ou até mesmo a mudar. Já dentro da visão de grupo proposta por Fustier (1982), o colaborador, ao trazer novas concepções, pode gerar uma instabilidade ao seu redor e muitos são reativos a mudanças.

Em relação à possibilidade de haver uma presença de poder, pode-se relacionar tanto com as ideias de Weber (1997), uma vez que o membro participante do Consórcio pode tentar impor sua vontade (os novos conhecimentos e informações adquiridas nas reuniões e encontros) aos demais colegas ou pode haver o poder disciplinar, quando esse membro é reconhecido pelos colegas que começam a segui-lo e considerá-lo certo. Bem como os conceitos de tática de influência de poder trabalhados por Robbins (2000), nota-se a presença de um apelo pessoal e, de certo modo, uma pressão pela busca de obter o que almeja.

Por fim, o último questionamento na entrevista aos membros do Consórcio foi a respeito da capacidade de mobilização da sociedade civil e se acreditam que ela seja capaz de agir conjuntamente em prol de um objetivo comum.

“A Sociedade Civil desconhece o seu próprio poder na minha opinião, apesar disso acredito que se houver um problema em grandes proporções eles (e nós é claro) saberão se mobilizar e agir juntos. Mas reforço que isso só ocorrerá se houver um grande problema de proporções gigantescas e se não for feito isso poderá acarretar diversas mortes. Um exemplo disso é quando tivemos o problema de Mariana em Minas Gerais. E ainda no mesmo exemplo, posso lhe dizer que após um ano a mobilização diminuiu e as mudanças ou ações não são divulgadas ou feitas com maior presença da sociedade do país. Para piorar, a imagem da nossa união e trabalho em conjunto é questionado lá fora também. Há um tempo atrás estive em um evento na Espanha sobre a água e estava conversando com uma pessoa importante do órgão espanhol a respeito sobre mobilização e o mesmo disse mais ou menos nessas palavras: ‘Aqui neste distrito foi posto um sensor on-line de vazamento a cada 1 metro e isso só foi possível graças a seriedade de

todos os cidadãos e levou-se muito tempo, mas ninguém desistiu e todos cobravam para que o trabalho fosse feito. Além disso, aqui o novo governante prossegue o trabalho do governo anterior senão eles brigam para depor e exigir o *impeachment*. Agora vocês do Brasil (mudando o sentido da pessoa para indicar como o representante disse) não são sérios e a sociedade não é engajada porque quando muda governo ninguém reclama quando eles não cumprem o que prometeu (Entrevistado 1)”.

Com as observações levantadas pelo Entrevistado 1, assinala-se que, no Brasil, ainda existem algumas lacunas e obstáculos a serem superados para que o trabalho ocorra com maior sintonia. Ou seja, vai no sentido oposto do conceito de governança retratado por Leite (2010), uma vez que não há uma união e sintonia entre Estado e Sociedade e muito menos dentro da própria sociedade. Vale destacar que a sociedade é uma estrutura viva interconectada, conforme Goedert (apud TRETAK, 2001) pontuou, mas, se não for mudada a forma de como atuar e reeducar a sociedade, dificilmente será alterada a imagem a respeito do engajamento do povo brasileiro. Sem contar na imagem pejorativa da sociedade perante os povos de outras nações, será fortalecida e ficará enraizada, conforme expresso na resposta do Entrevistado 1.

Por meio das falas dos dois entrevistados, é possível perceber que ainda há muito trabalho a se desenvolver no que tange à participação das Organizações da Sociedade Civil. Essas instituições, segundo Sampaio (2004), realizam o voluntariado e a filantropia além de não visarem ao lucro. Somado a isso, há a representatividade do cidadão em órgãos como o estudado neste projeto (Comitê de Bacias e Câmaras Técnicas). Como se afirmou, há necessidade de maior atuação o que é validado com o evento que foi organizado pelo Consórcio PCJ, em que se buscou atrair uma maior participação e, conseqüentemente, maior conscientização da Sociedade Civil. A seguir, as entrevistas realizadas com membros das CTs.

Outro aspecto que é possível observar é a presença de transparência, equidade e responsabilidade, defendidas nos trabalhos de Wolkmer e Pimmel (2013) perante o povo espanhol que acaba sendo oposto ao que é visto na Bacia PCJ e no Brasil como um todo, conforme comentários do entrevistado. Além disso, pode-se deduzir que há um claro “jogo de conflitos” dentro da sociedade da região de estudo (senão do país) a respeito do uso, manuseio e preservação da água, posto que em nossa sociedade os trabalhos realizados não são difundidos facilmente e não há um consenso entre os diversos atores que lidam com a água. Essas inferências corroboram o que Chiavenato (2014) declara a respeito de conflito que ocorre quando há divergência entre objetivos e interesses pessoais.

Além disso, conforme fala do entrevistado, pode-se observar os avanços espanhóis e, é claro, uma nítida exposição do poder disciplinador que Weber (1997) estudou, pois verificou-se que o governo realiza suas atividades e, em contrapartida, a sociedade acompanha, cobra e busca fazer sua parte.

#### 4.2.2.1.2 Membros das CT-RURAL e CT-RN

Em relação às entrevistas realizadas com alguns membros pertencentes às Câmaras Técnicas, foram feitas, antes de iniciarem as reuniões, por dois motivos: o primeiro foi pelo momento descontraído que antecedeu a reunião e o segundo pelo horário de término da reunião que seria ao meio-dia (da CT-RN terminou as 13h:10 e da CT-RURAL às 12h:45).

Vale ressaltar que, antes das reuniões, há uma mesa de café da manhã em torno da qual os membros vão se juntando, enquanto os demais não chegam ou quando alguém se atrasam. Dessa forma, foi possível conversar e entrevistar alguns membros que contribuíram com a pesquisa.

Houve a entrevista com o Entrevistado 3 em dois momentos, porque ele participa tanto da CT-RURAL quanto da CT-RN, além disso, ele ajudou o pesquisador com materiais a respeito das Bacias e das Câmaras Técnicas. No primeiro encontro, foi questionado há quanto tempo estava engajado nos trabalhos das CT e por quê, além de ser questionado sobre a presença de pessoas mais novas.

“Trabalho com isso há mais de 20 anos e hoje que sou aposentado eu posso me dedicar um pouco mais (risos). Antes de atuar na Bacia PCJ, trabalhei muito em outra Bacia porque é muito importante e necessário preservar e lutar pra ter uma qualidade de água porque sem ela nós não somos nada. Busquei estar mais presente dentro dos trabalhos da Bacia PCJ por causa de desafios e trazer um pouco do conhecimento adquirido, mas preciso dizer que esporadicamente participo de reuniões da outra Bacia (Entrevistado 3)”.

“Agora, sobre sua segunda pergunta, eu fico um pouco preocupado porque as pessoas que estão à frente dos projetos nos Comitês e nas CT são sempre as mesmas e com o tempo vão ficando mais velhas. O jovem de hoje não pensa muito nessas coisas, eles estão preocupados com outras coisas e são poucos que vêm até nós e querem de fato participar. Acho muito importante a presença deles porque são pessoas com novas energias e ideias além de estarem lutando pela preservação de um bem que poderá fazer falta a eles. Sabe, já estou bem velho e não estarei aqui daqui a alguns anos e ver uma tragédia. Mas é claro que não torço por isso e espero que eles vejam a importância de levar a sério a questão hídrica (Entrevistado 3)”.

Por meio da resposta do entrevistado, o pesquisador percebeu que é uma pessoa extremamente dedicada e dispende uma boa parte do seu tempo com trabalhos em prol da bacia PCJ, além do conhecimento que carrega. Como foi dito antes, ele enviou materiais ao pesquisador para serem usados e passou um pouco de seu conhecimento, contando algumas histórias e fatos importantes a respeito do trabalho dentro de um Comitê e de uma CT. Outro aspecto que chamou atenção do pesquisador foi o poder de influência do entrevistado perante os outros, pois é muito respeitado. Em outras palavras, pode-se inferir que ele exerce um poder simbólico, conforme foi também observado na fala do membro do Consórcio, em que os outros membros ouvem-no com mais atenção e mais respeito dando maior credibilidade às suas argumentações (WEBER, 1997).

O Entrevistado 3 esteve, também, presente no evento realizado pelo Consórcio PCJ e na segunda reunião que o pesquisador participou. Nesta última, foi questionado o porquê de estar atuando em tantas frentes.

“Como já te disse uma vez, eu amo o que faço e acho muito importante trabalharmos na preservação deste bem maravilhoso que é a água. Também espero influenciar outros a fazerem o mesmo e não desistirem mesmo com as dificuldades. Sei que as vezes demora para vir o reconhecimento mas quando ele vem é a coisa mais maravilhosa. Além disso, por mais que sejam duas câmaras técnicas tudo está interligado, entendeu. Os nossos trabalhos por mais que foquem certas coisas devido as CT, em muitos aspectos estão ligados e também moro pela região e gosto de estar informado (Entrevistado 3)”.

Pode-se observar o grande engajamento do entrevistado e a sua busca pela disseminação de conhecimento e de informações a respeito dos trabalhos realizados nas CT que pode ser caracterizado como uma forma de disseminar conhecimento e influenciar outras pessoas para realizarem o mesmo, ou seja, são algumas características de governança que estão enraizadas neste membro. Além disso, ele explicou que os trabalhos das CT estão interligados e esse trecho reforça o aspecto de governança entre as CT mais precisamente na governança em rede. Desta forma, somado à observação feita pelo pesquisador, é possível ver a existência de uma Governança em Rede mais precisamente dentro do modelo apresentado por Provan e Kenis (2007) de Organização Administrativa da Rede (OAR). Neste modelo há uma entidade administrativa separada que tem como finalidade o gerenciamento da rede (Comitê de Bacias) e de suas atividades, visando coordenar e sustentar a rede (as Câmaras Técnicas). Vale ressaltar que a OAR não é uma nova empresa e neste modelo tendem a ser mais eficientes.

Vale expor que, nas observações do pesquisador em duas reuniões e em fatos coletados, a Bacia junto com as CT tem muitos pontos a melhorar tanto na relação entre si quanto na luta por maior engajamento da população, mas caminham neste rumo. Conforme o Entrevistado 3 explanou, é objetiva-se incentivar e instigar novas pessoas a entrar e ver a importância dos trabalhos realizados.

Como forma de verificar as respostas dadas pelo Entrevistado 3, questionou-se o Entrevistado 4, que aparenta ser bem mais novo em relação ao entrevistado anterior, sobre como é a procura das pessoas da Sociedade nas reuniões das CTs, além do quórum nas reuniões.

“Poderia haver uma procura maior da população porque eles são os usuários mais afetados. Por um lado, não os culpo porque a mentalidade da nossa sociedade de modo geral não olha a questão ambiental como algo de primeira ordem. O que quero dizer, dificilmente um cidadão conseguirá ser liberado de seu trabalho para participar da nossa reunião. As vezes observo que há pessoas presentes, mas te garanto que ora são estudantes ora pessoas desempregadas e ora pessoas que estão folgando no dia da reunião. Então, enquanto não mudar isso, acho que dificilmente teremos uma maior presença do cidadão comum. Há uma solução, é a associação de bairro, nela eles podem eleger um representante, mas isso ocorre muito pouco (Entrevistado 4)”.

“Sobre a segunda parte da sua pergunta, há uma boa presença de membros nas reuniões, mas tem certas ocasiões que varia um pouco como agora com toda essa crise. O jeito é se ajudar e um jeito é dar carona para o outro porque alguns membros de instituições públicas estão com verbas cortadas ou congeladas, agora imagina as outras entidades. Falo isso, porque talvez não conheça a extensão geográfica da Bacia, ou seja, tem membros que demoram mais de 2 horas para chegar numa reunião então buscamos sempre ser maleáveis ao iniciá-la. Espero que ano que vem (2017) melhore e essa crise diminua, porque está difícil (Entrevistado 4)”.

Pode-se observar que há falta de recursos para uma melhor qualidade dos trabalhos nas CT e somado a isso há a crise que tem assolado o país e dificultado o desenvolvimento de diversos projetos e, conseqüentemente, a sua execução. Este cenário de crise e dificuldade demonstra que o governo não possui uma boa gestão de recursos e que não reservou para poder oferecer condições razoáveis a ideais para as CT atuarem, bem como os membros das entidades públicas. Esse fato vai contra a definição de governança pública, defendida por Streit (2006), em que mostra que há participação ativa do governo, para alcançar objetivos coletivos e promover o desenvolvimento da sociedade. Porém não se deve culpar somente as entidades públicas, pois nas privadas tem ocorrido corte de custos e a participação tem reduzido, pois, conforme a fala do entrevistado, a crise afetou todos os atores.

No período que antecedeu o início da reunião da CT-RN, o pesquisador realizou a entrevista com dois membros da CT e o motivo disso foi, após um comentário, quando o pesquisador se apresentou e pediu, para ser apresentado a algum membro que representasse a Sociedade Civil. O comentário dado foi que ambos representavam tanto uma Entidade Pública quanto uma Organização da Sociedade Civil. Deste modo, a pergunta inicial foi reformulada e ambos foram questionados se o fato de representarem duas entidades não prejudicaria o trabalho. Além disso, não poderia haver conflito de interesses?

“Como te disse, represento tanto uma organização pública quanto uma da sociedade civil. Porque eu trabalho numa empresa pública e dentro do nosso município temos uma associação que também atuo. Há dois outros motivos, um é a questão do custo, porque pensa comigo, há certa distância geográfica entre as reuniões e seria muito mais caro pagar para dois grupos distintos virem. Dois, ambos os setores serão representados porque sempre pelo menos um vem porque a gente faz um calendário e se organiza. Junto com o que falei tem que ambas as instituições trabalham em conjunto. Então não vejo que haja conflito de interesses (Entrevistada 5)”.

“Meu rapaz, eu represento uma cooperativa, mas também trabalho na prefeitura da cidade. Então já levo as informações para ambos, mas minha maior atuação é dentro da cooperativa e nela estão reunidos várias pessoas que mexem e trabalham no campo e somos diretamente afetados se tem problemas na água. Como trabalho na prefeitura tenho a possibilidade de passar as informações pra eles e tenta alternativas ou medidas para resolver um problema, por exemplo (Entrevistado 6)”.

Pode-se observar a possibilidade de haver problemas na questão de conflitos uma vez que ambos os entrevistados representam duas instituições. Conforme as ideias defendidas por Berg (2012), temos que os conflitos são um estado antagônico de ideias e interesses, criando situações incompatíveis entre si. Ou seja, cada instituição visa a um propósito e possui um interesse perante o uso e manuseio da água na Bacia, sendo difícil os atores (entrevistados) atuarem sem prevalecer um lado em certos momentos. Ainda se baseando nos trabalhos de Berg (2012), outro fator gerador de conflito é o dos recursos e a água é um bem finito e, por causa disso, pode gerar conflitos limitando o desempenho e a tomada de decisão da pessoa.

Outro enquadramento destas respostas pode ser feito nos trabalhos de Fustier (1982) no campo do interesse direto e das condições sociais e a organização. O primeiro está diretamente relacionado aos possíveis interesses do entrevistado, nos rumos que poderia escolher nas reuniões, para favorecer ou não uma das partes a qual representa. Já, no segundo, pelo fato de existir um desacordo entre os objetivos pelo simples fato de ambas as instituições serem totalmente diferentes e cada personalidade jurídica ter algum objetivo fim diferente, em relação à água gera, assim, possíveis atritos. Uma provável contribuição para trabalhos futuros

seria estudar até que ponto o trabalho de representar duas instituições não interfere nos trabalhos da outra.

Como o Entrevistado 6 mencionou que representava uma cooperativa, foi questionado como era seu trabalho para repassar as informações.

“Nós fazemos reuniões gerais em que cada representante de uma área esteja presente e passo as informações de como está o andamento das ações e projetos, o que foi decidido, agendas, planos que estão sendo elaborados e feitos entre outros assuntos conforme o que for abordado nas CT. É claro que a reunião é aberta para todos que quiserem ir igual ocorre aqui nas CT porque quanto mais gente melhor né (Entrevistado 6)”.

Há, conforme a fala, uma busca de disseminar as informações para outras pessoas, porém até que ponto todos os membros fazem e como seria essa qualidade? Esses questionamentos são difíceis de responder pelo pesquisador em razão das dificuldades geográficas e do tempo disponível a poder participar de uma reunião “de repasse de informação”. Mas no simples ato de passar a informação, pode-se caracterizar uma disseminação de informação dentro da cadeia de rede e pessoas em que é composta a CT e seus respectivos membros. Ou seja, a informação inicia-se em um único local (reunião da CT), passando para os membros os quais irão repassar às instituições que representam e assim por diante, formando uma teia, conforme um dos aspectos elencados nos trabalhos de Alvarez, Silva Filho e Proença (2002).

Já na reunião da CT-Rural, realizou-se uma entrevista com um membro convidado, ou seja, um cidadão. Apesar desta característica, o entrevistado representa uma instituição pública (Universidade), uma vez que está realizando um trabalho com a comunidade carente a respeito de educação ambiental e tem ligação direta com possíveis impactos (ou não) com as águas da Bacia PCJ. O questionamento foi a respeito se a Entrevistada 7 tinha apoio do governo ou só da universidade ou de ambas em seu projeto de doutorado.

“Existe uma ajuda do governo por meio do financiamento do meu projeto porque sou bolsista pela universidade. E o objetivo do projeto é torná-lo viável e mostrar a sua importância, tanto na questão de reeducação ambiental quanto na parte de agir de forma sustentável. Busco auxiliar comunidades para aprenderem as técnicas (de forma simples) e explicar o porquê de termos uma consciência sustentável pensando no amanhã. Outra coisa boa que posso lhe passar, é o engajamento das comunidades que aprenderam, elas estão repassando para outros os conhecimentos adquiridos e isso é muito gratificante (Entrevistado 7)”.

Apesar da ajuda governamental ser por meio do projeto de pesquisa e, conseqüentemente, por financiamento por um órgão de pesquisa, não deixa de ser uma

iniciativa governamental de desenvolver projetos, em prol da preservação e sustentabilidade, uma vez que esta cooperação e desenvolvimento, percebidos na fala da entrevistada, englobam um trabalho em conjunto de diferentes atores (do público, do comunitário e do privado) ao encontro com que Kissler e Heidemann (2006) prega a respeito de governança pública.

Dentro das limitações do pesquisador e pelo fato de ter atuado sozinho, foi possível coletar informações valiosas, ou seja, importantes para análise e estudo. Como já discutido acima, essas informações indicam que, embora exista muito trabalho a ser feito, realizar mudanças culturais na população e escassez de recursos, é possível também observar que há uma luta constante para disseminar o conhecimento, de buscar realizar o trabalho e de preservar e proteger um dos principais bens do ser humano que é a água. Com o intuito de complementar o estudo, foi feita a análise dos questionários passados aos membros das CTs e do Consórcio e sua análise se encontra na subseção a seguir.

#### 4.2.2.2 Análise dos questionários

No período da pesquisa de campo, os questionários foram enviados aos responsáveis (Coordenadores) das Câmaras Técnicas visitadas, para realizar a observação não participante e para a Gerente Técnica do Consórcio PCJ que organizou o evento “Encontro com a Sociedade Civil”. Esse fato ocorreu por dois motivos: a) pelas questões geográficas do pesquisador e dos respondentes; b) os membros responsáveis possuem o banco de dados (e-mail) de todos os membros participantes, tanto das Câmaras Técnicas quanto do encontro promovido pelo Consórcio PCJ.

Houve o retorno de 6 questionários, sendo 3 de membros do Consórcio e 3 de membros das Câmaras Técnicas e vale ressaltar que 5 respondentes foram do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino, conforme é mostrado no Quadro 9.

Quadro 8 – Informações dos questionários.

	<b>ÓRGÃO</b>	<b>GÊNERO</b>
Respondente 1	Consórcio PCJ	Feminino
Respondente 2	Consórcio PCJ	Feminino
Respondente 3	Consórcio PCJ	Feminino
Respondente 4	CT	Feminino
Respondente 5	CT	Feminino
Respondente 6	CT	Masculino

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em ambas as situações, houve auxílio dos membros responsáveis em solicitar a colaboração dos demais membros. Igualmente, o pesquisador teve a oportunidade, nas duas reuniões das CT (rural e de RN) e no encontro promovido pelo Consórcio PCJ, de expor o trabalho de pesquisa e a importância das informações. Apesar de uma possível limitação, pois o envio dos questionários foi próximo às festas de fim de ano (enviado no final da 1ª quinzena de dezembro), foi-lhes solicitada, no início e no final de janeiro, ajuda para maior coleta de informações.

Pode-se caracterizar esta situação, de certo modo, como crítica e preocupante, uma vez que um possível objetivo (indireto) do trabalho é expor as atividades das CT para que o meio acadêmico tenha maior conhecimento e proporcione outras iniciativas de trabalhos a respeito do tema. Além disso, vai contra o que é pregado tanto por Goedert (2005) quanto Tretyak (2001). O primeiro destaca que uma atuação em rede (e parcerias) pode possuir um catalisador, no processo de difusão do conhecimento e na busca de novas oportunidades, aliado aos grandes avanços tecnológicos que proporcionam uma infraestrutura capaz de oferecer melhores condições para aprender, trocar e interagir conhecimentos. O segundo autor retrata a importância da atuação em rede como uma vantagem competitiva, ou seja, por meio de investimentos buscam um fortalecimento e solidificação para maiores interações e que a atuação em rede seja mais concisa.

Apesar do cenário exposto acima ser preocupante, em uma primeira análise, deve-se levar em consideração um fator muito importante: o presente trabalho é um dos primeiros que busca realizar um estudo a respeito dos atores participantes (Entidade Pública, Entidade Privada e Sociedade Civil), podendo ter ocasionado uma incerteza ou dúvidas aos participantes o que pode ser comprovado com a fala do Entrevistado 4.

“Temos muitas dificuldades que enfrentamos, mas acredito que exista uma boa interação entre os membros porque sempre que um tem dificuldade em comparecer por causa de viajar até a reunião. Nós nos ajudamos dando carona para o outro”.

Ou seja, essa fala mostra que muitos membros possuem interesse em participar das reuniões e, assim, contribuir com o desenvolvimento e disseminação do conteúdo, além da demonstração de ajuda mútua. Dessa maneira, há uma sintonia com a definição sobre governança em rede exposta por Borzel (1998) em que há um conjunto de relações estáveis, nas Câmaras Técnicas, em que os diversos atores compartilham de interesses comuns e que intercambiam recursos para perseguir esses interesses compartilhados por meio da cooperação.

Abaixo segue a análise do questionário dos respondentes do Consórcio e das CT, separados em subseções distintas.

#### **4.2.2.2.1 Membros do consórcio**

Ressalta-se que, na semana em que ocorreu a reunião de uma CT visitada, estava ocorrendo um evento organizado pelo Consórcio PCJ visando mobilizar a Sociedade Civil, expondo a importância da sua presença na luta para a preservação e proteção da região e, conseqüentemente, da água. Os membros organizadores foram prestativos e ofereceram todo o apoio e um convite ao pesquisador, para participar (de última hora) do Encontro. Além do mais, o Consórcio é uma Sociedade Civil de direito privado como personalidade jurídica (CASTELLANO, 2007). Este órgão é independente tanto do CBH-PCJ quanto das Câmaras Técnicas, porém possui objetivos que coincidem com estes dois órgãos.

Outro aspecto importante é a mobilização da Sociedade Civil, uma vez que na percepção do pesquisador (após análises feitas) a mobilização da Sociedade Civil é mais presente no Consórcio PCJ do que nas Câmaras Técnicas. Esta inferência pode ser validada na observação do pesquisador nas 2 reuniões das CT de que participou. A quantidade de membros representantes da Sociedade Civil era menor. Entretanto, é necessário esclarecer uma limitação que foi observada somente em 2 reuniões e nestas ocasiões podem ter ocorrido problemas externos que impediram uma maior participação de membros (crise no país e cortes de verbas tanto das entidades públicas quanto privadas).

Como já foi relatado acima, o Consórcio é uma sociedade civil de direito privado e, por causa disso, a participação da Sociedade é mais atuante. Essa característica remete a uma das diversas peculiaridades apresentadas no levantamento teórico a respeito das organizações do terceiro Setor. Reforçando que o Consórcio PCJ não visa ao lucro bem como sua inserção comunitária na região. Porém, ao entrevistar um dos membros do Consórcio, foi dito que é necessária maior participação e mobilização e o evento criado tinha justamente a finalidade de: aumentar o número de pessoas cadastradas e membros atuantes.

As respondentes 1 e 2 responderam o mesmo questionário, uma vez que eram membros que participaram do evento realizado do Consórcio e a respondente 3 estava na organização e, por isso, o questionário teve uma leve mudança, conforme se pode observar na metodologia. A seguir as respostas dos respondentes, ressaltando que elas foram divididas em partes para melhor entendimento.

Quadro 10 – Questionário respondido por membros participantes do Consórcio PCJ (Parte 1).

	<b>PERGUNTA</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>Respondente 1</b>	2 - Quais foram os motivos que o levaram a participar das palestras “Encontro com a Sociedade Civil”?	Minha participação no Conselho são as demandas do município de Piracaia que abriga boa parte das represas do Cantareira.
<b>Respondente 2</b>		Conhecer as facetas deste segmento, quais seus questionamentos, participação e expectativas.
<b>Respondente 1</b>	3 - Qual entidade o(a) senhor(a) representa:	[X] Sociedade Civil
<b>Respondente 2</b>		[ X ] Entidade Pública
<b>Respondente 1</b>	4 - Na sua opinião, você acredita que possa ser prejudicial representar mais de um ator (por ex. Sociedade Civil e Entidade Pública <b>ao mesmo tempo</b> ) em um projeto ou reunião?	O que é prejudicial são as intenções de se participar de mais de uma entidade, a representação deve ser a mais diversa possível, mas infelizmente nem sempre há pessoas disponíveis para isso. Sendo assim, as mesmas pessoas se repetem. Se a intenção é boa não importa, mas o importante seria ter participação mais ampla.
<b>Respondente 2</b>		Não necessariamente, depende muito do caráter da representatividade, creio que há casos em que seja providencial considerando situações auxiliares que dificultam a participação da sociedade civil, porém esta posição só é legítima desde que esteja isenta de situações que ocorram interesses conflitantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar as questões respondidas por ambas as respondentes, percebeu-se que, ao mencionarem a sociedade civil, elas ligaram-na ao cidadão, ou seja, à população como um todo e não a uma entidade da sociedade civil. Porém, percebe-se que uma Organização da Sociedade Civil pode surgir da união de moradores de um município ou de um bairro, por exemplo e, assim, obter uma representatividade.

Pode-se notar que tanto a respondente representante da sociedade civil quanto da entidade pública comentam, na questão 4, que não enxergam problemas, caso um membro represente mais de uma entidade, mas, é claro, em ambas as respostas, com certas ressalvas destacando que não pode haver conflito de interesses, se as intenções forem positivas. Com base nas respostas, nota-se que é comum ocorrer este cenário (um membro representando duas instituições) e isso é validado com base nas informações coletadas nas entrevistas e que foram mencionadas em seções anteriores.

Quadro 11 – Questionário respondido por membros participantes do Consórcio PCJ (Parte 2).

	<b>PERGUNTA</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>Respondente 1</b>	5 - Na sua opinião, o que seria necessário para que haja maior participação da Sociedade Civil nos trabalhos realizados pelo Consórcio?	A sociedade civil precisa perceber que está diretamente ligada às problemáticas. Quando abrimos a torneira e sai água, parece que está tudo certo e nada incentiva a mobilizar-se. Mas quando algum problema bate à porta como aconteceu durante a crise hídrica as pessoas passam a se envolver mais. Falta informação que chegue na população e falta que a população tenha um indicativo de como pode ajudar. Começar nas escolas e formação de professores seria interessante, assim como junto a servidores públicos.
<b>Respondente 2</b>		Promover situações que apoiem a participação intensa nas reuniões, como subsídios e/ou providências em questões de mobilidade, alimentação entre outras.
<b>Respondente 1</b>	6 - Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela Sociedade Civil para participar tanto dos Encontros quanto das reuniões/ atividades do Consórcio PCJ?	A dificuldade maior é dedicar tempo e recursos, deixando de ganhar o dia de trabalho. É uma problemática do Sistema como um todo, do qual somos escravos tendo que trabalhar diariamente para uma mera sobrevivência. Podem participar apenas os que são autônomos, aposentados, ou servidores públicos que são incentivados a isso.
<b>Respondente 2</b>		Questões de mobilidade em função da necessária dinâmica interativa entre os municípios das bacias.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na questão 5 sobre a necessidade de maior participação da sociedade civil, ambas as respondentes trabalharam suas respostas, com base na população brasileira, ou seja, consideraram-na como a sociedade civil e não uma organização específica. E, neste caso, também observa-se que existe uma lacuna na transmissão das informações e no trabalho de educação ambiental tanto do Consórcio quanto das CTs para que se chegue ao “cidadão comum”. Pois, caso isso seja feito com maior eficiência (conforme as respondentes), poderá haver maior engajamento e maior união da população.

Já, na questão 6, a respeito das dificuldades da sociedade civil em participar das reuniões e, de certo modo, da sua baixa presença, deve-se a questões de tempo, uma vez que a população precisa trabalhar para sobreviver e os poucos que conseguem participar são autônomos, aposentados, entre outros. Ou seja, caso não haja uma disseminação da informação por parte do Consórcio e das CTs dificilmente o cidadão terá ciência do que está ocorrendo e a capacidade de mobilização será menos eficiente caso ocorra um problema e/ou calamidade.

Quadro 12 – Questionário respondido por membros participantes do Consórcio PCJ (Parte 3).

	<b>PERGUNTA</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>Respondente 1</b>	7 - Na sua opinião, o(a) senhor(a) acredita que o trabalho realizado pelo Consórcio é capaz de melhorar a situação atual?	Com certeza é uma das poucas instituições que podem fazer mudanças significativas, como as tem feito ao longo da sua história.
<b>Respondente 2</b>		Promover um fundo e/ou recomendações para os consorciados que favoreça apoiar a participação da sociedade civil.
<b>Respondente 1</b>	8 - E com sua participação, acredita que seria capaz de agregar algo novo? Se sim, o que seria?	Creio que minha participação em particular poderia sim ajudar na medida em que somos capazes de promover o diálogo com uma maior parcela da população através do Conselho e gerando as políticas públicas locais. Ter vivido diversas situações e trabalhado diretamente na área ambiental, também me trouxeram uma visão crítica e contundente da situação.
<b>Respondente 2</b>		A gestão do organismo de bacias está intimamente ligada à representatividade e participação de todos os segmentos instalados ao longo do curso destes corpos de água.
<b>Respondente 1</b>	9 - Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pelo Consórcio PCJ? Se possível, deixe alguma sugestão.	Vejo que o Consórcio promove o diálogo entre os diversos atores envolvidos, o que é fundamental. Foi através disso que algumas instâncias de controle hídrico foram criadas, assim como políticas públicas importantes e estratégias de uso racional da água durante a crise. No entanto, ainda não estamos no ponto de ditar as regras. Quero dizer que não são os governos que vêm e vão, nem empresas que recebem outorgas para gestão de águas (como a Sabesp) que devem dizer o que aceitam ou não em relação à gestão hídrica; esta deve ser definida de acordo com as demandas da população e a garantia do direito de acesso a água, através da implantação do que precisa ser feito e não do que a empresa está a fim de investir. Água não é para ganhar dinheiro, é para ser cuidada, preservada e produzida. Condicionantes para a assinatura de outorgas devem ser norteadoras dos contratos sem a possibilidade de recusa por parte da empresa, mesmo que se possa negociar como fazer.
<b>Respondente 2</b>		Em primeiro lugar o fato do Consórcio ser fruto de uma mobilização social na sequência o comprometimento e excelência de sua composição técnica. Sugiro que o Consórcio promova um fundo e/ou recomendações a seus associados para apoiarem a participação de representante da Sociedade Civil.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar das dificuldades encontradas pelo Consórcio, ao realizar as suas atividades, é elogiado pelo seu esforço e desempenho o que é validado pela resposta de um respondente na questão 7. Já a outra respondente sugere que o consórcio estude a viabilidade de criar um fundo, para que o cidadão da sociedade civil possa ter maior participação. Tanto que ambas consideram que a sua participação pode contribuir para os trabalhos do Consórcio e, assim, desenvolver cada vez mais os trabalhos, em prol a preservação da água e isso é percebido na resposta da questão 8.

Por fim, na questão 9, reforça o que ambas responderam na questão 8, uma vez que o Consórcio foi o esforço de mobilização de um grupo de pessoas e tem colhido diversos frutos ao longo do tempo. Dessa forma, pode-se notar que o trabalho do Consórcio é bem visto, além de apresentar resultados mensuráveis, ou seja, que é percebido pela população e seus membros. O pesquisador acredita, com base nas respostas e no que foi coletado nas entrevistas, que havendo maior mobilização na disseminação da informação juntamente com um trabalho educativo, o Consórcio é capaz de aumentar, consideravelmente, a participação de membros da Entidade da Sociedade Civil bem como de “cidadãos comuns”.

Com relação à respondente 3 que é um membro à frente do consórcio, na questão 4 foi questionada: Quais foram os motivos que levaram a criar as palestras “Encontro com a Sociedade Civil”?

“Nosso objetivo foi divulgar à sociedade civil sobre a importância de participação nos órgãos colegiados voltados à questão da água, explicar a diferença entre as diversas instituições “PCJ” existentes e garantir com que mais participantes das organizações civis pudessem preencher vagas nas eleições dos Comitês, visto que em sua última edição sobraram vagas a serem preenchidas (Respondente 3)”.

Conforme a resposta, pode-se verificar o que foi concluído e discutido na seção anterior ao expor a pouca presença das Organizações da Sociedade Civil, uma vez que sua representatividade está aquém do seu real tamanho. E isso reforça a importância de haver mais ações, para divulgar as atividades e trabalhos realizados dentro da Bacia PCJ, para que haja maior adesão de novos membros.

Já, no item 5, foi questionado a respeito da procura da Sociedade Civil nos 5 Encontros organizados pelo Consórcio PCJ e a resposta foi:

“A procura ficou abaixo do esperado, provavelmente pelo momento político pelo qual estamos passando e pela falta de credibilidade das instituições. Porém, os participantes (em torno de 50 pessoas) se mostraram bastante interessados e disseram que pretendem divulgar as informações e começar a participar mais dos órgãos colegiados, tentando colaborar assim com o processo decisório (Respondente 3)”.

Apesar da baixa procura, o que deve se verificar é a iniciativa por parte do Consórcio e dos participantes que se demonstraram dispostos a ajudar a divulgar as informações e, desta forma, sanar a lacuna na disseminação de informações, conforme fora apontado anteriormente.

A próxima questão (6) foi elaborada com o que foi coletado nas entrevistas da CT-RN, quando o pesquisador foi informado sobre o fato de um membro representar duas entidades. Isso foi questionado e se poderia ser prejudicial. E novamente a resposta foi de que não seria prejudicial, visto que foi destacada a importância da pluralidade de pensamentos e de interesses, além da possibilidade de se obter uma melhor discussão sobre os temas com a finalidade de chegar a uma decisão mais acertada. Outro ponto que torna se a repetir é que não pode ocorrer a ausência do cidadão ou este deixar de acompanhar. Ou seja, é percebida novamente a importância da comunicação e disseminação das informações.

Deste modo, pode-se verificar que uma das maiores deficiências é a disseminação da informação ou a eficácia em atingir uma maior quantidade de pessoas. Esta lacuna vai contrária ao conceito exposto por Wolkmer e Pimmel (2013, p. 170) já vez que os autores defendem que um dos princípios de governança é a participação e integração dos membros com o cidadão e entre si. Porém, ao mesmo tempo, é percebida uma luta constante, para disseminar e obter maior apoio, e o maior exemplo foi o evento realizado pelo Consórcio PCJ.

Tanto que esse ponto foi retratado, na questão 8, ao questionar a respondente sobre “o que seria necessário para haver um melhor engajamento por parte da sociedade civil” e a resposta foi taxativa: EDUCAÇÃO!, reforçando o que já foi dito nos parágrafos anteriores.

“Educação! A meu ver, o problema maior é a falta de conhecimento e aprendizagem quanto à importância de participarmos mais ativamente dos processos decisórios, seja em âmbito municipal (participando de sessões legislativas) quanto regional (órgão colegiados como os comitês de bacias). Tais assuntos devem ser mais abordados nas escolas e pela imprensa (Respondente 3).”

Por fim, a última questão versou sobre quais dificuldades a sociedade civil enfrenta para participar tanto do evento quanto das atividades do Consórcio e a resposta foi a mesma que fora observada e concluída na entrevista da CT-RN (que ocorrera alguns dias antes). Foi a falta de recursos financeiros e, principalmente, alguns incentivos por parte de suas entidades como, por exemplo, a liberação do trabalho sem ônus. A seguir, as análises dos respondentes das CT-RN e CT-RURAL.

#### **4.2.2.2.2 Membros das câmaras técnicas**

Dos três respondentes, dois informaram que representavam uma Entidade Pública (respondentes 4 e 5) e a respondente 6 representa uma Organização da Sociedade Civil.

Enquanto os participantes 4 e 5 deixaram alguns questionamentos ora em branco e ora incompletos, a participante 6 contribuiu respondendo todos os questionamentos de forma completa. Um dos motivos para isso é que ela é um membro atuante assíduo e está à frente de uma das CTs observada, pessoalmente, pelo pesquisador e um segundo motivo é o seu engajamento.

O respondente 4 só participa de uma CT e, nas primeiras questões, respondeu de modo incompleto igual ao respondente 5, apesar disso, ela informou que participa de forma assídua de duas CTs e como ouvinte numa terceira CT.

Os primeiros questionamentos na parte destinada à Entidade Pública, o respondente 4 soube dizer o período em que ocorrem as reuniões do Comitê, demonstrando que conhece uma outra instância. Além disso, informou que busca repassar o que foi tratado nas reuniões das CTs, logo após ocorrerem e de forma verbal. Este ponto pode ser preocupante, já que pode passar uma imagem de que a informação não é passada adequadamente ou é repassada incompleta. Ou seja, conforme tratado e analisado, na seção dos membros do Consórcio, verifica-se novamente o problema na disseminação da comunicação e uma possível falha em sua transmissão, reforçando, assim, a concepção de que um dos possíveis motivos da ausência de maior engajamento é a falta de informações (sem levar em consideração a questão financeira).

Por meio do que foi dito no parágrafo anterior, verifica-se a falha no repasse da informação e, deste modo, é contrária à essência de governança em rede e ao conceito defendido por Borzel (1998), tendo em vista que a cooperação e a comunicação são falhas. Somado a isso, há a falta da prática de alguns conceitos defendidos por Wolkmer e Pimmel (2013), a respeito de participação, coerência e sensibilidade por parte dos membros. E, caso este cenário não seja mudado, dificilmente as CTs e o próprio Consórcio PCJ conseguirão êxito ao propagar suas mensagens.

Outro ponto preocupante é que o respondente informou que, na organização que representa, não possui um departamento ou setor que atua diretamente e de forma interligada com os órgãos PCJ (Consórcio, Agência, Bacias e CTs). Demonstra, assim que, além da Sociedade Civil, em certos aspectos, não estar engajada, há outros atores que apresentam os mesmos problemas. Mas, apesar de não haver este setor/ departamento, a instituição busca ter um representante e ajuda-o nas despesas de locomoção e no abono de horas, conforme as respostas do respondente 4.

Nas questões a seguir, houve questionamentos sobre se o respondente tinha conhecimento sobre os demais órgãos atuantes, na Bacia PCJ e foi pedido que fizesse

comentários, mas o respondente 4 apenas informou que conhecia e nada mais. Entretanto, o que chamou atenção, nas questões 67 e 68, qual foi que, na primeira, o respondente informou que possui dificuldade em conciliar o trabalho e as reuniões. Ou seja, apesar de ter uma ajuda de sua instituição, ele precisa cumprir com todas as suas obrigações que deixam sobrecarregado e, conseqüentemente, desanimado com o passar do tempo. Já, na outra resposta, há uma clara percepção de conflito e poder, visto que foi mencionado que é mais ou menos a existência de uma parceria entre os diferentes atores e cada público tende a levar as discussões e projetos para seus respectivos públicos.

Com isso, podemos observar que este cenário vai ao encontro do conceito de Weber (1997) o qual pregou, ao definir Poder, que cada entidade tem buscado se impor dentro da CT ou de um determinado tema, podendo gerar um atrito ou uma resistência aos demais. Juntamente com essa relação do poder, há a ligação com conflito em que se pode afirmar que há um embate entre mais de uma pessoa (ou grupos diferentes) por diferença de crenças, valores ou objetivos, conforme os autores Wilmot e Hocker (2011) apontam. Por meio disso, acredita-se que possa haver uma presença de poder e conflito, de forma sutil, uma vez que isso não foi possível perceber nas entrevistas.

Nas demais perguntas, o respondente 4 só respondeu sim ou não, sem as devidas justificativas e complementos, entretanto, em duas, ele chegou a responder, conforme pode ser observado abaixo.

“(Questão 74) Por que o(a) senhor(a) se candidatou para participar das reuniões da Câmara Técnica?

**R.:** Porque eu trabalho com fiscalização do uso e conservação do solo em bacias hidrográficas e a Câmara Técnica é um bom foro para discutir problemas e encontrar soluções.

(Questão 78) Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pela Câmara Técnica? Se possível, deixe alguma sugestão.

**R.:** Creio que as Câmaras Técnicas ainda terão o poder de sugerir tomada de decisão (Respondente 4)”.

Na primeira (questão 74), o respondente citou a importância dos trabalhos das CTs e reforça o quanto elas são importantes como meio de resolução de problemas e disseminação de informação. Na segunda (questão 78), ele acredita que as CTs ainda têm muito para se desenvolver e que são subutilizadas visto vez que expõe que elas necessitam ter maior poder de decisão.

Com relação à respondente 5, ela soube dizer o período em que ocorrem as reuniões do Comitê e o que se pode destacar é a possibilidade da perda de informações, a respondente

5 informou que as informações, a respeito das reuniões de que participa, são repassadas somente ao diretor de sua instituição, não explicando se são realizadas palestras ou reuniões para os demais colaboradores da entidade. Apesar disso, ao responder à questão 59 (existe na organização a que pertence um departamento que foca/atua diretamente os membros - Comitê, Agência, Consórcio, Câmara Técnica - da Bacia PCJ?), a respondente afirma que a instituição possui um departamento específico diferente do respondente 4.

Diferente do respondente 4, a respondente 5 não possui problemas, em realizar as duas funções (suas obrigações de trabalho e participação das reuniões), uma vez que informou que ocorre no horário de seu expediente e é considerada como sua jornada de trabalho, ou seja, está dentro das competências e atribuições de sua função. Outro ponto que diferiu ambos foi sobre o conhecimento dos demais órgãos e a respondente 5, além de informar que conhecia, soube dizer (brevemente) a função tanto da Agência quanto do Consórcio PCJ.

Já, nas demais perguntas, a respondente 5 respondeu somente sim ou não, sem realizar mais comentários, conforme era pedido nas questões, exceto na questão 74 (Por que o(a) senhor(a) se candidatou para participar das reuniões da Câmara Técnica?) na qual expôs:

“Aqui não nos candidatamos. Somos indicados pelo Secretário. Quando há alguma câmara técnica que julgamos ser de interesse para a Secretaria e que não há nenhum representante, podemos demonstrar interesse em participar ou indicar para o Secretário alguém que tenha o perfil daquela Câmara Técnica e o Secretário faz as indicações (respondente 5)”.

Ou seja, percebe-se que a entidade em que trabalha busca indicar colabores que possuam conhecimento técnico, para atuar nas CTs, inibindo ou desconsiderando aqueles que gostariam, mas não possuem conhecimentos ou competências técnicas. Por um lado, pode ser positivo em virtude de que os conhecimentos técnicos poderão auxiliar na maior evolução das CTs, mas também negativo no que tange à participação e disseminação da informação e da importância das CTs.

Por fim, há a análise do questionário da respondente 6 que, diferentemente dos dois anteriores, possui um maior conhecimento e engajamento e isso pode ser validado, na forma em que buscou responder às questões, além de expor com maior propriedade os diferentes tipos de órgãos atuantes (**quais sejam: o DAEE, Consórcio PCJ, Agência PCJ, Comitês PCJ que é a Câmara Técnica na qual atuo, Ares PCJ, CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), Ministério Público, os diversos serviços de água dos municípios e secretarias de meio ambiente, órgãos federais como a ANA, entre outros e suas funções.**).

Novamente, destaca-se a questão da informação falha e isso pode ser validado com a resposta da respondente 6, quando informa sobre a participação do cidadão comum: “(...) às vezes participam, mas a maior parte das pessoas não tem conhecimento sobre as Câmaras Técnicas ou vontade de participar.”

Apesar de expor, em uma de suas respostas, que há Organizações da Sociedade Civil que não participam das reuniões, as suas opiniões são bem aceitas dentro da CT-RN, quando expostas, ou seja, mesmo pela aparente falta de presença, existe respeito pelas demais entidades e não foi possível perceber certa relação de poder. Ou seja, há presença de tipos de influência de poder, trabalhado por Robbins (2000), por meio do apelo inspiracional, uma vez que todos almejam o mesmo objetivo que é a preservação da bacia.

Quando questionada a respeito das dificuldades por parte da Sociedade Civil em participar, novamente é exposta a falta de tempo e de recursos financeiros. Deste modo, pode-se concluir que as entidades deixam de separar recursos, para que seus colaboradores realizem suas atividades perante as CTs, dificultando, assim, um maior engajamento.

Outro ponto importante foi na questão 23 (**Quando ocorre um conflito entre os membros da Sociedade Civil com os demais como isso é resolvido?**):

“R.: Não me lembro de ter presenciado conflitos entre a sociedade civil e demais dentro de Câmaras Técnicas. Estes conflitos estão mais em reuniões ordinárias dos Comitês. São resolvidos por votação (Respondente 6)”.

É possível notar que, segundo a respondente 6, a geração de conflito ocorre mais no âmbito do Comitê em que as decisões cruciais e que têm poder de regulação ocorrem e serão repassadas às demais instâncias (inferiores). Já na questão 24, (**O(A) senhor(a) percebe ou sente um favorecimento?**) há uma clara alusão à presença de poder, ou seja, segundo a respondente há uma relação de poder entre os membros e, conseqüentemente, das entidades:

“R.: Acredito que todo colegiado tem um favorecimento de quem tem mais poder de convencimento e articulação e/ou mais informação (Respondente 6)”.

Por meio desta resposta, é possível verificar que a relação entre os membros pode gerar conflitos e até uma relação de poder, conforme os estudos de Berg (2012) e Fustier (1982). Em outra questão (27), foi declarado que, em certos aspectos, pode haver uma falta de profissionais mais qualificados ou aqueles que saibam redigir os projetos, conforme a lei, a

burocracia brasileira, vez que a respondente expôs que muitos projetos deixam de ser aprovados por serem vagos ou não seguirem as diretrizes.

Além disso, a respondente é um membro ativo e militante assíduo dentro da CT e que o órgão não barra ninguém, ou seja, ele é aberto a todos e, mesmo que a pessoa não saiba nada, irá aprendendo com o tempo.

Por fim, na questão 32 (**Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pela Câmara Técnica? Se possível, deixe alguma sugestão.**) a respondente esclarece que os trabalhos das CTs têm tido um retorno e que os trabalhos precisam continuar, ou seja, apesar de todas as dificuldades, a equipe tem conseguido obter avanços e isso pode ser notado em sua resposta, logo abaixo:

“Participo da CT-RN que, em conjunto da CT-Rural está conseguindo um grande avanço na preservação de mananciais. A sugestão é que persista o trabalho até os resultados serem concretos e mensuráveis (Respondente 6)”.

Após todas as observações, pode-se verificar que tanto as CTs quanto o Consórcio possuem problemas na disseminação das informações e na maior participação tanto da Sociedade Civil quanto do cidadão comum. Mesmo assim, buscam superar tais obstáculos e obter resultados expressivos e atingir os objetivos e metas de cada ano. Como forma de complemento, abaixo serão expostas as observações (não participante) do pesquisador nas duas reuniões das CTs e no evento do Consórcio de que participou.

#### **4.2.2.3 Análises da observação não-participante**

A realização desta etapa, no período de coleta de dados, foi feita em três momentos, uma vez que foram duas reuniões de CTs e uma participação no evento realizado pelo Consórcio PCJ. Vale reforçar que, em todas as ocasiões, os membros responsáveis, bem como os membros participantes foram extremamente receptivos com o pesquisador. Além disso, buscaram responder os seus questionamentos, tirar suas dúvidas, alguns realizaram entrevistas e foram abertos, pelo menos, 5 minutos de cada evento para o pesquisador expor seu trabalho e seus objetivos. A partir deste relato, é possível observar que tanto as CTs quanto o Consórcio estão sempre receptivos a novas ideias, novos projetos e buscando (de algum modo) divulgar o trabalho realizado e a importância de cada órgão.

Além disso, vale ressaltar o que já foi dito, na seção de análise das ATAs, que, nas reuniões das CTs, há palestras e capacitação dos membros a respeito de temas relevantes e

relacionados com o trabalho. E isso foi comprovado pelo pesquisador nas duas reuniões da CT de que participara. Deste modo, é possível identificar a existência de uma rede entre as CTs com seus membros e, também, com o meio em que atuam. Ocorre, assim, um trabalho de cooperação, para que as CTs sejam capazes de alcançar os seus objetivos. Ou seja, pode-se observar um ganho no trabalho em rede nas partes de marketing, treinamento/ palestras e de pesquisa, corroborando, assim, com o trabalho de Goedert (2005) que citou os autores Lipnack e Stamps (1994), ao expor alguns exemplos de cooperação.

Logo, abaixo seguem as análises feitas nas duas reuniões da CT e do evento do Consórcio.

#### **4.2.2.3.1 Observação não participante no evento do consórcio PCJ**

O evento ocorreu, no dia 11/11/2016, em Rio Claro, SP, no período da manhã e tinha como objetivo atrair a Sociedade Civil para que ela aumentasse sua participação e, conseqüentemente, sua atuação e representatividade. No encontro foi feito um apanhado histórico, desde a fundação do Consórcio PCJ, juntamente com suas realizações e conquistas tanto nacionais quanto internacionais.

O pesquisador observou que, no segundo encontro (em um total de cinco), a participação da sociedade civil ficou abaixo do esperado, uma vez que tinha, no máximo, 20 participantes e os organizadores estavam aguardando entre 30 e 40 representantes. Este aspecto foi reforçado e confirmado, posteriormente, no questionário enviado ao membro que era responsável pelo encontro. Isso mostra que ainda é necessário realizar mais trabalho e disseminar as informações à Sociedade para que ela comece a perceber a importância da preservação e manutenção tanto da água quanto da bacia hidrográfica.

Apesar da baixa procura observada, é possível verificar que aqueles que foram ao evento estão preocupados além de querer conhecer melhor o trabalho e o papel do Consórcio. Tanto que, ao longo do evento, foi focado, diversas vezes, a importância da atuação de todos os cidadãos e os impactos (positivos e negativos) da participação ou não que podem ocasionar em todo o ecossistema. Outro ponto observado foi a busca de disseminar o trabalho do Consórcio e seus projetos, bem como a necessidade de maior participação da sociedade o que foi validado, ao final do evento, quando os palestrantes instigaram os participantes a repassar as informações juntamente com o contato do órgão para sanar quaisquer dúvidas.

Essas posturas apresentadas podem ser caracterizadas como uma rede ou pelo menos uma tentativa de criar uma rede em que haja um ganho para todos os membros relacionados

(de certo modo). Em um primeiro momento, para que haja uma consolidação, a relação está mais para a organização de um líder, proposto por Provan e Kenis (2007), com quem há uma organização “de maior poder” (Consórcio) e um conjunto de “firmas menores” (membros e instituições). Depois, em um segundo momento, criou-se uma OAR (Organização Administrativa da Rede), em que o Consórcio realiza o gerenciamento da rede, como também suas atividades visando, à sustentação delas, uma vez que os membros e instituições participantes, em sintonia, realizam suas atividades.

Como forma de validar e reforçar essa concepção, podem-se empregar as palavras do Presidente do Consórcio, quanto teve oportunidade de se manifestar. O Presidente expôs como surgiu o Consórcio PCJ, em 1989, com uma mobilização da Sociedade Civil e do papel do Órgão até a criação da Agência PCJ, ou seja, o Consórcio PCJ teve, por muitos anos, o papel que, nos dias atuais, a Agência realiza e essas atribuições foram passadas de forma sucessiva até finalizar em 2011. Nesse breve relato pode-se observar que, em um primeiro momento, o Consórcio apresentou um “poder maior” para gerenciar e atuar na bacia e depois foi passado para um órgão criado para essa finalidade.

Por fim, ambas atuam em parceria nos trabalhos e atividades que são pertinentes à Bacia PCJ. Vale realçar que o Consórcio é uma ONG sem fins lucrativos, mesmo sendo de direito privado, na mesma perspectiva de uma definição proposta por Sampaio (2004), pois, mesmo retirando as atribuições pertinentes ao trabalho de uma Agência de Água, o Consórcio possui a mesma essência, aumentando apenas o seu foco em seus principais objetivos. Isso pode ser validado e reforçado com o que foi observado no evento, uma vez que serviu para disseminar mais os trabalhos e a importância, tal como captar novos membros em prol da preservação e manutenção da bacia hidrográfica (e, conseqüentemente, da água).

Apesar do evento ter tido um caráter mais informativo e educativo para os membros participantes, foi suficiente para o pesquisador notar o esforço e o trabalho do Consórcio, em “buscar novos aliados”, além de disseminar a importância da conscientização no uso da água.

#### **4.2.2.3.2 Observação não participante nas câmaras técnicas**

Por questões geográficas e disponibilidade do pesquisador, foi possível participar de duas reuniões de CT sendo a primeira referente à Conservação e Proteção de Recursos Naturais (denominada CT-RN) e a segunda referente ao Uso e Conservação da Água no Meio Rural (denominada CT-RURAL). Deste modo, as análises serão feitas separadas, para expor da melhor forma o que foi observado pelo pesquisador.

Vale ressaltar dois pontos, o primeiro sobre a participação e o segundo sobre o conteúdo que é tratado nas reuniões. No primeiro, a participação tanto para membros novos quanto cidadãos é totalmente aberta, ou seja, a CT possui um cronograma com local e horário para qualquer cidadão ou entidade tenha ciência e possa vir participar, Essas informações encontram-se no site do Comitê PCJ, no campo “CTs e GTs”. Já a respeito da reunião, esta segue um cronograma tendo as seguintes etapas: apresentação da Pauta e aprovação da ATA da reunião anterior, informativos e recados diversos, palestras/cursos, discussões a respeito das palestras/ cursos e considerações finais.

Conforme o Apêndice E, que foi elaborado pelo pesquisador para norteá-lo na observação e foi dividido em duas partes, a primeira diz respeito ao papel e presença do Coordenador da reunião (exerce o papel de Presidente da seção) e a segunda a respeito da participação dos membros. Sendo assim, abaixo seguem as observações feitas pelo pesquisador.

#### **4.2.2.3.2.1 Observação na CT-RN e CT-RURAL**

A reunião da CT-RN, no dia 09/11/2016, em Santa Bárbara D´ Oeste, SP, no período da manhã, foi a 72ª Reunião Ordinária da CT. Nesta ocasião, a reunião foi presidida pelo Secretário, pois nem o Coordenador e nem o Coordenador Adjunto puderam comparecer, em razão, respectivamente, do nascimento de um parente e de um evento em Piracicaba.

Foi observado que houve um atraso para o início da reunião, mas isso ocorreu pelas questões geográficas, visto que os diversos membros presentes precisam se deslocar de outras cidades, ainda, podem encontrar diversos imprevistos, ao longo da viagem como acidentes, obras ou engarrafamentos. Apesar disso, o pesquisador notou que todos buscam chegar no horário e aqueles que não conseguem não recebem represálias dos demais, porque todos entendem as dificuldades. Outro ponto foi o trabalho em equipe, para que a presença de membros seja maior possível, ou seja, membros possuem ampla comunicação entre si para combinar caronas evitando, assim, o absentéismo.

Na primeira parte de análise, verificou-se que o secretário (no papel de coordenador na 72ª reunião) foi democrático, ao conduzir a reunião, posto que dava oportunidade a todos de realizar alguma observação ou questionamento ou sugestão. Também foi notado que existe um canal de comunicação entre os diversos membros (via e-mail), para dar continuidade a algum tema/ assunto, caso este não possa ser prolongado na reunião. Na ocasião, o pesquisador verificou que houve questionamento a respeito de um tema tratado em reunião

anterior e a observação foi anotada para que, posteriormente, fossem enviadas informações a seu respeito. Deste modo, pode-se verificar que existe um trabalho de interação entre todos e que se caracteriza como um tipo de trabalho em rede. Ou seja, essas relações estão bem interconectadas e, constantemente, eles realizando troca de atividades, recursos e informações. Essa atitude vai ao encontro das definições de Goedert (apud TRETAK, 2001) a respeito de redes.

Outro aspecto importante e que já foi citado, na seção de análise dos questionários e das entrevistas é que, apesar das deficiências e dificuldades encontradas na disseminação de informação, os membros buscam saná-la, por meio de ferramentas disponíveis como e-mail e com a própria “boa vontade” em informar aos cidadãos do seu convívio. Isso pode ser validado, ao observar as duas palestras que foram apresentadas na reunião em que os palestrantes expuseram a importância de disseminar as informações, principalmente, ao meio rural que é uma área carente.

Entretanto ressaltaram que os membros, ao fazerem isso, devem tomar cuidado na forma de passar o recado, uma vez que se deparam com pessoas desconfiadas. E o exemplo utilizado pelo palestrante, ao mencionar a desconfiança das pessoas, dá-se pelo fato de acharem que é o governo entrando em suas propriedades para fazer o trabalho pertinente à bacia e, ao mesmo tempo, verificar a propriedade para cruzar com informações expostas pelo proprietário e se estas coincidem. Por esse fato, ele ressaltou a importância de como realizar a comunicação e sempre buscar ser simples e humilde, ao pedir ajuda e apoio. Outro momento foi ao mencionar que é necessário realizar coleta de informações e dados dos cidadãos.

O pesquisador observou que o Coordenador é uma figura mediadora na reunião, tem um caráter mais disciplinador que vai ao encontro das definições de poder defendidas por Weber (1997). Porém esse suposto poder não é, de fato, utilizado para influenciar, favorecer ou manipular um determinado assunto/ projeto. Pelo contrário, na reunião realizada verificou-se uma figura bem democrática, solicitando a participação de todos, enfatizando a importância da troca de informações e da comunicação e do respeito perante todos os participantes.

A respeito da segunda parte das observações, foi verificado que muitos participantes apenas observam e acompanham a reunião, pronunciando-se somente numa possível votação. Dentro do grupo há aqueles que são mais engajados e apresentam maior participação realizando debates, questionamentos, tirando dúvidas e trazendo informações. Apesar de ocorrer a participação sempre dos mesmos, ao longo da reunião, verificou-se que todos buscam tomar nota dos principais pontos e, assim, ter meios de recordar e assimilar melhor as informações, além de repassá-las os que representam.

Por fim, notou-se que muitos possuem outras atribuições e deveres com seus respectivos trabalhos (à parte da CT) e isso foi possível verificar, no final da reunião, uma vez que não começou no horário e precisaram sair antes de seu término. Como nota, vale recordar que a reunião ocorre no período matutino com previsão de término ao meio-dia e todos precisam voltar às suas respectivas cidades, além de almoçar.

Já na reunião da CT-RURAL, que ocorreu no dia 25/11/2016, em Rio Claro, SP, no período da manhã, foi a 112ª Reunião Ordinária da CT. Nesta ocasião, a reunião foi presidida pelo Coordenador juntamente com o Secretário, estando ausente apenas o Coordenador Adjunto.

Nesta reunião, também, percebeu-se pelo pesquisador o caráter mediador do coordenador ao conduzi-la. Além disso, o coordenador expôs, em certo momento, a importância da participação de membros jovens, visto vez que os membros mais engajados, atualmente, possuem uma idade avançada. Ao expor esse ponto, o Coordenador usou de sua posição para mostrar a importância de haver novos membros juntamente com a preocupação de não estar ocorrendo uma renovação na equipe.

Essa observação foi feita pelo fato de ter ouvintes novos e alguns foram participar com o intuito de fazer parte da CT e outros foram conhecer um pouco do trabalho e saber como é uma reunião. Desta forma, o coordenador aproveitou essa oportunidade para reforçar a importância de haver novas pessoas e da disseminação das informações dos trabalhos. Além disso, comporta-se como uma figura paterna, gerando respeito por parte dos membros, pois, em dois momentos, saiu do cronograma da pauta para realizar alguns recados e dividir notícias com todos. Essas características se relacionam com o que Weber (1997) apurou a respeito de poder legitimado, porque os membros da reunião, em nenhum dos dois momentos, demonstraram irritação ou desconforto por esse fato. Com isso, o pesquisador acredita que o coordenador atual possua um poder legitimado pelos demais, além de grande respeito pelo trabalho que realiza à frente da CT-RURAL e do próprio Comitê.

Notou-se, também, que existe um grande respeito por parte dos membros no momento de realizarem alguma argumentação, tirar dúvidas ou realizar questionamentos durante a reunião, há um respeito mútuo. Esse sentimento é observado na postura do Coordenador, ao reconhecer o trabalho de todos, bem como as dificuldades enfrentadas para realizar as atividades juntamente com o fato de dizer que todos são importantes. Ou seja, vê-se, nessa postura, a valoração de todos, assim como a busca de uma harmoniosa sintonia para que os trabalhos possam ser feitos da melhor forma possível.

Vale ressaltar dois pontos observados, em ambas as reuniões, sendo a primeira da CT-RN, em que um dos palestrantes pertencia à outra CT, ou seja, pode-se observar que existe uma interação entre as CTs, demonstrando, nitidamente, uma relação em rede entre as Câmaras na troca de informações e *know-how*, conforme defendidos por Borzel (1998). O segundo ponto é a relação tanto de rede e de parceria entre a CT como uma Entidade Pública, tendo em vista que foi exposto o trabalho de uma doutoranda na CT-RURAL e seu projeto consiste em uma educação ambiental e orientação à população carente a respeito do uso e manuseio da água, reforçando, deste modo, a relação em rede.

A respeito da segunda parte da observação, verificou-se que ocorrem as mesmas posturas observadas na outra reunião: muitos participantes apenas observam e acompanham a reunião, pronunciando-se somente em uma possível votação; há aqueles que são mais engajados e apresentam maior participação, realizando debates, questionamentos, tirando dúvidas e trazendo informações; todos buscam tomar nota dos principais pontos e, assim, terem meios de recordar e assimilar melhor as informações. Vale ressaltar que, após o término da reunião, foi questionado a dois membros os motivos de tomar nota e as razões, para isso, foram: reter informação para não esquecer, repassar (conforme observado anteriormente) e ter controle do que aprovado e/ou do que será tratado na próxima reunião.

Ou seja, o pesquisador pôde concluir que, em ambos os casos, não é possível verificar a existência de um conflito nítido entre os diversos membros dentro das reuniões e o mesmo ocorre ao ler as ATAs, conforme mencionado na seção de análise das ATAs. Sendo assim, em ambas as reuniões em que houve a participação do pesquisador, verificou-se uma reunião com um caráter informativo e orientativo. Além disso, houve um momento que poderia gerar conflito, em ambas as reuniões, mas notou-se que os membros que realizaram o questionamento ou tinham dúvidas tiveram suas observações sanadas, mesmo havendo um não entendimento de início. Esses pontos podem ser validados com argumentos coletados e analisados, nas seções do questionário e da entrevista, em que um membro expôs que a possível existência de conflito pode ser mais presente em uma reunião do Comitê. Este membro explicou por meio de duas justificativas: a reunião ocorre uma vez ao semestre (sem levar em consideração a reunião extraordinária) e as reuniões possuem poder de decisão, ou seja, serão repassadas aos demais e, conseqüentemente, para as CTs.

Por fim, pode-se verificar que ainda existe muito trabalho a ser realizado e as observações coletadas reforçam o que já foi analisado nas seções anteriores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de diversas etapas de coleta de dados e de análises, foi possível perceber a existência de um fator que se repetiu em todas as análises: falha na comunicação (deveria atingir toda a sociedade e não apenas uma parcela). Apesar dos constantes trabalhos realizados pelas CTs, muita informações não chegam a todos os cidadãos, vez que um dos objetivos e focos destes órgãos é disseminar a todos as informações e, assim, obter maior participação da população. Ou seja, é um dos pontos mais críticos e que merece maior atenção para que os trabalhos e o seu alcance tanto das CTs quanto do Consórcio possam atingir novos patamares.

O trabalho possui algumas limitações, como o tempo do pesquisador para realizar as observações, entrevistas e a conclusão da dissertação, juntamente com as questões geográficas, mas conseguiu-se êxito e coleta de informações suficientes e, assim, responder a seu objetivo geral a aos específicos; foi possível contribuir para trabalhos futuros, que seria estudar até que ponto o trabalho de representar duas instituições não interfere nos trabalhos da outra.

Como dito acima, a disseminação da informação, ainda, precisa de muito trabalho a fim de torná-la mais eficiente e, portanto obter maior participação tanto da Sociedade Civil quanto dos demais membros. Além disso, verificou-se que, ao mesmo tempo que ocorre uma batalha para melhorar e/ou aumentar a cooperação e o trabalho em rede, ocorre o oposto, ou seja, a falta de maior participação e engajamento por parte dos membros e entidades.

Em relação ao objetivo geral, a Sociedade Civil precisa aumentar sua participação e, para isso, que sejam feitos esforços e buscar condições para que a sua presença seja mais constante e consistente e deixar de ter um papel mais figurativo. Este cenário já não ocorre no Consórcio PCJ, uma vez que ele é um órgão da Sociedade Civil, mas verificou-se que está com uma defasagem de membros, tanto que realizou um evento para tentar atrair novos. Quanto ao conflito e ao poder, percebeu-se que as reuniões das CTs apresentam um caráter informativo e orientativo, possuindo conflitos sutis que, prontamente, são sanados, uma vez que as dúvidas e questionamentos são tratados. De modo geral, percebeu-se que a participação da Sociedade Civil está muito aquém do seu peso e há necessidade de maior participação.

Outro ponto positivo do trabalho foi a possibilidade de responder a todos os objetivos específicos e verificou-se grande relação entre as análises, ou seja, após a triangulação de dados, foi possível notar a relação entre alguns problemas e que se repetiam ao mudar o modelo de coleta. Inicialmente foi realizado um corte temporal, para implementar a análise de

uma certa quantidade de ATA de cinco CTs e, com base nela, foram construídos e elaborados os questionários, as entrevistas e os pontos a serem observados.

Vale ressaltar outro fator que impacta nos trabalhos diários tanto das Câmaras quanto do Consórcio, que é a escassez de recursos e estes órgãos buscam amenizar essa deficiência, realizando atividades em que possa haver maior interação com os cidadãos e, assim, ter maior participação, por meio de palestras e eventos. Foi observada grande interação entre os membros e ajuda mútua, para que os trabalhos pudessem ser realizados. Mesmo com todas as intempéries, foi possível observar grande interação entre os membros e entre as CTs, assim como indícios de rede tanto em nível micro, dentro de cada CT e do Consórcio, quanto em um nível mais macro, entre as próprias CTs.

Em relação ao poder e conflito, constatou-se maior presença de ambos, por meio da coleta de dados (entrevistas e questionários), uma vez que, na reunião, o conflito foi praticamente inexistente. Já na relação de poder verificou-se a presença de um poder reconhecido por parte dos membros à frente das CTs e que está muito relacionado ao trabalho que esses membros realizam e realizaram.

Após toda a análise, o trabalho tem como contribuição para as CTs como também para futuros trabalhos, a importância de haver uma melhoria na disseminação da informação dentro das CTs e do Consórcio, uma vez que foi constatado que este ponto é um dos principais causadores da ausência de maior participação. Somado a esse fato, a necessidade de serem realizados mais Eventos, *workshops*, encontros e trabalhos educativos que terão duplo benefício. O primeiro é a maior disseminação da informação e o segundo mostrando, de forma prática, os trabalhos e a importância de se ter maior consciência com o uso, manuseio e preservação da água e, conseqüentemente, da Bacia PCJ.

Essas observações são reforçadas, após toda análise e estudo feito pelo pesquisador, visto que concluiu e, ainda, ressalta que o cidadão comum ou qualquer pessoa ligada às Entidades ligadas à CT terão grande dificuldade em procurar os projetos ou buscar descobrir como elas estão disponibilizadas na Internet. Observou-se que muitos cidadãos da sociedade civil não possuem condições de seguir pelo seu dia a dia em que deve trabalhar. Somado a isso, têm a dificuldade em realizar, de modo fácil e prático, a pesquisa por projetos, por exemplo. Uma alternativa que tanto as CTs quanto o Comitê PCJ poderiam realizar é a criação de um *link* que possa direcionar aos projetos ou um campo em que seja possível visualizar as versões em PDF. Deste modo, pode-se observar uma possível falta de transparência, uma vez que a informação não flui livre e democraticamente, conforme defendida por Wolkmer e Pimmel (2013). Lembrando que um cidadão não possui parcela de

tempo disponível e, caso queira acompanhar detalhadamente os trabalhos, dificilmente conseguirá as informações de forma acessível e simples, já que as ATAs são sucintas.

Em termos teóricos, pode-se dizer que esta dissertação trouxe contribuições para os estudos de governança, gestão de conflito e relações de poder. Essas teorias foram observadas, nas diferentes formas de análises e comprovadas, após triangulação de dados. Outro fator importante é que as CTs buscam gerir da melhor forma possível os conflitos e as relações de poder, mesmo ocorrendo falhas em certos momentos, pois além das CTs serem compostas por seres humanos que possuem limitações e imperfeições todos visam ao objetivo maior. Já, em relação à governança, foram verificados diversos momentos em que a comunicação foi falha, apesar disso, foram observados constantes esforços para amenizar e superar essa falha. Além disso, verificou-se, em diversos momentos, trabalho de cooperação e uma participação em rede.

Diante do que foi destacado neste estudo, sugere-se, ainda, que novos estudos sejam realizados em outros consórcios, ou entidades desta natureza, de modo a identificar novas relações de poder e de conflito que podem se estabelecer entre elas e a sociedade. Além disso, poder-se-ia, ainda, estudar as relações conflituosas, em outras realidades de instituições do Terceiro Setor ou fazer estudos que contribuam para uma governança em rede, em outras instituições, que lidam com este bem tão essencial, a água.

Por fim, o trabalho atendeu aos objetivos do pesquisador trazendo uma visão mais aprofundada a respeito do trabalho de CTs dentro de um Comitê de Bacias. Além disso, proporcionou novas informações e indagações, para pesquisas futuras, como verificar o impacto socioeconômico na falha da comunicação ou na falta dela, até que ponto a representação em duas entidades não interfere nos trabalhos dentro de uma Câmara Técnica e como ocorre a conciliação do trabalho dos membros em relação às suas atribuições na CT e na instituição que representa e trabalha.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Disponível em:  
<[http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120809150432\\_Volume\\_1.pdf](http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20120809150432_Volume_1.pdf)>.  
Acesso em: 20 maio 2015.
- AGENCIA-PCJ. **Agência das Bacias Piracicaba, Capivari e Jaguari**. Disponível em:  
<<http://www.agenciapcj.org.br/novo/index.php>>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- AGENDA 21. **Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos**: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos. Rio de Janeiro, 1992. cap. 18.
- ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 78-86, 2001.
- ALVAREZ, R. R.; SILVA FILHO, S. J. M.; PROENÇA, A. Redes simétricas e seu processo de definição de estratégia coletiva e modelo de governança: propostas no âmbito das redes de incubadoras e parques tecnológicos. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22, 2002. **Anais...** Salvador: 2002.
- BARBI, F. Os Comitês de Bacias Hidrográficas: avanços e perspectivas na gestão descentralizada, compartilhada e participativa dos recursos hídricos nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. **Cadernos adenauer**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 81-94, dez. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRIOS, I. M. A.; OLIVEIRA, E. C. **O estresse hídrico e suas implicações no Brasil e no mundo**. Disponível em: <<http://www.correiadoestado.com.br/opiniao/o-estresse-hidrico-e-suas-implicacoes-no-brasil-e-no-mundo/242365/>>. Acesso em: 29 maio 2015.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BERG, E. A. **Administração de conflitos**: abordagens práticas para o dia a dia. Curitiba: Juruá, 2012.
- BITRAN, I. et al. **SMART**: system for the development, management and support strategic alliances. 2013. Disponível em: <<http://www.smarteuropa.org/documents/ISPIM.PDF>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 125-138, jun. 2003.
- BORZEL, T. A. Organizing babylon: on the diferente conceptions of policy network. **Public Administration**, London, v. 76, p. 253-273, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.433 de 8 de janeiro de 1997**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm)>. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/535774.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. **Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CALDAS, C. **O Brasil conta gotas: entenda as causas e desafios da falta de água que se espalha pelo país**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/o-brasil-conta-gotas-entenda-as-causas-e-desafios-da-falta-de-agua-que-se-espalha-pelo-pais-4691649.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 365-382, Dec. 2010.

CARVALHO, Y. M. C. et al. A legislação brasileira de recursos hídricos com instrumentalização à gestão compartilhada. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 112-134, 2008.

CASTELLANO, M. **Relações entre poder público e sociedade na gestão dos recursos hídricos: o caso do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, Niterói, v. 4, p. 386-405, 1937. Disponível em: <<http://docslide.us/documents/the-nature-of-the-firm-traduzido.html>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: SENAC, 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social de América Latina**. 1998. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1255/S9811872\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1255/S9811872_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 maio 2015.

COMITÊS PCJ. **Integração**. Disponível em: <[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=350:integracao&catid=13:membros](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=350:integracao&catid=13:membros)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COMITÊS PCJ. **Plano de Bacias PCJ 2010-2020**. Disponível em: <[http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=341:plano-de-bacias-pcj-2010-2020&catid=148:plano-das-bacias&Itemid=332](http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=341:plano-de-bacias-pcj-2010-2020&catid=148:plano-das-bacias&Itemid=332)>. Acesso em: 25 maio 2015.

CONSÓRCIO PCJ. **Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**: “Consortiados”. Disponível em: <<http://www.agua.org.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CUNHA, S. B.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.

FANTON, G. et al. Condições ambientais do espaço urbano do Município de David Canabarro-RS. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 6, n. 2, p. 75-92, abr. 2008.

FEENY, D. et al. “A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois”. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB - USP, 2001. p. 17-42.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J. Desafios para implementação de políticas públicas: Intersetorialidade e regionalização. In: CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, 6., 2013. **Anais...** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FRACALANZA, A. P.; JACOB, A. M.; ECA, R. F. Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re) introduzindo questões de igualdade na agenda. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 19-38, Mar. 2013.

FRANK, B.; SCHULT, S. A complexidade da gestão de recursos hídricos e a experiência profissional dos membros de organismos de bacia hidrográfica: uma análise com base na pesquisa Marca D'Água. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 17., São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo: ABRH, 2007.

FUSTIER, M. **O conflito na empresa**. São Paulo: M. Fontes, 1982.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008a.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

GIL, A. C. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOEDERT, A. R. et al. **Governança em rede de desenvolvimento e a experiência em Santa Catarina**. 2005. 446 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GONÇALVES, A. **O Conceito de governança**. 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/ manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2015.

GRZYBOWSKI, C. **Água**: um bem comum. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/ Editoria/Meio-Ambiente/agua-um-bem-comum/3/30555>>. Acesso em: 25 maio 2016.

HARDY, C.; CLEGG, S. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 260-289.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Definição de governança corporativa e seus princípios**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2015.

JACOBI, P. R. **Governança ambiental global**: uma discussão precarizada. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/510025-governanca-ambiental-global-a-discussao-ficaraprecarizada-entrevista-especial-com-pedro-roberto-jacobi>>. Acesso em: 30 maio 2015.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, M. C. B. **Avaliação da estrutura de governança da rede de políticas públicas do setor saneamento por meio da utilização de métodos multicritérios de apoio à tomada de decisão**. 2010. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LIPNACK, J.; STAMPS, J. **Redes de informações**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LOITZENBAUER, E. **Interfaces da gestão integrada de recursos hídricos e da zona costeira**: uma aplicação na bacia hidrográfica do Rio Tramandaí. 2010. 82 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MAIA, L. C. C. Contribuições para os estudos de estratégia de operações: um levantamento bibliográfico. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, Ribeirão Preto, v. 3, p. 1-12, 2012.

MALHEIROS, T. F.; PROTA, M. G.; PÉREZ, M. A. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. **Ambi-Agua**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 98-118, 2013.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

McCANN, D. G. C.; MOORE, A.; WALKER, M. E. The water/health nexus in disaster medicine: Drought versus flood. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Bloomington, v. 3, p. 480–485, 2011.

MELO, M. P.; GATTO, A. Água como bem comum no quadro da governança democrática: algumas reflexões críticas a partir das bases da economia ecológica e sobre a necessidade de um novo direito público. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 95-121, abr. 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/5544>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1999-01-29;13199>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOURA, H.; TEIXEIRA, J. C. **Managing stakeholders conflicts**. Oxford: W. Blackwell, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, P. C. R.; NOGUEIRA, M. G.; SARTORI, L. P. Differential environmental impacts on small and medium size rivers from center of São Paulo State, Brazil, and regional management perspectives. **Acta Limnologica Brasiliensia**, Rio Claro, v. 26, n. 4, p. 404-419, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. “**A inércia política agrava a crise da água, segundo o Relatório Mundial sobre Recursos Hídricos**”. 2003. Disponível em: <<http://www.wateryear2003.org>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

ORSSATTO, C. **A formulação das estratégias da empresa em um ambiente de aglomeração industrial**. 2002. 224 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PARSONS, T. **Structure and process in modern societies**. New York: Free, 1960.

PB-PCJ. **Plano de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010-2020**. Relatório Final Síntese. 2010. Disponível em: <http://www.comitespcj.org.br/>. Acesso em: 5 maio 2015.

PLANO ESTADUAL DOS RECURSOS HIDRICOS 2004-2007 DO ESTADO DE SÃO PAULO) **Relatório síntese do plano**. 2005. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 5 maio 2015.

PLANO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Relatório síntese do plano**. 2013. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 5 maio 2015.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008.

PROVAN, K.; KENIS, P. Modes of network governance: structure, management and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Lawrence, v. 18, n. 2, p. 229-252, 2007.

RAUBER, D.; CRUZ, J. C. Gestão de Recursos Hídricos - uma abordagem sobre Comitês de Bacia Hidrográfica. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, p. 123-140, 2013.

REBOUÇAS, A. C. “Água doce no mundo e no Brasil”. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2. Ed. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 1-37.

RIBEIRO, H. C. M. Corporate governance versus corporate governance: an international review: uma análise comparativa da produção acadêmica do tema governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 95-116, ago. 2014.

RIBEIRO, W. C. Oferta e estresse hídrico na região Metropolitana de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 119-133, Abr. 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson, 2000.

SALATI, E.; LEMOS, H. M. Água e o desenvolvimento sustentável. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 39-64.

SAMPAIO, J. R. **Voluntários: um estudo sobre a motivação de pessoas e cultura em uma organização do terceiro setor**. 2004. 254 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTIN, J. R.; GOELLNER, E. A gestão dos recursos hídricos e a cobrança pelo seu uso. **Sequência**, Florianópolis, n. 67, p. 199-221, 2013.

SÃO PAULO. (Estado). **Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991**. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SARTORI, R. **Governança em agentes de fomento dos sistemas regionais de CT&I**. 2011. 238 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar./abr. 2009.

SIFFERT FILHO, N. Governança corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 123-146, 1998.

SILVA, A. J. M. et al. **Subsídios teóricos para gestão integrada de bacia hidrográfica e zona costeira**: estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Tramandaí/RS. 2001. 151 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015.

SIMÕES, J.; MACEDO, M.; BABO, P. **Elinor Ostrom**: “governar os comuns”. 2011. 15 p. Dissertação (Mestrado em Economia e Política do Ambiente) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, 2011.

SOUZA, A. C. M.; SILVA, M. R. F.; DIAS, N. S. Gestão de recursos hídricos: o caso da bacia hidrográfica Apodi/Mossoró (RN). **IRRIGA Brazilian Journal of Irrigation and Drainage**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 280-296, 2012.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

STREIT, R. E. **Um Modelo Baseado em agentes para a análise da governança regulamentar do sistema financeiro**. 2006. 286 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SZAZI, E. **Terceiro setor**: regulação no Brasil. São Paulo. Peirópolis, 2000.

TRETYAK, O. A. **Network**: a new phenomenon of coordination and management. 2001. Disponível em:

<people.bu.edu/ldoerr/Networks%20and%20Economic%20Life%20FINAL.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

TUCCI, C. E. M. **Desenvolvimento dos recursos hídricos no Brasil**. 2004. Disponível em: <http://www.eclac.cl/DRNI/proyectos/samtac/InBr00404.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Governance** Indicators: a users' guide. 2004. Disponível em: <http://www.undp.org/governance/docs/policy-guideIndicatorsUserGuide.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

VARGAS, D. L.; BORBA S. N.; GODOY, C. M. T. [In]Sustentabilidade, desenvolvimento e segurança alimentar. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, p. 172-184, 2013.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. Disponível em: <<https://zoonpolitikonmx.files.wordpress.com/2014/08/max-weber-economia-y-sociedad.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

WEGNER, D. **Governança, gestão e capital social em redes horizontais de empresas**: uma análise de suas relações com o desempenho das empresas participantes. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

WILMOT, W. W.; HOCKER, J. **Interpersonal conflict**. 8th ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

WOLKMER, M. F. S; PIMMEL, N. F. Política nacional de recursos hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência**, Florianópolis, n. 67, p. 165-198, dez. 2013.

WORLD BANK. **Governance and development**. Washington: Oxford University, 1992.

WORLD BANK. **Sub-Saharan Africa**: from crisis to sustainable growth. Washington, 1989.

WORLD BANK. **What is governance?** 2015. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>>. Acesso em: 5 maio 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de casos**: planejamento e métodos. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista (referente aos membros participantes das Câmaras Técnicas)

Prezado entrevistado,

Abaixo estão listadas as perguntas relativas a uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo comitê de ética, que visa buscar informações para compreender como ocorre a participação da sociedade civil dentro do Comitê, bem como o seu trabalho para repassar as informações aos demais integrantes e interessados. Assim sendo, peço que leia atentamente as perguntas e responda. Sua participação e sinceridade são fundamentais para o resultado e a qualidade da pesquisa. Não é necessário fornecer seus dados de identificação.

Agradeço a sua participação,  
Fernando Campanholli Lovera  
Mestrando em Administração Pública/UFLA

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo:  Masculino  Feminino

- 1) Qual organização o(a) senhor(a) trabalha atualmente e qual o cargo ocupado?
- 2) É o seu primeiro mandato?  
 Sim ou  Não
- 3) **Caso a questão 2 tenha sido não.** Quantas vezes o(a) senhor(a) já se candidatou e por quê?
- 4) O(A) senhor(a) sabe que, além das Câmaras Técnicas, existem outros tipos de organizações similares?  
 Sim ou  Não.
- 5) **Caso a 4 tenha sido sim.** Quais são os outros órgãos que atuam na bacia PCJ? Comente, de forma simples e direta, o que sabe sobre cada órgão.

- 6) O(A) senhor(a) participa em mais de uma reunião de Câmara Técnica?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 7) **Caso a 6 tenha sido sim.** Quais são as outras Câmaras Técnicas de que participa?
- 8) Geralmente há participação do “cidadão comum”, como convidado, nas reuniões?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Qual sua opinião?
- 9) Qual entidade o(a) senhor(a) representa (Caso represente mais de uma entidade assinale mais de uma opção):  
[ ] Sociedade Civil  
[ ] Entidade Privada  
[ ] Entidade Pública

CASO TENHA ASSINALADO SOCIEDADE CIVIL RESPONDER DA QUESTÃO 10 ATÉ A 32.

CASO TENHA ASSINALADO ENTIDADE PRIVADA RESPONDER DA QUESTÃO 33 ATÉ A 55.

CASO TENHA ASSINALADO ENTIDADE PÚBLICA RESPONDER DA QUESTÃO 56 ATÉ A 78.

**(OBS: SE ASSINALOU MAIS DE UMA ENTIDADE, PEÇO, POR GENTILEZA, QUE RESPONDA A AMBOS OS BLOCOS)**

#### **SOCIEDADE CIVIL**

- 10) Sabe de quando em quando ocorrem as reuniões do Comitê PCJ?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 11) O(A) senhor(a) mantém informada a organização que representa sobre as discussões e reuniões da CT a que pertence?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Se sim, com qual frequência? \_\_\_\_\_
- 12) **Caso a 11 tenha sido sim.** Como o(a) senhor(a) expõe as informações e discussões das reuniões da Câmara Técnica?

- 13) Existe na organização a que pertence um departamento que foca/atua diretamente com os membros (Comitê, Agência, Consórcio, Câmara Técnica) da Bacia PCJ?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 14) Como é feito a compensação de horas ou como é a política para poder participar das reuniões da Câmara Técnica?
- 15) O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência sobre a Agência de Bacias PCJ? Se, sim, o que sabe sobre ela?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 16) O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência sobre o Consórcio PCJ? Se, sim, o que sabe sobre ele?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 17) Como é a sua interação com os demais membros da Sociedade Civil na Câmara Técnica? E com os demais membros do setor público e privado?
- 18) O(A) senhor(a) percebe uma união entre os membros da Sociedade Civil ao defender uma causa?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 19) As reivindicações da Sociedade Civil são bem aceitas no Câmara Técnica?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 20) Quais são as principais dificuldades encontradas para atuar com os membros da sociedade civil?
- 21) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas nas reuniões das Câmaras Técnicas? Por que?
- 22) Em sua opinião, o(a) senhor(a) acredita que, nas reuniões de Câmara Técnica, os diferentes atores (setor privado, público e sociedade civil) atuam em parceria por um objetivo em comum? Por que?

- 23) Quando ocorre um conflito entre os membros da Sociedade Civil com os demais, como isso é resolvido?
- 24) O(A) senhor(a) percebe ou sente um favorecimento?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 25) O(A) senhor(a) percebe a existência de algum tipo de barreira no compartilhamento de informações entre os membros da Sociedade Civil?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 26) E entre os demais membros com o grupo da Sociedade Civil?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 27) O(A) senhor(a) acredita que os membros da Sociedade Civil possuem forças tanto para aprovar um projeto “benéfico” quanto barrar um projeto “não vantajoso”?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 28) Por que o(a) senhor(a) se candidatou para participar das reuniões da Câmara Técnica?
- 29) O(a) senhor(a) costuma dar opinião nas reuniões?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 30) O(A) senhor(a) possui interesse em se candidatar novamente?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 31) E de incentivar outros membros da Sociedade Civil que representa a se candidatar?  
 Sim ou  Não. Por que?
- 32) Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pela Câmara Técnica?  
Se possível, deixe alguma sugestão.

**ENTIDADE PRIVADA**

- 33) Sabe de quando em quando ocorrem as reuniões do Comitê PCJ?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Quanto tempo? \_\_\_\_\_
- 34) O(A) senhor(a) mantém informada a organização que representa sobre as discussões e reuniões da CT a que pertence?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Se sim, com qual frequência? \_\_\_\_\_
- 35) **Caso a 34 tenha sido sim.** Como o(a) senhor(a) expõe as informações e discussões das reuniões da Câmara Técnica?
- 36) Existe na organização a que pertence um departamento que foca/atua diretamente com os membros (Comitê, Agência, Consórcio, Câmara Técnica) da Bacia PCJ?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 37) Como é feita a compensação de horas ou como é a política para poder participar das reuniões da Câmara Técnica?
- 38) O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência sobre a Agência de Bacias PCJ? Se sim, o que sabe sobre ela?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 39) O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência sobre a Consórcio PCJ? Se sim, o que sabe sobre ela?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 40) Como é a sua interação com os demais membros da Entidade Privada na Câmara Técnica? E com os demais membros do setor público e da sociedade civil?
- 41) O(A) senhor(a) percebe uma união entre os membros da Entidade Privada ao defender uma causa?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?

- 42) As reivindicações da Entidade Privada são bem aceitas no Câmara Técnica?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 43) Quais são as principais dificuldades encontradas para atuar com os membros da Entidade Privada?
- 44) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas nas reuniões das Câmaras Técnicas? Por que?
- 45) Em sua opinião, o(a) senhor(a) acredita que nas reuniões de Câmara Técnica, os diferentes atores (setor privado, público e sociedade civil) atuam em parceria por um objetivo em comum? Por que?
- 46) Quando ocorre um conflito entre os membros da Entidade Privada com os demais, como isso é resolvido?
- 47) O(A) senhor(a) percebe ou sente um favorecimento?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 48) O(A) senhor(a) percebe a existência de algum tipo de barreira no compartilhamento de informações entre os membros da Entidade Privada?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 49) E entre os demais membros com o grupo da Entidade Privada?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 50) O(A) senhor(a) acredita que os membros da Entidade Privada possuem forças tanto para aprovar um projeto “benéfico” quanto barrar um projeto “não vantajoso”?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 51) Por que o(a) senhor(a) se candidatou para participar das reuniões da Câmara Técnica?
- 52) O(a) senhor(a) costuma dar opinião nas reuniões?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?

53) O(A) senhor(a) possui interesse em se candidatar novamente?

Sim ou  Não. Por que?

54) E de incentivar outros membros da Entidade Privada que representa a se candidatar?

Sim ou  Não. Por que?

55) Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pela Câmara Técnica?

Se possível, deixe alguma sugestão.

### ENTIDADE PÚBLICA

56) Sabe de quando em quando ocorrem as reuniões do Comitê PCJ?

Sim ou  Não. Quanto tempo? \_\_\_\_\_

57) O(A) senhor(a) mantém informada a organização que representa sobre as discussões e reuniões da CT a que pertence?

Sim ou  Não. Se sim, com qual frequência? \_\_\_\_\_

58) **Caso a 57 tenha sido sim.** Como o(a) senhor(a) expõe as informações e discussões das reuniões da Câmara Técnica?

59) Existe na organização a que pertence um departamento que foca/atua diretamente com os membros (Comitê, Agência, Consórcio, Câmara Técnica) da Bacia PCJ?

Sim ou  Não

60) Como é feita a compensação de horas ou como é a política para poder participar das reuniões da Câmara Técnica?

61) O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência sobre a Agência de Bacias PCJ? Se, sim, o que sabe sobre ela?

Sim ou  Não

62) O(A) senhor(a) tem conhecimento da existência sobre a Consórcio PCJ? Se, sim, o que sabe sobre ela?

Sim ou  Não

- 63) Como é a sua interação com os demais membros da Entidade Pública na Câmara Técnica? E com os demais membros do setor privado e da sociedade civil?
- 64) O(A) senhor(a) percebe uma união entre os membros da Entidade Pública ao defender uma causa?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 65) As reivindicações da Entidade Pública são bem aceitas no Câmara Técnica?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 66) Quais são as principais dificuldades encontradas para atuar com os membros da Entidade Pública?
- 67) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas nas reuniões das Câmaras Técnicas? Por que?
- 68) Em sua opinião, o(a) senhor(a) acredita que nas reuniões de Câmara Técnica, os diferentes atores (setor privado, público e sociedade civil) atuam em parceria por um objetivo em comum? Por que?
- 69) Quando ocorre um conflito entre os membros da Entidade Pública com os demais, como isso é resolvido?
- 70) O(A) senhor(a) percebe ou sente um favorecimento?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 71) O(A) senhor(a) percebe a existência de algum tipo de barreira no compartilhamento de informações entre os membros da Entidade Pública?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?
- 72) E entre os demais membros com o grupo da Entidade Pública?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Por que?

73) O(A) senhor(a) acredita que os membros da Entidade Pública possuem forças tanto para aprovar um projeto “benéfico” quanto barrar um projeto “não vantajoso”?

Sim ou  Não. Por que?

74) Por que o(a) senhor(a) se candidatou para participar das reuniões da Câmara Técnica?

75) O(a) senhor(a) costuma dar opinião nas reuniões?

Sim ou  Não. Por que?

76) O(A) senhor(a) possui interesse em se candidatar novamente?

Sim ou  Não. Por que?

77) E de incentivar outros membros da Entidade Pública que representa a se candidatar?

Sim ou  Não. Por que?

78) Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pela Câmara Técnica?

Se possível, deixe alguma sugestão.

## APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista (Coordenadores e Secretário das Câmaras Técnicas)

Prezado entrevistado,

Abaixo estão listadas as perguntas relativas a uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo comitê de ética, que visa buscar informações para compreender como ocorre a participação da sociedade civil dentro do Comitê bem como o seu trabalho para repassar as informações aos demais integrantes e interessados. Assim sendo, peço que leia atentamente as perguntas e responda. Sua participação e sinceridade são fundamentais para o resultado e a qualidade da pesquisa. Não é necessário fornecer seus dados de identificação.

Agradeço a sua participação,  
Fernando Campanholli Lovera  
Mestrando em Administração Pública/UFLA

- 1) Qual organização o(a) senhor(a) trabalha atualmente e qual o cargo ocupado?
- 2) É o seu primeiro mandato?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 3) **Caso a questão 2 tenha sido não.** Quantas vezes o(a) senhor(a) já se candidatou e por quê?
- 4) Quais foram os motivos que o levaram a presidir a Câmara Técnica ou a estar à sua frente?
- 5) Há muita participação da Sociedade Civil nas reuniões? Caso seja NÃO, qual sua opinião sobre a baixa procura?
- 6) Nas reuniões das Câmaras Técnicas, foi percebido que havia pessoas que, além de representar a Sociedade Civil, também, representava uma Entidade Pública ou Privada? Que você pensa sobre isso, é prejudicial?

- 7) Geralmente há participação do “cidadão comum”, como convidado, nas reuniões?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Qual sua opinião?
- 8) Na sua opinião, o que seria necessário para haver um melhor engajamento por parte da sociedade civil?
- 9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela Sociedade Civil para participar das reuniões/ atividades da Câmara Técnica?
- 10) **(Para o secretário)** Por que há ATAs faltando no site, ocorreu algum problema? De quanto em quanto tempo são acrescentadas?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista (Membros participantes dos Encontros realizados pelo Consórcio)

Prezado entrevistado,

Abaixo estão listadas as perguntas relativas a uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo comitê de ética, que visa buscar informações para compreender como ocorre a participação da sociedade civil dentro do Comitê bem como o seu trabalho para repassar as informações aos demais integrantes e interessados. Assim sendo, peço que leia atentamente as perguntas e responda. Sua participação e sinceridade são fundamentais para o resultado e a qualidade da pesquisa. Não é necessário fornecer seus dados de identificação.

Agradeço a sua participação,

Fernando Campanholli Lovera

Mestrando em Administração Pública/UFLA

- 1) Qual organização o(a) senhor(a) trabalha atualmente e qual o cargo ocupado?
- 2) Quais foram os motivos que o levaram a participar das palestras “Encontro com a Sociedade Civil”?
- 3) Qual entidade o(a) senhor(a) representa (Caso represente mais de uma entidade assinale mais de uma opção):
  - Sociedade Civil
  - Entidade Privada
  - Entidade Pública
- 4) Na sua opinião, você acredita que possa ser prejudicial representar mais de um ator (por ex. Sociedade Civil e Entidade Pública **ao mesmo tempo**) em um projeto ou reunião?
- 5) Na sua opinião, o que seria necessário para que haja maior participação da Sociedade Civil nos trabalhos realizados pelo Consórcio? (**Caso represente uma Entidade Pública ou Privada, opine dentro da realidade da sua instituição**)

- 6) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela Sociedade Civil para participar tanto dos Encontros quanto das reuniões/ atividades do Consórcio PCJ?  
**(Caso represente uma Entidade Pública ou Privada, opine dentro da realidade da sua instituição)**
- 7) Na sua opinião, o(a) senhor(a) acredita que o trabalho realizado pelo Consórcio é capaz de melhorar a situação atual?
- 8) E com sua participação, acredita que seria capaz de agregar algo novo? Se, sim, o que seria?
- 9) Quais são as suas percepções a respeito do trabalho realizado pelo Consórcio PCJ? Se possível, deixe alguma sugestão.

## APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista (Membros do Consórcio)

Prezado entrevistado,

Abaixo estão listadas as perguntas relativas a uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo comitê de ética, que visa buscar informações para compreender como ocorre a participação da sociedade civil dentro do Comitê bem como o seu trabalho para repassar as informações aos demais integrantes e interessados. Assim sendo, peço que leia atentamente as perguntas e responda. Sua participação e sinceridade são fundamentais para o resultado e a qualidade da pesquisa. Não é necessário fornecer seus dados de identificação.

Agradeço a sua participação,  
Fernando Campanholli Lovera  
Mestrando em Administração Pública/UFLA

- 1) Qual organização o(a) senhor(a) trabalha atualmente e qual o cargo ocupado?
- 2) É o seu primeiro mandato?  
[ ] Sim ou [ ] Não
- 3) **Caso a questão 2 tenha sido não.** Quantas vezes o(a) senhor(a) já se candidatou e por quê?
- 4) Quais foram os motivos que o levaram a criar as palestras “Encontro com a Sociedade Civil”?
- 5) Ao todo foram 5 Encontros, como foi a procura pela Sociedade Civil? Houve muita procura e os presentes aderiram ao objetivo do Encontro?
- 6) Nas reuniões das Câmaras Técnicas, foi percebido que havia pessoas que, além de representar a Sociedade Civil, também, representava uma Entidade Pública ou Privada? Que você pensa sobre isso, é prejudicial?
- 7) Geralmente há participação do “cidadão comum”, como convidado, nos encontros?  
[ ] Sim ou [ ] Não. Qual sua opinião?

- 8) Na sua opinião, o que seria necessário para haver um melhor engajamento por parte da sociedade civil?
  
- 9) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela Sociedade Civil para participar tanto dos Encontros quanto das reuniões/ atividades do Consórcio PCJ?

**APÊNDICE E - Roteiro da Observação Não-participante**

QUEM <b><u>FALA MAIS?</u></b>	QUEM <b><u>PARTICIPA MAIS?</u></b>
QUEM <b><u>PARTICIPA MAIS</u></b> NAS TOMADAS DE DECISÃO?	QUEM <b><u>DÁ MAIS</u></b> SUGESTÕES?
QUEM <b><u>MENOS FALA?</u></b>	QUEM <b><u>MENOS PARTICIPA?</u></b>
QUEM <b><u>PARTICIPA MENOS</u></b> NAS TOMADAS DE DECISÃO?	QUEM <b><u>DÁ MENOS</u></b> SUGESTÕES?
ALGUÉM <b><u>CHEGOU ATRASADO?</u></b> QUEM?	HAVIA ALGUÉM <b><u>“AVOADO”?</u></b>
ALGUÉM <b><u>FOI EMBORA MAIS CEDO?</u></b>	HAVIA <b><u>ALGUÉM ATRAPALHANDO</u></b> COM CONVERSAS PARALELAS?

**PAPEL DO PRESIDENTE DA CÂMARA TÉCNICA**

DAVA TEMPO PARA AS PESSOAS EXPOREM SUAS IDEIAS/  
COMENTÁRIOS?

HOUVE ALGUM MOMENTO QUE “CORTOU” OU IMPEDIU ALGUÉM DE  
FALAR? FOI POSSÍVEL PERCEBER O MOTIVO? QUAL?

POSSUI PODER DENTRO DA REUNIÃO? E TAMBÉM CONSEGUE  
INFLUENCIAR ALGUÉM OU NA CONDUÇÃO DA REUNIÃO?

É POSSÍVEL PERCEBER ALGUM FAVORECIMENTO? E  
MANIPULAÇÃO?

## APÊNDICE F – Questionamentos utilizados nas Entrevistas

- 1 – Os membros conhecem os diferentes órgãos que atuam na Bacia PCJ?
- 2 – A sociedade civil tem capacidade de mobilização e de agir conjuntamente, na sua opinião?
- 3 – Qual foi o intuito do evento “Encontro com a Sociedade Civil”?
- 4 – Como tem sido a presença dos membros da Sociedade Civil?
- 5 – Como é o processo de repassar as informações para as Organizações as quais representam? Acredita que a postura é correta ou há algum favorecimento?
- 6 – Saberria dizer o motivo da baixa procura da Sociedade Civil no evento?
- 7 – Por que atuar em diferentes frentes? E sobre os mais novos, o que você acha sobre a presença deles?
- 8 – Que acha sobre o fato de representarem duas entidades, ao mesmo tempo, não prejudicaria o trabalho? Que diria sobre haver conflito de interesses por causa disso?
- 9 – Como é o seu trabalho para repassar as informações?
- 10 – Como é visto seu trabalho na reeducação ambiental? Você tem apoio do governo além da universidade?

## ANEXOS

### ANEXO A – SOCIEDADE CIVIL PARTICIPANTES NA ELABORAÇÃO DO PERH

Conforme o Plano Estadual segue, abaixo, a relação dos membros que participaram da elaboração:

**a) Usuários Industriais dos Recursos Hídricos**

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

**b) Usuários Agroindustriais de Recursos Hídricos**

ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

SIFAESP – Sindicato das Indústrias de Fabricação do Álcool no Estado de São Paulo

**c) Usuários Agrícolas de Recursos Hídricos**

FAESP – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo

ABC – Associação Brasileira de Criadores

**d) Usuários de Recursos Hídricos do Setor de Energia**

ABCE – Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica

**e) Usuários de Recursos Hídricos para Abastecimento Público**

ASSEMAE – Associação Nacional dos Servidores Municipais de Saneamento

ABCON – Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto

**f) Associações Especializadas em Recursos Hídricos; Sindicatos ou Organizações de Trabalhadores em Recursos Hídricos; Entidades Associativas de Profissionais de Nível Superior relacionadas com Recursos Hídricos**

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental

SINTAEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente

ABAS – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas

ABGE – Associação Brasileira de Geologia de Engenharia Ambiental

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos

FUNDAG – Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola

**g) Entidades Ambientalistas ou de Defesa de Interesses Difusos dos Cidadãos**

CDPEMA – Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio Ambiente

Fundação SOS Mata Atlântica

CNDA – Conselho Nacional de Defesa Ambiental

**h) CORHI – Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos**

SSRH – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

CRHI - Coordenadoria de Recursos Hídricos

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica

CPLA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

ANEXO B – ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL LIGADAS AO PERH DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. **ABCDE** – Associação Brasileira de Cultura e desenvolvimento Estudantil
2. **ABAG/RP** – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto
3. **AGDS** – Associação Global de Desenvolvimento Sustentado
4. **CTC** – Centro de Tecnologia Canavieira
5. **FABHAT** – Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tiete
6. **FAESP** – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
7. **FATEC** – Faculdade de Tecnologia de São Paulo
8. **FCR** – Fundação Christiano Rosa
9. **UNESP** – Universidade Estadual Paulista
10. **UNICA** – União da Indústria de Cana de Açúcar
11. **ABAS** – Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
12. **ABES** – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
13. **ABRIOTA** – Associação dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Tatuí
14. **ABRH** - Associação Brasileira de Recursos Hídricos – CBH Pardo
15. **ACIAB** – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bebedouro
16. **AEAN** – Associação de Engenheiros Arquitetos Alta Noroeste
17. **AEACJ** – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campos do Jordão
18. **AEAS** – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos
19. **AEAS** – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba
20. **AEASV** - Associação de Engenheiros e Arquitetos de São Vicente
21. **ÁGUAS DE ITU**
22. **ASSENAP** – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Promissão
23. **Associação de Moradores Tancredo Neves – Santos**
24. **Associação dos Produtores Rurais de Divisa**
25. **Associação Ecológica Icatu**
26. **Associação Teto e Chão – Baixada Santista**
27. **Centro Paula Souza**
28. **CERISO** – Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê
29. **CIRL** – Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado
30. **COBRAC** – Cooperativa Agropecuária do Brasil Central (CBH Baixo Tietê)

31. **COOPERHIDRO** – Cooperativa do Polo Hidroviário de Araçatuba
32. **Comitê de Ação da Cidadania**
33. **CREA** – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Araçatuba
34. **Cooperativa de Reciclagem Tatuí**
35. **Eco consultoria – Araçatuba**
36. **ECOSURFI** – Entidade Ecológica dos Surfistas
37. **ECOFRAN** – Associação de Ecologia e Pesquisa de Franca
38. **EDR** – Escritório de Desenvolvimento Rural de Barretos
39. **ERPLAN** - Escritório Regional de Economia e Planejamento – Bacia do Pardo
40. **ESALQ** – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
41. **FCA- UNESP-** Faculdade de Ciências Agrônomicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
42. **FCR** - Fundação Christiano Rosa
43. **FEA** – Fundação Educacional Araçatuba
44. **Flora Tietê**
45. **Fórum Pró- Batalha**
46. **Fundação SOS Mata atlântica**
47. **Fundação Flor**
48. **FABHAT** – Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tiete
49. **Grupo Ecológico Alerta**
50. **Grupo Ecológico Olho D’ Água**
51. **GTA JERIVA VOTOTANTIM**
52. **IDESC** – Instituto de Desenvolvimento Sócio Cultural e Cidadania
53. **IDESUFRAN** – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Franca
54. **INEVAT** – Instituto de Estudos Vale do Tietê
55. **Instituto Ecoar**
56. **IPESA** – Instituto de Projetos e Pesquisas Sócio Ambientais
57. **Instituto Refloresta**
58. **Instituto Super Eco**
59. **Instituto Tecnológico de Estudos e Pesquisa de São José do Rio Preto**
60. **Instituto Trata Brasil**
61. **ISA** – Instituto Sócio Ambiental
62. **Itaiti Consultoria Ambiental**
63. **Latitude 22**

- 64. Líder Empresa Junior**
- 65. Instituto Maramar**
- 66. Máster Engenharia**
- 67. Rotary Club de Cruzeiro**
- 68. SABIÁ – Ubatuba**
- 69. SABAC – Sociedade Amigos de Bairro Alto do Capivari – Campos do Jordão**
- 70. SAEE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Cerquilha**
- 71. SAAEMB – Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente do Município de Buritama**
- 72. SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.**
- 73. SEESP – Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – Delegacia de Araçatuba**
- 74. SINBI – Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestiário de Birigui**
- 75. Sindicato Rural de Franca**
- 76. Sindicato Rural de Ibiúna**
- 77. Sindicato Rural de Porto Feliz**
- 78. Sindicato dos Trabalhadores de Praia Grande**
- 79. SORIDEMA – Sociedade Rio Clarense da Defesa do Meio Ambiente**
- 80. OAB - Ordem dos Advogados do Brasil**
- 81. ONG OLHO D'ÁGUA**
- 82. ONG Pau Brasil**
- 83. Vale Verde**
- 84. Votorantin Cimentos**
- 85. UDOP – União dos Produtores de Bioenergia**
- 86. UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos**
- 87. UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Registro**
- 88. UNIPINHAL – Centro Regional Universitário Espírito Santo do Pinhal**
- 89. UNISO – Universidade de Sorocaba**
- 90. UNITAU – Universidade de Taubaté**
- 91. UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba**
- 92. Usina Santa Maria/Tatuí**
- 93. USP - Universidade de São Paulo de São Paulo e de Ribeirão Preto**
- 94. USP/IQ – Instituto de Química da Universidade de São Paulo**

**ANEXO C – PALESTRAS REALIZADAS NAS CT'S ESTUDADAS****Palestras da CT-RURAL**

- Valoração Ecológica das APPs. Doutorando Thiago Roncon. (09/12/11) - **MA**
- Atualização sobre a nova Lei Florestal 90 12.651/2012. Dra. Maria José Brito Zakia do IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais). (21/09/12) - **L**
- Temas: grandes problemas existentes sobre a legislação que trata sobre o termo criticidade e ato declaratório. Dr. João Cabrera Filho, consultor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP). (12/04/13) - **L**
- Apresentação de dois projetos: “Monitoramento da Bacia Hidrográfica de Extrema” e “Valoração de Demanda da Água”. Dr. Rinaldo Calheiros, IAC (Instituto Agrônomo). (24/05/13) – **MO e MA**
- Apresentação do projeto Planejamento Econômico e Ambiental na Propriedade Rural para fins de Pagamento por Serviços Ambientais. Nelson Luis Nevez Barbosa, Terceira Via. (12/07/13) – em forma de palestra. - **MA**
- Ato Declaratório para cadastro de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para usuários rurais. Eng. Sebastião Vainer Bosquila, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). (09/08/13) - **L**
- Mercado de Carbono e Governança Climática. Prof. Marcelo Theoto Rocha. (13/09/13) - **MA**
- Plano de Aplicação Plurianual. Sérgio Razera, diretor presidente da Agência das Bacias PCJ. (14/02/14) - **MO**
- Palestra “Novo Código Florestal: problemas e soluções”. Dra. Maria José Brito Zakia, Eng<sup>a</sup>. Flor. do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF). (11/04/14) - **L**
- Palestra “Passo a passo para elaboração do CAR”. Sr. Cel. Gilmar Ogawa, Assessor Especial da Presidência da FAESP e membro do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente). (16/05/14) - **MA**
- Trabalho sobre um novo conceito de PSA em áreas canavieiras. Prof. Dr. David Lapola, Depto. de Ecologia do IB/UNESP. (10/10/14) - **MA**
- Palestra “Recuperação de nascentes”. Biólogo José Renato de Oliveira Pin, SEMMA de Castelo, ES. (13/03/2015) - **MA**
- Palestra “Uso de resíduos na agricultura”. Eng. Dra. Adriana Pires, EMBRAPA Meio Ambiente. (14/08/2015) - **MO**

- Palestra: “Qualidade da água no âmbito de projetos de pesquisa em bacias agrícolas”. Prof. Dr. Ricardo Figueiredo, EMBRAPA de Jaguariúna, SP. (16/10/15) - **MO**
- Palestra “Potencial da agricultura familiar e dos sistemas de produção de base ecológica para restauração e conservação dos solos e da biodiversidade da bacia do PCJ”. Eng. Agrônomo Dr. Joel Leandro de Queiroga, pesquisador da EMBRAPA Meio Ambiente. (11/12/15) - **MA**
- Palestra “Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)”. Dra. Maria José Brito Zakia, Eng. Florestal do IPEF. (11/03/16) - **MA**
- Palestra “Programa de modernização da irrigação de expansão do agronegócio paulista (FEAP)”. Dr. Fernando A. P. O. Penteadó, Secretário Executivo da SAA do Estado de São Paulo (Sistema de Atendimento Agendado). (08/04/16) - **MA**
- Palestra “Uso eficiente da água na agricultura irrigada”. Sr. Júlio César Thoaldo Romeiro, Mestre e Doutor em Irrigação pela UNESP. (19/08/16) - **MA**
- O Plano Municipal Rural de Controle de Erosão Rural. André Pavarine e Leonardo Pinhel, MEP (Consultoria e Ambiental Ltda.). (12/12/13) - **L**

### **Palestras da CT-RN**

- Apresentação “Pagamento por Serviços Ambientais – PSA”. Eng. Aurélio Padovezi, TNC (The Nature Conservancy). (34ª reunião – 22/04/10) - **MA**
- Apresentação “Critérios para análise de projetos (EIA/RIMA) de novos empreendimentos nas bacias PCJ”. Assessoria da SE do Comitê PCJ. (35ª reunião – 24/06/10) - **MO**
- Apresentação “Elo Ambiental”. Trabalho elaborado pela Oscip. (35ª reunião – 24/06/10) - **MA**
- Apresentação “Recuperação Ambiental em Microbacia Piloto – Região de Paraguaçu Paulista”. Maria Eugênia, Agência de Bacias PCJ. (57ª reunião – 11/06/14) - **MO**
- Apresentação “Projeto de Conectividade / Corredores Gênicos da Mata de Santa Genebra, Campinas”. Bióloga Cynira Any Gabriel, Diretora do Departamento Técnico Científico. (57ª reunião – 11/06/14) - **MO**
- Apresentação do vídeo “A fragilidade das barragens pede melhores planos de trabalho”. Nelson Barbosa, Terceira Via. (57ª reunião – 11/06/14) - **MO**
- Palestra “Tanquã”. Ms. Vivian Robinson, Depto. de Zoologia da UNESP. (59ª reunião – 08/10/14) - **MA**

- Palestra “Sistema de Diagnóstico e Prognóstico de Qualidade de Água”. Sr. Almir, técnico da SABESP. (59ª reunião – 08/10/14) - **MO**

- Palestra “Sustentabilidade Hídrica: desafios da outorga do Sistema Cantareira”. Dra. Alexandra, GAEMA/Piracicaba. (62ª reunião – 08/04/15) - **L**

- Apresentação “Avaliação da Minuta da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ”. Isabella Clerici de Maria (IAC), coordenadora do GT-PSA. (65ª reunião – 10/09/15) - **L**

- Apresentação “Política de recuperação, conservação e proteção dos mananciais no âmbito dos Comitês PCJ”. Secretário Demarchi (IZ). (66ª reunião – 11/11/15) - **L**

- Apresentação “Residencial Quinta das Águas”. Coordenadora Cláudia, INEVAT. (66ª reunião – 11/11/15) - **MA**

- Apresentação “Bacia do Rio Doce – Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG”. Geraldo Eysink, Cooperativas de Holambra/HC2). (67ª reunião – 13/01/16) - **MA**

- Apresentação “Ações de incentivo e capacitação à conservação e proteção dos corpos d’água”. Estudo desenvolvido em parceria com o Consórcio PCJ com a Petrobrás/Replan, vinculadas a outorga da empresa. (69ª reunião – 11/05/16) - **MO**

- Apresentação “Avaliação do mérito do projeto de recuperação ambiental dos córregos Boa Vista e Água Branca em Charqueada e São Pedro. Denis, CATI. (69ª reunião – 11/05/16) - **MA**

- Apresentação “Resolução SMA nº 32 – restauração ecológica”. Sra. Rosilene Dias, Centro de Restauração Ecológica da CBRN/SMA. (70ª reunião – 13/07/16) - **L**

### **Palestras da CT-INDÚSTRIA**

- “Tratamento do lodo e destinação”. Sr. Alexandre Vilella, Consórcio PCJ. (12/05/10 – 22 membros presentes) - **MO**

- “Outorgas e licenças para poços tubulares profundos”. Sr. Otávio, DAEE de Rio Claro (Departamento de Águas e Energia Elétrica). (18/08/10 – 10 membros presentes) - **L**

- “Licenciamento Ambiental”. Prof. Jorge Rocco, CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). (20/10/10 – 14 membros presentes) - **L**

- “Tratamento terciário e osmose reversa”. PERENNE. (10/11/10 – 12 membros presentes) - **MA**

- “Programa de gestão de perdas em rede”. Marcos, Foz do Brasil. (14/06/12 – 13 membros presentes) - **MA**

- “Portaria 2.914 do MS”. Sr. Roberto Polga, CIESP – DR Jundiaí. (21/08/13 – 15 membros presentes) - **L**

- “Técnica do uso de membranas”. Foxwater. (25/02/15 – 14 membros presentes) - **MA**

- “Qualidade dos rios”. Prof. Maria Ap. Marin, Prof. Djanira F. de Angelis e Doutoranda Juliane C. Miranda, UNESP – Rio Claro. (22/04/14 – 12 membros presentes) - **MO**

- “Alternativas para ampliação da disponibilidade hídrica com base na experiência de Israel”. Eng. Francisco Lahóz, Secretário Executivo do Consórcio PCJ. (16/03/16 – 16 membros presentes) - **MA**

- “As águas subterrâneas nas Bacias PCJ”. Geólogo Vinícius Rosa Rodrigues, DAEE e Coordenador da CT-Águas Subterrâneas. (20/07/16 – 16 membros presentes) – **MA e MO**

#### **Palestras da CT-OL**

- Visita Técnica “Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Pinhal”. Município de Limeira-SP. Visita realizada para os representantes das instituições na CT-OL. - **MO**

- Apresentação “Definição de critérios de outorgas para diluição de efluentes”. Trabalho que está sendo realizado pelo DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica). Eng. Ambiental Catia Casagrande, DAEE/Piracicaba. - **L**

- Apresentação “Legislação de Recursos Hídricos aplicadas atualmente pelo DAEE – Portaria DAEE 1.029/2005 e Portaria DAEE 1800/2013”. Coordenadores da CT-OL. - **L**

- Apresentação “Estudo realizado pela CETESB, referente às curvas de permanência, ao enquadramento dos corpos d’água nas Bacias PCJ”. Regina, DAEE. - **L**

- Palestra “Ações da CATI para redução de água pela agricultura irrigada paulista”. Eng. Agrônomo Dr. Júlio César T. Romeiro, CATI-EDR-Botucatu. - **MO**

- Apresentação “Informação Técnica nº 113/15/CJJ e o Anexo da Informação Técnica nº 113/15/CJJ”. Biólogo Domênico Tremoroli, CETESB. – **L**

#### **Palestras da CT-SA**

- Palestra “Resíduos Sólidos”. Sra. Regina, funcionária do DAEE/BMT/Piracicaba. (05/12/13 – 28 membros presentes) - **MA**

- Palestra “Apresentação de equipamentos na área de Saneamento fabricados pela empresa Huber Technology Brasil”. Sr. Eng. Marco Aurélio Silva Ribeiro, HUBER do Brasil. (50ª reunião – 16/02/12) - **MO**

- Palestra “Reuso”. Sr. Eng. Jacques André Colchon, Diretor Presidente da Neotex Consultoria Energética e Ambiental Ltda. (50ª reunião – 16/02/12) - **MA**
- Palestra Técnica “Tratamento de esgotos por processos anaeróbicos”. Sr. Elias Matsuo. Paques Brasil. (52ª reunião – 14/06/12) – **MA e MO**
- Palestra Técnica “Apresentação da elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos da SANASA”. Sra. Carolina Rittes Turato Farah, Coordenadora Ambiental da SANASA. (53ª reunião – 18/10/12) - **MO**
- Palestra Técnica “Reuso de efluentes tratados: aplicação de lodos de ETEs em solo agrícola”. Sr. Eduardo Mazzonelis de Oliveira, Eng. da Diretoria de Controle de Produção da CETESB e Secretário Executivo da Câmara Ambiental do Setor de Saneamento. (54ª reunião – 18/12/12) - **MO**
- Palestra Técnica “Apresentação de tecnologia inovadora para tratamento e reciclagem do lodo de ETA e ETE – Empresa: ECO<sub>2</sub> CORP. Sr. Vladimir Kudrjawzew, presidente ECO<sub>2</sub> CORP. (54ª reunião – 18/12/12) - **MO**
- Palestra Técnica “Trocas de experiência sobre as atividades do CBH-PCJ sobre lodos e reuso. Sra. Gladis Meiry Matteo, Coordenadora do GT-Lodos. (54ª reunião – 18/12/12)
- Apresentação “Plano de Bacias e Plano Municipal de Saneamento Básico”. Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ. (55ª reunião – 26/02/13) – **MA e MO**
- Palestra “Resíduos sólidos nas Bacias PCJ: aspectos gerais”. Sr. Adilson Rossani, Coordenador Adjunto da CT-SA e Gerente Regional CETESB-Limeira. (60ª reunião – 05/12/13) - **MA**
- Palestra “Demandas e drenagem urbana nas Bacias PCJ”. Eng. Marco Antônio, Diretor Técnico II do DAEE. (60ª reunião – 05/12/13) - **MO**
- Apresentação “Inovações tecnológicas para tratamento de lodos de ETAs e ETEs. Sra. Gladis Meiry Matteo, membro representante da SANASA. (62ª reunião – 10/04/14) - **MA**
- Apresentação “Procedimentos que vem sendo adotados para acompanhamento e melhoramento dos serviços prestados pelos municípios”. Sr. Dalto Favero Brochi, Diretor Geral da ARES-PCJ (Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento nas Bacias PCJ). (64ª reunião – 14/08/14) - **MO**
- Apresentação “Termo de Referência para revisão do Plano de Bacias / A importância dos Planos de Saneamento Básico no contexto das Bacias PCJ”. Sra. Adriana Isenburg, Coordenadora da CT-PB. (65ª reunião – 14/08/14) – **L e MO**

- Palestra “Projeto piloto regional de utilização de água de reuso para a Bacia do PCJ”.  
Sr. Renato Rosseto, Gerente de Operação de Esgoto da SANASA. (67ª reunião – 16/04/15) –

**MA e MO**

- Apresentação “EIA/RIMA das barragens de Pedreira e Duas Pontes”. Srs. Mário e  
Ricardo, representantes da Empresa Hidrostudio. (70ª reunião – 12/11/15) - **MA**